

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**A Zona de Reserva Camponesa de Cabrera: Uma história de lutas e
resistências**

JUANITA CUÉLLAR BENAVIDES

Rio de Janeiro

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A ZONA DE RESERVA CAMPONESA DE CABRERA: UMA HISTÓRIA
DE LUTAS E RESISTÊNCIAS**

JUANITA CUÉLLAR BENAVIDES

Sob a Orientação do Professor

Jorge Osvaldo Romano

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
2016

333.31

Cuéllar Benavides, Juanita.

C965z

T

A Zona de Reserva Camponesa de Cabrera: uma história de lutas e resistências / Juanita Cuéllar Benavides, 2016.

123 f.

Orientador: Jorge Osvaldo Romano.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 119-123.

1. Zona de reserva camponesa – Teses. 2. Questão fundiária – Teses. 3. Reforma agrária – Teses. 4. Cabrera – Teses. I. Romano, Jorge Osvaldo. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

JUANITA CUÉLLAR BENAVIDES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Dissertação aprovada em: 29/02/2016

Jorge Osvaldo Romano. Dr. CPDA/ UFRRJ
(Orientador)

Héctor Alimonda. Dr. CPDA/ UFRRJ

Germán Palacio. Dr. UNAL-Sede Amazonia

María Verónica Secreto. Dra. UFF

AGRADECIMIENTOS

Llegar hasta aquí solo ha sido posible gracias al apoyo incondicional de personas que me han acompañado y apoyado en este proceso. Fue un camino de aprendizaje constante, que disfruté enormemente a pesar de las dificultades. Significó para mí la oportunidad de estudiar un tema de gran relevancia en el contexto colombiano y fue, también, la oportunidad de estudiar una región que conocí cuando era niña y acompañaba a mis abuelos en sus viajes a Cabrera. En esa época decía que cuando fuera grande quería ser profesora, bailarina y campesina. Es por eso que la escogencia del tema de estudio no es solo una cuestión académica, sino que atraviesa mi historia personal y mis sueños de cuando era niña.

Agradezco a mi mamá, Juanita, por su apoyo incondicional, por su interés en el tema y por su valiosa ayuda. A mi papá Jorge y a mis hermanas Mónica y María Angélica por apoyar siempre mis decisiones de vida, a pesar del alto costo que significa estar lejos de casa. A mis tías Martha, Pili, Jackie, Carol y Anita por su interés en mi disertación y por su generosidad y tiempo para contribuir con una parte de este estudio.

Agradezco a mi orientador Jorge Romano por sus orientaciones, reflexiones y críticas. En especial, agradezco la libertad que me dio para construir esta disertación, por abrirle un espacio en este estudio a mi propia historia familiar, por permitirme equivocarme y acertar. Agradezco también el apoyo de mis profesores del CPDA Héctor, Débora, Regina y Leonilde. Agradezco al profesor Darío Fajardo, de la Universidad Externado de Colombia, por sus orientaciones y ayuda. A Verónica Secreto, de la UFF, y a Germán Palacio, de la Universidad Nacional de Colombia- sede Amazonas, por su tiempo y valiosas contribuciones.

A los funcionarios del CPDA, Diana, Luiz, Ana Lúcia, Gabriela, Silvia y Janete, por su atención, amabilidad y ayuda.

Esta disertación tuvo varios lectores que se ofrecieron a leer y corregir la gramática en portugués. En ese proceso, corrigieron mucho más que el portugués, lo que significó un proceso de aprendizaje valiosísimo. A estos lectores-amigos les agradezco el tiempo dedicado a esta tarea, que se convirtió en un trabajo colectivo. Fueron co-orientadores en esta misión.

Agradezco a mis amigos del CPDA de 2014, en especial a mis queridas amigas Nadja, Maria, Yamira, Carla, y a mi querido amigo Felipe, con quienes compartí muchos momentos de alegría y tristeza, y se convirtieron en mi familia en Rio de Janeiro. A mis amigos, Eric, Rafa, Tiago, Betânia, Ligia y Valdênio por el enorme cariño y la ayuda. Fue maravilloso conocerlos. Gracias por escuchar mis historias, preocupaciones y por compartir conmigo la felicidad y la tristeza. Gracias por su interés en conocer más sobre Colombia, porque en ese

proceso nos reconocimos como latinoamericanos. A Juan por ser mi gran amigo colombiano en Rio, por leer mis textos, comentarlos, por compartir tanta información y tantos dilemas que surgen en este proceso. A Thales por acompañarme en este camino y por su infinita paciencia. Agradezco también a Afonso por su cariño y linda compañía, y a los demás *meninos* y *meninas* de 2015 por su amistad.

Agradezco a mis amigos Juan Diego y Paola en Colombia, quienes fueron, en estos dos años, incondicionales conmigo.

No habría podido realizar este trabajo sin el apoyo de personas que sin conocerme, me ayudaron en el trabajo de campo en Cabrera. A Jimmy por su interés y ayuda a lo largo de estos dos años. A Paola, por abrirme las puertas y ayudarme con todos los contactos, por su tiempo y generosidad. A Pancho y su familia por la hospitalidad. A Carlos por compartir conmigo su historia de vida. Finalmente, a todos los entrevistados por sus importantes contribuciones. Al equipo de la Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC), en especial a Carmenza.

Espero que este trabajo sirva para mostrar el valor de la comunidad cabreruna y el interesante proceso que se encuentra construyendo.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui só foi possível graças ao apoio incondicional de pessoas que me acompanharam e apoiaram neste processo. Foi um caminho de aprendizagem constante que curti enormemente, apesar das dificuldades. Significou para mim a oportunidade de estudar um tema de grande relevância no contexto colombiano e foi, também, uma oportunidade para estudar uma região que conheci quando era criança e acompanhava meus avós nas suas viagens para Cabrera. Nessa época dizia que quando fosse adulta queria ser professora, dançarina e camponesa. É por isso que a escolha do objeto de estudo não é só uma questão acadêmica, senão que atravessa minha história pessoal e meus sonhos de criança.

Agradeço à minha mãe, Juanita, pelo seu apoio incondicional, seu interesse no tema, seu carinho e sua valiosa ajuda. Ao meu pai, Jorge, e às minhas irmãs, Mónica e María Angélica por apoiar sempre minhas decisões de vida, apesar do alto custo de estar longe de casa. Às minhas tias Martha, Pili, Jackie, Carol y Anita pelo seu interesse na dissertação e pela generosidade e tempo para contribuir com uma parte deste estudo.

Agradeço ao meu orientador Jorge Romano pelas orientações, reflexões e críticas. Em especial, agradeço a liberdade que me deu para construir esta dissertação, por abrir um espaço neste estudo para minha própria história familiar, por me permitir errar e acertar. Agradeço também o apoio dos professores do CPDA, em especial Héctor, Débora, Regina e Leonilde. Agradeço ao professor Darío Fajardo, da Universidad Externado de Colombia, pelas suas orientações e ajuda. A Verónica Secreto, da UFF, e Germán Palacio, da Universidad Nacional de Colombia-sede Amazonas pelo seu tempo e valiosas contribuições.

Aos funcionários do CPDA, Diana, Luiz, Ana Lúcia, Gabriela, Silvia e Janete pela atenção, amabilidade e ajuda.

Esta dissertação teve vários leitores que se ofereceram para ler e corrigir a gramática em português. Nesse processo, corrigiram muito mais do que o português, o que significou um processo de aprendizagem valiosíssimo. A estes leitores-amigos lhes agradeço o tempo dedicado a esta tarefa, que virou um trabalho coletivo. Foram co-orientadores nesta missão.

Agradeço aos meus amigos do CPDA da turma 2014, em especial a minhas queridas amigas Nadja, Maria, Yamira, Carla, e meu querido amigo Fellipe, pessoas com quem compartilhei muitos momentos de alegria e tristeza e que foram minha família no Rio de Janeiro. Aos meus amigos, Eric, Rafa, Tiago, Betânia, Valdênio e Ligia pelo enorme carinho

e ajuda. Foi maravilhoso conhecê-los. Obrigada por escutarem minhas histórias, preocupações e por compartilharem comigo a felicidade e a tristeza. Obrigada pelo interesse em conhecer mais sobre a Colômbia, porque nesse processo nos reconhecemos como latino-americanos. Ao Juan agradeço por ser meu grande amigo colombiano no Rio, por ler meus textos, comentá-los, por compartilhar tanta informação e tantos dilemas que surgiram nesse processo. Ao Thales por me acompanhar neste caminho e por sua infinita paciência. Agradeço também ao Afonso pelo carinho e linda companhia, e aos demais meninos e meninas da turma de 2015 por sua amizade.

Agradeço aos meus amigos Juan Diego e Paola na Colômbia, que foram, nestes dois anos, incondicionais comigo.

Não teria podido realizar este trabalho sem o apoio de pessoas que sem me conhecer, ajudaram no trabalho de campo em Cabrera. Agradeço ao Jimmy pelo seu interesse e ajuda ao longo destes dois anos. À Paola, por me abrir as portas e me ajudar com todos os contatos, pelo seu tempo e generosidade. Ao Pancho e a sua família pela hospitalidade. Ao Carlos por compartilhar comigo sua história de vida. Por fim, agradeço a todos os entrevistados pelas suas importantes contribuições. À equipe da Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa (ANZORC), em especial à Carmenza.

Espero que este trabalho contribua para mostrar o valor da comunidade *cabreruna* e o interessante processo que está sendo construído.

RESUMO

CUELLAR BENAVIDES, Juanita. **A Zona de Reserva Camponesa de Cabrera: Uma história de lutas e resistências**. 2016. 123p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O presente trabalho tem como objetivo estudar a Zona de Reserva Camponesa (ZRC) do município de Cabrera, na Colômbia, instituída em 2000. As ZRC são territórios criados através da Lei nº160 de 1994 e têm como antecedentes as mobilizações dos camponeses na década de 1980 que reivindicavam a solução de problemas relacionados à questão fundiária e o apoio à economia camponesa. São territórios caracterizados pela presença diferenciada do Estado, caracterizada particularmente pelas ações repressivas e coercitivas. Em alguns casos, são também lugares com presença de atores armados e de cultivos ilícitos. As ZRC constituem uma proposta de desenvolvimento rural e de reforma agrária, através de um papel ativo das comunidades locais. Desde sua regulamentação pelo decreto nº1777 de 1996, foram institucionalizadas seis ZRC. Através do estudo da ZRC de Cabrera objetivamos, em primeiro lugar, compreender a conexão entre o passado de guerras, lutas e resistências pelo acesso e permanência na terra durante o século XX na região de Sumapaz, onde se localiza o município de Cabrera, e a constituição dessa ZRC; em segundo lugar, identificar as ações de reforma agrária no território, entendendo que as zonas de reserva procuram estabelecer um limite à propriedade e corrigir a desigual distribuição fundiária; e por fim, identificar os principais avanços e dificuldades a partir da sua constituição, assim como os novos desafios, desde o acesso à terra, até a defesa do território e do meio ambiente.

Palavras- chave: Zona de Reserva Camponesa, questão fundiária, reforma agrária, Sumapaz, Cabrera.

ABSTRACT

CUELLAR BENAVIDES, Juanita. **The peasant reserve zone of Cabrera: A history of struggles and resistances.** 2016. 123p. Dissertation (Master in Social Science in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Post Graduation Program in Social Science in Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The purpose of this work is to study the Peasant Reserve Zone (*Zona de Reserva Campesina*, ZRC) of the Cabrera municipality in Colombia, created in 2000. The ZRC are territories created by Law 160, 1994, their background being the peasant mobilizations during the eighties that vindicated the solution to problems related to the agrarian issue and the support to the peasant economy. They characterize for the slight presence of the State, especially by the repressive and coercive actions. In some cases, these are places with presence of armed actors and illicit crops. The ZRC constitute a rural development and agrarian reform proposal that includes an active role from the local communities. Since its enactment, through Decree 1777, 1996, six ZRC were institutionalized. The study of ZRC in Cabrera intends, in the first place, to understand the connection between a past of wars, struggles, and resistance to the access and permanence in the land during the 20th Century in the Sumapaz region, where the municipality of Cabrera is located, and the creation of the ZRC; secondly, it searches to identify the agrarian reform actions in the territory, understanding that the reservation areas seek to establish a limit to the property and correct the unequal land distribution; finally, the study aims at identifying the main progress and difficulties as from its establishment, as well as the new challenges faced by it, arising not only from the access to the land, but also from the defense of the territory and the environment.

Key words: Peasant Reserve Zone, agrarian question, agrarian reform, Sumapaz, Cabrera.

RESUMEN

CUELLAR BENAVIDES, Juanita. **La Zona de Reserva Campesina de Cabrera: Una historia de luchas y resistencias**. 2016. 123p. Disertación (Maestría en Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad). Instituto de Ciencias Humanas y Sociales, Programa de Posgrado de Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad, Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

El presente trabajo tiene como objetivo estudiar la Zona de Reserva Campesina (ZRC) del municipio de Cabrera, en Colombia, instituida en 2000. Las ZRC son territorios creados a través de la Ley 160 de 1994, y tienen como antecedentes las movilizaciones de los campesinos en la década de los ochenta que reivindicaban la solución a problemas relacionados con la cuestión agraria y el apoyo a la economía campesina. Se caracterizan por la presencia diferenciada del Estado, particularmente a través de acciones represivas y coercitivas. En algunos casos, son también lugares con presencia de actores armados y de cultivos ilícitos. Las ZRC constituyen una propuesta de desarrollo rural y de reforma agraria, que incluyen un papel activo de las comunidades locales. Desde su reglamentación a través del Decreto 1777 de 1996, se institucionalizaron seis ZRC. A través del estudio de la ZRC de Cabrera pretendemos, en primer lugar, comprender la conexión entre el pasado de guerras, luchas y resistencias por el acceso y permanencia en la tierra durante el siglo XX en la región de Sumapaz, donde se ubica el municipio de Cabrera, y la constitución de esa ZRC; en segundo lugar, identificar las acciones de reforma agraria en el territorio, entendiendo que las zonas de reserva buscan establecer un límite a la propiedad y corregir la desigual distribución de la tierra; y finalmente, identificar los principales avances y dificultades a partir de su constitución, así como los nuevos desafíos que enfrenta, no solo por el acceso a la tierra, sino por la defensa del territorio y del medio ambiente.

Palabras clave: Zona de Reserva Campesina, cuestión agraria, reforma agraria, Sumapaz, Cabrera.

LISTA DE SIGLAS¹

ACVC- Asociación Campesina del Valle del Río Cimitarra/ Associação Camponesa do Valle del Río Cimitarra

AMCOP- Asociación Municipal de Colonos de El Pato/ Associação Municipal de Colonos de El Pato

ANZORC- Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina/ Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa

ASCAP- Asociación Campesina de Putumayo/ Associação Camponesa de Putumayo

COAGROGUAVIARE- Cooperativa de Agricultores de Guaviare

CODHES- Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento/ Consultoria para os Direitos Humanos e o *Desplazamiento*

DANE- Departamento Administrativo Nacional de Estadística/ Departamento Administrativo Nacional de Estatística

EOP- Estructura de Oportunidades Políticas/ Estrutura de Oportunidades Políticas

FARC-EP- Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia- Ejército del Pueblo/ Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- Exército do Povo

IGAC- Instituto Geográfico Agustín Codazzi

IICA- Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

ILSA- Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos/ Instituto Latino-americano para uma Sociedade e um Direito Alternativos

INCODER- Instituto Colombiano de Desarrollo Rural/ Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural

INCORA- Instituto Colombiano de Reforma Agraria/ Instituto Colombiano de Reforma Agrária

MRAM- Modelo de Reforma Agraria de Mercado/ Modelo de Reforma Agrária de Mercado

PPZRC- Proyecto Piloto de Zonas de Reserva Campesina/ Projeto Piloto de Zonas de Reserva Camponesa

RRI- Reforma Rural Integral

SINPEAGRICUN- Sindicato de Pequeños Agricultores de Cundinamarca/ Sindicato de Pequenos Agricultores de Cundinamarca

UAF- Unidad Agrícola Familiar/ Unidade Agrícola Familiar

UNIR- Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria/ União Nacional Esquerdista Revolucionária

UP- Unión Patriótica/ União Patriótica

¹ Tradução da autora

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Percentagem do uso agropecuário do solo segundo o tamanho das unidades de produção	34
Gráfico 2. Participação (%) do número de unidades de produção de acordo com o tamanho .	35
Gráfico 3. Participação (%) da área das unidades de produção de acordo com o tamanho	35

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização dos departamentos de Tolima e Cundinamarca. Municípios que compõem a região de Sumapaz	41
Mapa 2. Departamentos com as primeiras ZRC constituídas.....	70
Mapa 3. Departamentos com ZRC atualmente constituídas	74
Mapa 4. ZRC constituídas, em trâmite e solicitadas.....	76
Mapa 5. Departamento de Cundinamarca. Localização de Cabrera.....	80
Mapa 6. Divisão do município de Cabrera por <i>veredas</i>	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Páramo de Sumapaz..	40
Figura 2. Entrega de armas por parte da autodefesa camponesa no município de Cabrera, Cundinamarca, em outubro de 1953	55
Figura 3. Município de Cabrera.....	79
Figura 4. Páramo de Sumapaz	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I- APROXIMAÇÃO À REFORMA AGRÁRIA NO CONTEXTO COLOMBIANO.....	23
1.1. O conceito de Reforma Agrária	23
1.2. Uma aproximação às tentativas de reforma agrária na Colômbia	28
1.3. Algumas características do campo colombiano	33
CAPÍTULO II- A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE SUMAPAZ	38
2.1. A chegada na terra e os primeiros conflitos na região de Sumapaz.....	39
2.2. Lutas, lideranças e o surgimento do movimento camponês em Sumapaz	43
2.3. As respostas governamentais frente aos conflitos fundiários	48
2.4. O Gaitanismo, <i>La Violencia</i> e as guerras em Sumapaz.....	53
2.5. A eliminação do latifúndio na região de Sumapaz	57
CAPÍTULO III- AS ZONAS DE RESERVA CAMPONESA.....	60
3.1. As lutas camponesas nas décadas de oitenta e noventa.....	61
3.2. Um marco normativo para as ZRC	65
3.3. A constituição das primeiras ZRC: O Projeto Piloto	69
3.4. As dificuldades das ZRC durante o governo de Álvaro Uribe (2002-2010).....	73
CAPÍTULO IV- A ZONA DE RESERVA CAMPONESA DE CABRERA	79
4.1. Caracterização do município de Cabrera.....	80
4.2. O processo de constituição da ZRC de Cabrera.....	83
4.3. Algumas ações de redistribuição fundiária.....	87
4.4. O conflito armado e o enfraquecimento da ZRC durante o governo de Álvaro Uribe	99
4.5. Uma nova conjuntura: A reativação das ZRC e o processo de paz	103
4.6. Da luta pela terra à defesa do território	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

INTRODUÇÃO

As Zonas de Reserva Camponesa² (ZRC) são territórios criados através da Lei nº160 de 1994, e têm como antecedentes as mobilizações dos camponeses na década de 1980 que reivindicavam a solução de problemas relacionados à questão fundiária e o apoio à economia camponesa. Caracterizam-se pela presença diferenciada do Estado, basicamente através de ações repressivas e coercitivas e, em alguns casos, pela presença de atores armados e de cultivos de uso ilícito³.

No contexto colombiano as ZRC constituem uma proposta de desenvolvimento rural e de reforma agrária que têm por base legal a garantia ao acesso e a permanência dos camponeses na terra, além de apoiar o desenvolvimento econômico, através de um papel ativo das comunidades locais. Desde sua regulamentação pelo decreto nº1777 de 1996, foram institucionalizadas seis iniciativas. No entanto, existem mais de 50 experiências camponesas em diversas regiões do país, que estão no processo de reconhecimento dos seus territórios como ZRC. Tais propostas não têm sido instituídas em primeiro lugar, devido à oposição política por parte do governo nacional entre 2002 e 2010, e também, por causa da ambiguidade do governo atual no que tange a estes territórios.

O objetivo desta dissertação é analisar a ZRC do município de Cabrera, departamento de Cundinamarca, constituída em 2000. Especificamente, queremos entender:

- A conexão entre o passado de guerras, lutas e resistências pelo acesso e permanência na terra durante o século XX na região de Sumapaz, onde se localiza o município de Cabrera, e a constituição da ZRC em 2000;
- As ações de reforma agrária no território, entendendo que as ZRC procuram estabelecer um limite à propriedade e corrigir a desigual distribuição fundiária;
- Os principais avanços e dificuldades a partir da constituição dessa ZRC, assim como os novos desafios que enfrenta, desde o acesso à terra até a defesa do território e do meio ambiente.

² Em espanhol, Zonas de Reserva Campesina.

³ Os cultivos de uso ilícito se referem à maconha, coca e papoula

A existência de uma experiência organizativa prévia no município foi um fator determinante na delimitação deste território como a terceira ZRC instituída no país, resultado de disputas pela terra que marcaram a história desse lugar. Cabrera se insere na região de Sumapaz, berço de um dos movimentos camponeses mais importantes no contexto colombiano. Esta região teve uma onda migratória nos primeiros anos do século XX, após a Guerra dos Mil Dias (1899-1902), quando combatentes que participaram na guerra civil entre liberais e conservadores migraram posteriormente para estes territórios, como resultado da pobreza nos lugares de origem.

Esse fato deu início a um processo no qual os camponeses que migraram começaram a ocupação de terras públicas, outros foram empregados como mão de obra para as fazendas e alguns arrendaram lotes ocupados pelos fazendeiros. Porém, este processo mobilizou conflitos entre camponeses e fazendeiros pelo acesso a estes terrenos, em um contexto de ausência de títulos de propriedade, e assim começa a se configurar o movimento camponês, o qual adquiriu grande relevância nacionalmente. Após o assassinato do líder Jorge Eliécer Gaitán⁴, em 1948, começa o período na história colombiana, conhecido como *La Violencia*, caracterizado pelo confronto entre liberais e conservadores. A região de Sumapaz foi cenário dessa violenta disputa política, e durante a Guerra Fria foi considerada uma região estratégica na política nacional e regional contra o comunismo e as formas de resistência popular. Um dos principais resultados desse período foi a desintegração das fazendas e a constituição de pequenas propriedades no município de Cabrera, podendo entender isso como uma reforma agrária não prevista, surgida após os momentos de resistência e violência na região.

A história do município de Cabrera vai ganhar de novo relevância no processo de constituição da ZRC em 2000, como reconhecimento das lutas históricas pela terra e recentemente pela defesa do território, traço característico desse município.

⁴ Jorge Eliécer Gaitán (1903-1948) foi um líder popular que se vinculou às lutas dos trabalhadores e camponeses. Foi candidato presidencial em 1946 e chefe do Partido Liberal em 1947. Tinha grande apoio por parte dos setores populares e representava a primeira alternativa popular com possibilidades de chegar ao poder. Gaitán foi assassinado em Bogotá em 9 de abril de 1948, sem que exista informação precisa sobre a autoria intelectual do crime. O assassinato desencadeou uma onda de violência conhecida como “El Bogotazo”, no qual liberais e conservadores se enfrentaram a tiros, queimaram prédios e destruíram o centro de Bogotá. Os conflitos se expandiram a outras cidades da Colômbia, dando início ao período conhecido como *La Violencia*.

A escolha do tema de pesquisa

A escolha da ZRC de Cabrera como tema de pesquisa decorre de diversos fatores. Em primeiro lugar, destaca-se sua relevância na atual conjuntura política colombiana já que em outubro de 2012 o governo colombiano e a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- Exército do Povo (FARC-EP) iniciaram as negociações de paz. No discurso de abertura dos diálogos que aconteceu na cidade de Oslo, na Noruega, um dos países mediadores junto a Cuba, o líder guerrilheiro Iván Marquez deu ênfase à questão fundiária, ao uso do solo e à defesa da economia camponesa, reforçando que no coração da luta guerrilheira está a questão agrária. Foram estabelecidos seis pontos de discussão, os quais devem chegar a um consenso total para firmar o acordo de paz, sendo o primeiro tema discutido a questão rural. Nesse contexto as ZRC aparecem como instrumentos de redistribuição fundiária, de desenvolvimento rural e de apoio à economia camponesa -o que é sintetizado na noção de “reforma rural integral”- e, portanto, constituem um elemento fundamental para resolver problemas históricos da Colômbia.

Além da importância das ZRC no contexto nacional, a escolha específica da zona de Cabrera como objeto de pesquisa se relaciona com os poucos estudos acadêmicos sobre a mesma, apesar da importância que esta região teve no contexto político do século XX como lugar de configuração de intensas disputas pela terra e, posteriormente, como lugar de resistência nos períodos de violência contra os camponeses na segunda metade do século XX.

Por outra parte, Cabrera, no presente, experimenta outros tipos de questões que ameaçam a permanência dos camponeses na região e a produção agrícola baseada no pequeno camponês, conquistas alcançadas durante o século XX. O município, por estar localizado em uma área montanhosa, com grande quantidade de nascentes de água, é alvo de interesses por parte de empresas multinacionais, especificamente no que tange à construção de microcentrais hidrelétricas, as quais afetariam vários municípios como Cabrera, onde líderes sociais estão sendo perseguidos e ameaçados. Nesse sentido, consideramos relevante estudar a forma como a ZRC se constitui em um instrumento para a defesa do território, da economia camponesa e do meio ambiente.

Por fim, a escolha da ZRC de Cabrera relaciona-se também com minha história pessoal. Em 1982, meu avô adquiriu terrenos no município de Cabrera, fato que marcou a história da minha família e gerou vínculos com esse território. Esta terra ganhou importância

em 2000 quando os camponeses organizados ocuparam algumas propriedades da minha família, nesse momento improdutivas. Essa ocupação insere-se no conjunto de reivindicações no marco do processo de constituição da ZRC, resultando na compra das terras, com um subsídio entregue por parte do governo aos camponeses, como medida de redistribuição fundiária através do mercado de terras, parte central das ações da política nesses locais.

Pela proximidade com o objeto de pesquisa, consideramos fundamental em nossa abordagem metodológica o exercício do “estranhamento como forma de compreender o outro” (CARDOSO, 2004, p. 100), mantendo o distanciamento, isso é, “tornar estranho o que é familiar” (BEAUD e WEBER, 2007, p. 36). No entanto, entendendo que a proximidade, neste caso particular, também facilita o acesso à informação e contatos na região. Consideramos, então, que a reconstrução da ocupação desses terrenos e sua compra através do mercado de terras constituem uma forma de compreender uma parte do processo de conformação da ZRC.

Aspectos metodológicos

Os instrumentos metodológicos utilizados no presente trabalho consistem na revisão bibliográfica, documental e no estudo de caso. Fizemos um esforço por compreender, através da bibliografia e estudos existentes, a história do século XX na região de Sumapaz, dando ênfase naqueles documentos que abordam os conflitos sociais e políticos nessa região, aspecto amplamente estudado devido a sua importância como cenário de lutas agrárias na Colômbia. Da mesma forma, tentamos reconstruir, a partir do marco normativo e da revisão bibliográfica e documental, a história de criação das ZRC no país, seus antecedentes e posteriores desdobramentos.

Já o estudo de caso focado na ZRC de Cabrera consistiu, por um lado, na revisão bibliográfica e documental concernente a essa temática, e por outro, no trabalho de campo. Realizamos treze entrevistas semiestruturadas, individuais e grupais, em dois períodos, um inicial entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015 e um segundo momento entre setembro e outubro de 2015. As entrevistas foram realizadas em três municípios diferentes da Colômbia, devido à localização dos atores contatados.

Durante o período de campo estivemos participando, como observadores, da “Gran movilización campesina y popular. Acto de solidaridad por la defensa del territorio y de la

paz” no dia 23 de janeiro de 2015 no município de Cabrera. Este ato de solidariedade foi convocado pelo comitê promotor da ZRC de Cabrera junto a diversas organizações sociais, em um contexto de detenções a líderes sociais da região. Ressaltamos que o evento girou em torno da memória dos líderes camponeses locais que lutaram pela terra reforçando, desta forma, o papel central do passado de lutas na construção de um discurso no presente.

Marco teórico

Com relação ao marco teórico tomamos como base as discussões em torno da reforma agrária na América Latina e, particularmente, na Colômbia. A reforma agrária não surgiu, inicialmente, como o eixo de análise. Entretanto, na aproximação à região de Sumapaz e no trabalho de campo, constatamos que esta questão era transversal à história de Cabrera e, portanto, era um conceito que acompanhava nossa proposta desde a configuração sociodemográfica da região, até o momento atual, onde surgem novas lutas pela defesa do território. Os principais autores consultados foram Morett (2003), Chonchol (1963), Carter (2010) e Machado (2009), os quais problematizam sobre esta questão e elencam uma série de características ou condições para tornar viável a reforma agrária. As discussões mais recentes no que tange a esta temática mostram que o conceito tem mudado, adaptando-se a novas reivindicações pela terra e pelo território. Nesse sentido, a reforma agrária hoje em dia não se limita a uma regularização fundiária, pois representa também uma reforma que altera as estruturas de poder e se articula com uma série de políticas governamentais que visam atingir aspectos do desenvolvimento econômico e social desses lugares.

Trazemos também algumas discussões relacionadas com o mercado de terras, política promovida pelo Banco Mundial em vários países da região, e que constitui a forma predominante como o governo colombiano entende a reforma agrária. Apresentamos alguns limites relacionados com esta política e refletimos, através da experiência recente de Cabrera, a relação com esta política.

Outros referenciais teóricos utilizados na dissertação se relacionam com os movimentos sociais. Tomamos como base o texto “El Poder en Movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política” de Sidney Tarrow (1997), com o objetivo de problematizar sobre a ação coletiva e os movimentos sociais. Este autor oferece

ferramentas para refletir sobre o surgimento dos movimentos sociais, suas motivações e as diversas formas como se concretiza a ação coletiva.

Nesta dissertação nos apoiamos também no conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) nos termos de Tarrow (1997) entendido como dimensões do entorno político que fomentam ou restringem a ação coletiva, o que coloca a análise nas condições externas aos movimentos sociais. Ademais, tomamos também como referência teórica o livro “Criadores de democracia radical” de Ibarra *et al* (2002), o qual realiza uma síntese de algumas discussões clássicas sobre movimentos sociais, ação coletiva e Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP).

Estrutura da dissertação

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Aproximação à reforma agrária no contexto colombiano” tem como objetivo fazer uma discussão teórica com relação ao conceito de reforma agrária, e trazer alguns dados que permitam ter um panorama geral das tentativas de reforma agrária no contexto colombiano, assim como da situação atual em termos de desigualdade e concentração fundiária.

O segundo capítulo, intitulado “A luta pela terra na região de Sumapaz”, tem como objetivo caracterizar a configuração das lutas nesta região e está dividido em cinco seções. Em um primeiro momento, realizamos a descrição geral da região de Sumapaz, a chegada de migrantes que experimentou este território no início do século XX, e as primeiras disputas agrárias entre fazendeiros e camponeses (colonos, arrendatários e trabalhadores rurais) pelo acesso à terra. Na segunda parte estudamos o surgimento do movimento camponês em Sumapaz, caracterizando o importante papel que tiveram os líderes na configuração da ação coletiva, a forma de organização deste movimento e as ações de resistência e lutas utilizadas pelos camponeses. Todos eles, elementos que possibilitaram a criação de um dos movimentos camponeses mais importantes na história colombiana. A terceira parte do capítulo está focada nas respostas governamentais frente aos conflitos fundiários na região, dentre os quais ressaltamos a criação da Colônia Agrícola, estratégia de colonização dirigida que visava construir um novo tipo de territorialidade camponesa. Da mesma forma, abordamos alguns elementos da Lei nº200 de 1936 sobre Reforma Agrária. Na quarta seção descrevemos o período de violência na região de Sumapaz, após o assassinato do líder nacional Jorge Eliécer

Gaitán em 1948, e as lutas que continuaram até a década de 1960. Na última seção tentamos mostrar como a convergência de fatores políticos, sociais e econômicos resultou na desintegração das grandes fazendas e na criação de uma estrutura fundiária baseada no minifúndio.

O terceiro capítulo, intitulado “As Zonas de Reserva Camponesa”, está dividido em quatro seções. Na primeira apresentamos as lutas camponesas na década de oitenta e noventa, as quais constituem os principais antecedentes das ZRC, pois pressionaram o governo nacional para a adoção de medidas de política frente a situações de crise dos camponeses, marcadas principalmente pela migração constante e a pulverização dos cultivos de coca. Na segunda seção nos ocupamos da legislação e dos principais elementos que sustentam esta nova institucionalidade. Na terceira seção apresentamos alguns elementos do Projeto Piloto de Zonas de Reserva Camponesa (PPZRC), através do qual se apoiaram as primeiras três ZRC na Colômbia, incluindo a de Cabrera. Por fim, abordamos a difícil conjuntura que viveram estes territórios durante os dois mandatos do presidente Álvaro Uribe, entre 2002 e 2010, período no qual as organizações camponesas sofreram estigmatização, ameaças e assassinatos dos líderes.

No quarto capítulo trabalhamos em torno da ZRC de Cabrera. Este capítulo está dividido em seis seções. Inicialmente realizamos uma caracterização geral do município de Cabrera, apresentando características sociodemográficas, de acesso a serviços públicos, de produção agrícola e de acesso a mercados. Na segunda seção, reconstruímos a sua constituição, resgatando a forma como a comunidade se organizou nesse processo e as motivações que levaram à conformação desse território através da *Resolución* n°046 de 2000 do Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA). Na terceira seção, aprofundamos o olhar sobre algumas ações de redistribuição fundiária que tiveram lugar no município no marco da constituição da mesma. Nesta parte, trazemos alguns elementos da história de vida do líder da ocupação dos terrenos, ação que teve como resultado a compra através do mercado de terras. Da mesma forma, trazemos a visão sobre a terra ocupada e o processo de venda, através da voz dos antigos proprietários.

Na quarta seção desse capítulo trabalhamos em torno do contexto do conflito armado no município e nos referimos ao enfraquecimento do processo de consolidação da ZRC durante os dois mandatos do presidente Álvaro Uribe, entre 2002 e 2010. Na quinta seção estudamos a nova conjuntura, relacionada com o processo de paz entre o governo colombiano e a guerrilha das FARC-EP, assim como a reativação das ZRC. Por fim, trabalhamos em torno

de uma nova luta que enfrenta este município, relacionada com a defesa do território frente ao megaprojeto de construção de microcentrais hidrelétricas.

Nas considerações finais elencamos os principais aspectos discutidos ao longo da dissertação, assim como algumas questões que precisam ser estudadas e aprofundadas no futuro, relacionadas especificamente com a conjuntura atual do processo de paz e o papel das ZRC no cenário de pós acordo de paz.

CAPÍTULO I- APROXIMAÇÃO À REFORMA AGRÁRIA NO CONTEXTO COLOMBIANO

Este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama geral da questão da terra na Colômbia e das discussões teóricas e conceituais sobre a reforma agrária. Pretendemos fazer uma sucinta introdução que nos forneça elementos para uma posterior compreensão do percurso histórico da ZRC de Cabrera até o momento atual, entendendo que o estudo desse território passa, indiscutivelmente, pela discussão da questão fundiária.

Começaremos, então, por apresentar uma breve aproximação a este conceito, partindo da ideia de que este é um conceito em aberto, pois é elaborado e reelaborado de acordo com o contexto global e nacional. Em segundo lugar, apresentaremos uma caracterização geral das tentativas de reforma agrária na Colômbia. Nosso ponto de partida será a Lei nº200 de 1936, conhecida como a lei de terras; nesse percurso, daremos ênfase na Lei nº160 de 1994, através da qual se estabeleceu como mecanismo para resolver as questões fundiárias o mercado de terras. Problematizamos de forma breve sobre esta política, elencando suas principais críticas e limites. Por fim, realizaremos uma breve caracterização do campo colombiano, com ênfase na concentração fundiária e na estrutura bimodal, onde subsiste uma grande percentagem da população que se localizaria no minifúndio e no microfúndio. Esta questão, pouco explorada nos estudos sobre a questão fundiária no caso colombiano, merece ser elencada, pois no caso de Cabrera encontramos a maioria da população nessa situação.

1.1. O conceito de Reforma Agrária

A reforma agrária foi um tema de debate ao longo do século XX nos países latino-americanos. Jesús Carlos Morett (2003), partindo da análise do caso mexicano, vai entendê-la como um processo que altera radicalmente a estrutura da propriedade agrária em um país, através da massiva redistribuição da terra, em benefício da população camponesa. Segundo este autor, a reforma agrária é uma ação realizada pelo Estado geralmente como resultado da pressão popular dos trabalhadores sem terra e dos camponeses pobres, reduzindo o poder dos latifundiários (entendidos no contexto espacial de análise como *terratenientes*). A reforma

pode ser entendida, também, como mecanismo para frear a proletarização do campesinato ou canalizar o descontentamento dos camponeses e evitar a rebelião. Nesse sentido,

Las reformas agrarias dependerán de la forma y profundidad que alcance el proceso, pero también de la naturaleza y propósitos del sistema político que las impulsa (Morett, 2003: 30).

Morett define uma série de traços característicos das reformas agrárias, elencados a seguir:

- São processos de redistribuição da terra ou facilitadores do acesso à mesma;
- As transformações não são espontâneas, mas controladas e realizadas pelo Estado;
- O conteúdo e profundidade da reforma agrária estão determinados pelo ator que a promova (o Estado ou os camponeses);
- Nas reformas agrárias se determinam as modalidades da posse da terra, como por exemplo, as unidades de produção individual, familiar, ou as cooperativas, entre outras;
- São estabelecidos limites à propriedade. Inclusive, pode ser negado o acesso à mesma por parte de alguns grupos ou corporações (por exemplo, limitar o acesso por parte de estrangeiros);
- Podem ser estabelecidos limites à venda ou aluguel da mesma;
- Pode existir a obrigatoriedade de manter os terrenos em constante produção;
- O objetivo fundamental é a redistribuição e acesso à terra, mas, geralmente, as reformas agrárias vêm acompanhadas de uma série de medidas complementárias como os planos de educação e capacitação, saúde, moradia, comercialização, etc.;
- Os efeitos sobre a produção agropecuária podem ser positivos ou negativos, dependendo de se são afetadas unidades eficientes de exploração, ou se são incorporados recursos ociosos e, também, se o parcelamento consegue criar unidades de tal forma que resultem eficientes;
- Seu conteúdo dependerá tanto da forma e extensão do processo, como da natureza do sistema político que a estimule e dos atores que a promovam;
- Tende a diminuir o montante global da renda do solo, a liberar ou ampliar recursos produtivos e a incrementar o mercado interno;
- Traz consigo importantes mudanças não só em termos econômicos, mas também políticos, na medida em que modifica as estruturas de poder e as estruturas sociais.

Segundo Morett (2003), uma reforma agrária finaliza quando consegue modificar a anterior estrutura da propriedade territorial ou quando já não existe disponibilidade de terra para repartir, vender, parcelar ou colonizar. As reformas agrárias inconclusas, nessa perspectiva, seriam aquelas abortadas sem concluir suas metas.

Outro autor que tem contribuído na discussão latino-americana sobre reforma agrária é Jacques Chonchol (1963). O autor considera que ela deve ser um processo massivo, rápido e drástico de redistribuição dos direitos sobre a terra e a água, e deve ter amplo apoio cidadão, pois implica uma mudança na estrutura tradicional de poder político nos países latino-americanos. Isso significa que devem ser mudados também os marcos jurídicos e institucionais.

Da mesma forma, considera que o pagamento pelas terras desincentiva a reforma agrária, pois entre mais alto seja o pagamento pela terra, menos reforma agrária poderá ser feita. O autor considera que geralmente o preço comercial é superior à sua produtividade e, além disso, alguns proprietários recebem o pagamento sem ter exercido nela a função social da propriedade. Levando em consideração essa situação, Chonchol considera que os governos latino-americanos devem reduzir ao mínimo seu pagamento para garantir a disponibilidade de recursos para fazer a reforma agrária. Da mesma forma, considera que ela deve afetar a estrutura e orientação da produção, o que significa que o mercado interno deve ter prioridade com relação ao mercado externo e deve estar acompanhada por uma política alimentar. Deve, por fim, estar inserida dentro de um plano de desenvolvimento da agricultura e dentro de um plano geral de desenvolvimento econômico.

Por sua parte, Miguel Carter considera que “nenhum outro século testemunhou tanta atenção e luta política em torno à questão agrária quanto o século XX” (CARTER, 2010, p. 46). Segundo o autor, durante este século foram adotadas diversas políticas de redistribuição fundiária em distintos países. Carter considera que as reformas agrárias foram de alguma forma associadas ou influenciadas pela esquerda política. Alguns governos nacionalistas da América Latina, influenciados por ideias socialistas, realizaram expropriações de grandes latifúndios, como é o caso do México, da Bolívia e da Guatemala. Outros países da região, sob influência de partidos políticos de esquerda, distribuíram terra, como é o caso do Chile na década de sessenta. Após a revolução cubana, países como a Venezuela, a Colômbia e o Equador realizaram tímidos esforços de reforma agrária, como os caracteriza o autor.

Carter considera que as reformas agrárias surgem como resultado da demanda da população, porém, “nenhuma reforma agrária moderna poderia ocorrer na ausência de um

Estado” (CARTER, 2010, p. 48). Algumas podem surgir como resultado de guerras, apropriações de terra ou expressões de força bruta, mas sempre teriam como resultado uma ação estatal. Por fim, Carter se refere à relação entre a desigualdade social e as reformas da estrutura agrária, chamando a atenção para o fato de as nações mais desiguais serem aquelas que implementaram pouca ou não implementaram reformas agrárias no século XX.

Por sua parte, Absalón Machado (2009) considera que a emergência da reforma agrária na década de sessenta na América Latina surge como resposta dos governos à revolução cubana. Nesse sentido, a Aliança para o Progresso financiou reformas agrárias não revolucionárias. Porém, com exceção da reforma agrária mexicana no início do século XX, e da reforma boliviana, cubana e a tentativa da Nicarágua, não existe na América Latina uma reforma que tenha transformado as relações de poder no setor rural e em toda a sociedade.

Mencionamos aqui alguns dos elementos que, segundo este autor, caracterizam a reforma agrária:

- Redistribuição do poder fundamentado no controle da propriedade territorial;
- Expropriação da propriedade, com ou sem indenização;
- Compra de terras por parte do Estado para sua posterior redistribuição;
- Pagamento aos proprietários, quando indenizados, através de bônus de longo prazo;
- Limite à propriedade;
- Entrega de terras aos camponeses por parte do Estado, sem pagamento ou pagamento de um preço baixo por parte dos camponeses;
- Serviços de assistência técnica e crédito para a produção;
- Mínimos custos de transação no cadastramento e legalização dos títulos de propriedade;
- Titulação das terras;
- Formação de unidades camponesas viáveis em termos econômicos, de desenvolvimento empresarial e de economias de subsistência;
- Implantação de um regime de segurança social no campo e de relações de trabalho modernas;
- Revisão de regime de tributação da propriedade rural;
- Fortalecimento da democracia e da participação nos sistemas de tomada de decisões por parte das populações rurais;
- Educação e capacitação à população rural;

- Modificação das relações entre o rural e o urbano;
- Estado intervencionista.

Machado (2009) considera que a reforma agrária deve estar inserida dentro de uma estratégia de desenvolvimento rural, onde o rural seria entendido além da dimensão agropecuária. Da mesma forma, considera que o setor rural deve ser redistribuído ou restaurado para criar riqueza e não para gerar pobreza. Nessa perspectiva, o melhoramento do nível da vida rural só pode ser atingido através da criação de pequenos e médios núcleos de acumulação no campo, não formando microfúndios (terrenos inferiores a três hectares), como usualmente feito através das ações de reforma agrária na Colômbia.

Segundo Machado, a reforma agrária é ainda uma questão de grande relevância no contexto colombiano. Deve, no entanto, ser discutido seu conteúdo, concepção e o modelo de desenvolvimento rural que se requer para resolver os problemas do campo. Chama a atenção, também, para a necessidade de refletir sobre esse conceito e compreender suas dinâmicas e mudanças, problematizando acerca da importância de incluir na sua concepção uma discussão mais ampla que perpassasse a questão do acesso à terra. Por fim, a proposta de Machado consiste em começar a incorporar o conceito de reforma rural, recontextualizando a reforma agrária e adotando uma visão de longo prazo para o setor agropecuário e o desenvolvimento territorial. A reforma rural seria entendida pelo autor como:

Un proceso de cambio y transformación de las estructuras rurales y de sus relaciones no sólo con los sectores agroindustrial, financiero y comercial, también con la sociedad y con la capacidad de crear las condiciones para un desarrollo agrícola más competitivo y endógeno; para un desarrollo rural más equitativo, sostenible, eficiente y sin exclusiones de ninguna naturaleza. Esa reforma debería hacer que el sector rural y la agricultura fueran estratégicos en la economía y la sociedad; para facilitar el desarrollo del potencial de sus recursos naturales y la biodiversidad en beneficio del país y de sus habitantes rurales (MACHADO, 2009, p. 98).

Nessa perspectiva, a reforma rural incluiria tanto o acesso a todos os ativos produtivos, como a formação de capital social (em termos da interação social entre agentes, regras, valores, confiança e reciprocidade), assim como também a definição de uma nova institucionalidade para o setor e a consideração do território como unidade de planejamento e aplicação de estratégias.

1.2. Uma aproximação às tentativas de reforma agrária na Colômbia

A questão agrária é constitutiva da história colombiana, pois representa uma problemática transversal à história e às dinâmicas do país, e é também a raiz do conflito armado colombiano⁵. Este é o único país da América Latina com um conflito armado com uma duração e permanência de mais de 50 anos, o qual vai se complexificando cada vez mais. Ao longo do século XX, foram realizadas algumas tentativas de reforma agrária, porém, segundo Fajardo, “A Colômbia tem uma longa tradição legislativa de reformas agrárias, acompanhada de uma execução surpreendentemente limitada da mesma” (FAJARDO, 1999, tradução nossa). Nesta seção mencionaremos as principais.

Em 1936 foi promulgada a Lei nº200, como resultado da problemática fundiária na Colômbia e dos conflitos comuns entre camponeses e fazendeiros, como será descrito, para o caso da região de Sumapaz, no seguinte capítulo. Na denominada Lei de terras, a reforma agrária seria entendida em termos de recuperação de *tierras baldías*⁶ e redistribuição das mesmas para a exploração econômica. Ela surgiu como resultado da convergência de uma série de fatores, como os protestos rurais com impacto desestabilizador em termos de produção de alimentos, a participação de atores do Partido Liberal defendendo os direitos dos colonos⁷ e pequenos proprietários, e o aumento do preço e importância da terra, como resultado da exploração cafeeira. Não obstante, a lei acabou beneficiando aos latifundiários, pois os colonos perderam influência política (BERRY, 2002).

Foi, contudo, uma primeira tentativa de reforma agrária, na qual se incluiu a existência de juízes especializados em conflitos fundiários e a desapropriação ou perda da propriedade como resultado do não cumprimento da sua função social, quando esta fosse inexplorada por

⁵ Entendemos o conflito armado como “Confrontos armados prolongados que ocorrem entre forças armadas governamentais e forças de um ou mais grupos armados, ou entre esses grupos, que surjam no território de um Estado... Os confrontos armados devem atingir um patamar mínimo de intensidade e as partes envolvidas no conflito devem apresentar um mínimo de organização” (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2008).

⁶ As *tierras baldias* no contexto colombiano se referem às terras de propriedade da nação, ou seja, terras públicas, passíveis de serem exploradas e adjudicadas. Pela especificidade histórica do termo, preferimos usá-lo em espanhol, reconhecendo que no contexto brasileiro, as *tierras baldias* teriam semelhança com as terras devolutas, na medida em que se refere a terras públicas. Porém, chamamos a atenção para o fato de o conceito de baldio em português não ter relação com o conceito em espanhol, pois em português os baldios se referem principalmente a terrenos abandonados, sem importar se são públicos ou privados.

⁷ Ao longo da dissertação, usaremos o termo “colono” para referirmos às pessoas que chegaram às terras da nação, que não tinham um dono particular, e começaram a expandir a fronteira agrícola. Nesse sentido, os colonos se caracterizam por não ter os títulos de propriedade dos terrenos que trabalham. Entendemos, porém, que no contexto brasileiro o termo colono pode ter uma conotação diferente.

um tempo determinado (MONDRAGÓN, 2002). No entanto, esta tentativa se viu afetada por uma contrarreforma através da Lei nº100 de 1944, a qual adiou a aplicação da Lei nº200 com relação às desapropriações, além de defender as vantagens públicas do contrato de *parceria*, através do qual o *parceiro*, pelo fato de utilizar a terra, devia entregar uma parte da colheita ao proprietário.

Na década de sessenta, no contexto de violência social e política, e da intervenção dos Estados Unidos na América Latina através da Aliança para o Progresso, nasce a Lei nº135 de 1961, através da qual se criou o Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA) para gerenciar as questões associadas com esta problemática. O INCORA estaria encarregado da dotação de lotes aos camponeses que não tinham acesso aos mesmos e da adequação dos terrenos para serem incorporados na produção e dotação de serviços sociais básicos. Um dos principais elementos dessa norma foi a definição da Unidade Agrícola Familiar (UAF) como forma de exploração agrária que depende diretamente da força de trabalho da mesma família (como veremos nos seguintes capítulos, a Lei nº160 de 1994 resgata a figura da UAF). As principais políticas de reforma agrária nesse período se focaram em três municípios do departamento de Tolima, sem resultados positivos em termos de redistribuição fundiária (BERRY, 2002). As ações se centraram na adjudicação de terras públicas, sem afetar a propriedade privada, pois, como observa Fajardo, este é um mecanismo que “fornece terras sem quebrar o latifúndio” (FAJARDO, 1988, p. 111, tradução nossa).

Foram poucas as ações desenvolvidas no marco dessa norma, e as tentativas de reforma agrária foram eliminadas através de uma contrarreforma promovida na Lei nº4 de 1973. Nela, foram estabelecidos mecanismos para a expropriação que resultavam extremamente complexos e determinava quase todos os lotes como adequadamente explorados (MONDRAGÓN, 2002).

Na década de setenta, então, a questão da reforma agrária perdeu importância e desapareceu da discussão pública (MACHADO, 2009). Nesse sentido, o discurso foi apagado do âmbito institucional, ainda que para os movimentos camponeses continuasse sendo uma pauta de grande importância. O desaparecimento da pauta da reforma agrária em termos institucionais foi uma estratégia das elites conservadoras, apoiadas na figura do presidente conservador Misael Pastrana (1970-1974), e foi promovida através de duas estratégias, isso é, através da lei de contrarreforma agrária de 1973 e do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado DRI, implementado nessa mesma década como substituto da reforma agrária.

O programa DRI se centrava no pequeno camponês e buscava fornecer crédito, assistência técnica, infraestrutura e serviços sociais a este segmento da população. No entanto, a experiência desse programa, implementado também em países como México e Peru, mostrou a importância de garantir a disponibilidade de imóveis como fator indispensável para a viabilidade do programa, pois muitos dos beneficiários não eram proprietários. Como complemento do DRI, o INCORA realizou algumas ações centradas na titulação de *tierras baldias* e no apoio a programas de colonização, com algumas distribuições de terrenos já adquiridos, porém, sem modificar radicalmente a estrutura do latifúndio.

Por fim, em 1994, através da Lei nº 160 foi promovida a reforma agrária segundo os modelos do Banco Mundial, isso é, através do mercado de terras. Esta deve ser entendida dentro dos ajustes estruturais implantados como parte das políticas neoliberais em nível internacional e se insere dentro dos programas financiados pelo Banco Mundial para tal fim em países como Colômbia, Brasil, Filipinas e África do Sul (LAHIFF, BORRAS e KAY, 2008). Compreende a redistribuição via privatização e descentralização de transações voluntárias entre proprietários interessados em vender a terra e os camponeses que a demandem. Ademais, questiona a reforma agrária conduzida pelo Estado, caracterizando-a como falência histórica e como inviável no contexto dos regimes políticos democráticos (PEREIRA e FAJARDO, 2015). Além do mais, critica a excessiva centralização, burocratização, a demora nos procedimentos de aquisição dos imóveis e os altos custos, ligados também aos problemas de clientelismo e corrupção (SUHNER, 2005). Como resultado, na perspectiva promovida pelo Banco Mundial o Estado vai ter um papel reduzido, apoiando a negociação entre proprietários e camponeses, mas não como executor ou principal fomentador dessa transação.

Para o caso colombiano, na Lei nº160 de 1994 se entenderá o mercado de terras como:

Um mecanismo para afetar a estrutura agrária, através da redistribuição de terras pelo mercado, isso é, através da compra direta de terras por parte dos camponeses, subsidiada de forma parcial pelo Estado e com a mediação institucional do Incora (FRANCO e DE LOS RÍOS, 2011, p. 108, tradução nossa).

Nessa norma foi estabelecida a compra direta dos terrenos por parte dos camponeses, com um subsídio de 70% do valor das mesmas, entregue pelo Estado. Essa política gerou oposição por parte de organizações camponesas devido às dificuldades de financiar o 30% restante e ao risco de endividamento (SUHNER, 2005). Esta questão foi modificada e

atualmente o governo colombiano pode subsidiar até 100% do valor dos terrenos para reforma agrária.

Por outra parte, a desapropriação figurou na lei como a última opção possível de reforma agrária, caso o mercado de terras fracassasse. Isso foi, segundo Pereira e Fajardo (2015), resultado das pressões do INCORA, não do Banco Mundial, pois segundo a perspectiva geral do mercado de terras, a desapropriação gera resistências por parte dos proprietários, ocasionando assim processos lentos e com altos custos administrativos (SUHNER, 2005).

No caso particular da Lei nº160 de 1994, organizações camponesas se opuseram ao projeto de lei por considerar que o mercado assistido de terras, em lugar de mitigar os altos preços da mesma, tinha o efeito contrário, além de deixar tanto o INCORA como os camponeses ao arbítrio das propostas dos proprietários (MONDRAGÓN, 2002).

São muitas as críticas feitas a este modelo, a partir da experiência em diversos países. A principal crítica é que a reforma agrária de mercado tem evidenciado pouca capacidade para responder às demandas por terra, além de não conseguir transformar radicalmente a estrutura fundiária (LAHIFF, BORRAS e KAY, 2008). Na base desse questionamento está o fato de o mercado de terras não ser um mecanismo de reforma agrária nos termos em que é entendido por autores como Chonchol, Carter ou Machado, pois não transforma a estrutura fundiária e a estrutura de poder. O caso da Colômbia ilustra essa situação, pois apesar de ter sido adotado como o modelo predominante, autores como Mondragón (2002) destacam como, com base no modelo de reforma agrária de mercado (MRAM), os proprietários ofereceram ao INCORA em 1997 cerca de 1.41.313 hectares, das quais esta instituição só teve dinheiro para subsidiar a compra de 3.7% dos terrenos oferecidos.

Outras críticas se referem aos altos custos da aquisição das terras, à inexistência de um mecanismo para selecionar os beneficiários, à desigual estrutura de negociação entre os atores envolvidos-proprietários e camponeses-, e ao pouco interesse por parte dos grandes latifundiários de oferecer os terrenos de forma voluntária (SUHNER, 2005). Nesse sentido, a reforma baseada no mercado de terras, no caso colombiano, “premiou proprietários que, por meio dela, venderam imóveis abandonados, falidos ou mal localizados, recebendo em dinheiro” (PEREIRA e FAJARDO, 2015, p. 19). Por fim, Fajardo (2002) considera também que no contexto colombiano, caracterizado por um cenário de guerra civil, não deveria se deixar prioritariamente nas mãos do mercado a solução dos desequilíbrios no acesso à terra, motivo pelo qual se faz necessária a intervenção direta do Estado.

A Lei nº160 de 1994, a qual promove o mercado de terras, é também a norma que cria a institucionalidade das ZRC na Colômbia e por esse motivo, algumas ações de reforma agrária nesses territórios se inserem nessa política. As ZRC, porém, são o resultado dos debates e pressões das organizações em torno ao projeto de lei, e devem ser entendidas além do marco institucional, pois como veremos nos seguintes capítulos, a importância das mesmas está na forma como na prática esses territórios têm se constituído, a partir de um papel ativo das comunidades locais.

Podemos concluir que as políticas de reforma agrária na Colômbia privilegiaram em primeiro lugar, e como política predominante, a adjudicação de *tierras baldias* aos camponeses, e em segundo lugar, a negociação entre camponeses e proprietários para a compra dos terrenos, sem afetar a estrutura agrária. Contudo, devemos levar em consideração as possíveis mudanças que poderão acontecer na estrutura fundiária como resultado do processo de paz entre o governo colombiano e a guerrilha das FARC-EP, onde a questão rural ocupou o primeiro tema na agenda de negociação. No documento do acordo, intitulado “Hacia un nuevo campo colombiano: Reforma Rural Integral” argumenta-se a importância de resolver questões históricas de acesso à terra e de estabelecer mecanismos para a desconcentração da mesma. Ademais, no documento se reconhece que as medidas para resolver as questões fundiárias devem ir acompanhadas de outras medidas complementares, como o investimento em infraestrutura, educação, saúde e redução da pobreza (GOBIERNO COLOMBIANO; FARC-EP, 2014).

A Reforma Rural Integral (RRI) se baseia em ações dirigidas em três temáticas: i) Acesso e uso da terra, formalização da propriedade, fronteira agrícola e proteção de zonas de reserva; ii) Programas de desenvolvimento com enfoque territorial; e iii) Planos nacionais para a Reforma Rural Integral. Nessa perspectiva, a questão agrária estaria inserida na dinâmica rural, abarcando uma série de reivindicações que complementariam e perpassariam a discussão fundiária. Esta discussão em torno à questão rural abre a possibilidade de realizar modificações no que tange à estrutura fundiária, através de mecanismos que consigam transformá-la efetivamente. Esta pesquisa, no entanto, não conseguirá registrar os efeitos do processo de paz na configuração de novas modalidades de reforma agrária que serão promovidos como resultado do acordo final, previsto para ser firmado em 2016.

1.3. Algumas características do campo colombiano

Como resultado do fracasso das políticas de reforma agrária na Colômbia, identificam-se como características do campo colombiano: o modelo bimodal baseado na concentração da terra e nos minifúndios, a apropriação de imóveis rurais através da expulsão violenta de milhões de colombianos e a presença de grupos ilegais e de cultivos de uso ilícito (principalmente coca), controlados pelos grupos de narcotráfico e por atores armados. A ausência de uma verdadeira reforma agrária, somado ao conflito armado e ao *desplazamiento forzado*, são fatores que possibilitaram a concentração fundiária. O índice Gini de terras⁸, calculado a partir do tamanho dos terrenos, para o ano 2009 foi de 0,874. Por sua vez, o índice Gini de proprietários, calculado a partir da análise do número de imóveis e do tamanho dos mesmos em poder dos proprietários, para 2009, foi de 0,886 (IGAC, 2012).

A Colômbia carece de um cadastro atualizado da área rural. Um esforço importante realizado nesse sentido, que contribui, ainda que não resolva o atraso, foi o terceiro Censo Nacional Agropecuário, cujos resultados começaram a serem publicados 45 anos depois do segundo censo realizado. A partir do censo das Unidades Produtoras Agropecuárias (UPA) na área rural dispersa, isso é, a área rural sem incluir os perímetros urbanos, o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) estima que 43,1 milhões de hectares são destinadas para uso agropecuário, porém, só 20,1% corresponde a atividades agrícolas.

Por outro lado, o uso agropecuário da terra é especialmente importante nas pequenas propriedades e minifúndios, pois nas unidades de produção menores a 5 hectares, o uso do solo para fins agropecuários representa 75,9%, enquanto nas unidades de mais de mil hectares, o uso do solo para fins agropecuários representa só 27,4%.

⁸ O índice Gini de terras é um indicador que mede a desigualdade na distribuição da mesma, em uma escala entre zero e um; quando está próxima a um, significa que a terra está concentrada nas mãos de poucos proprietários, no entanto, quando está próximo a zero, significa que a distribuição da propriedade é equitativa (IBÁÑEZ e MUÑOZ, 2011).

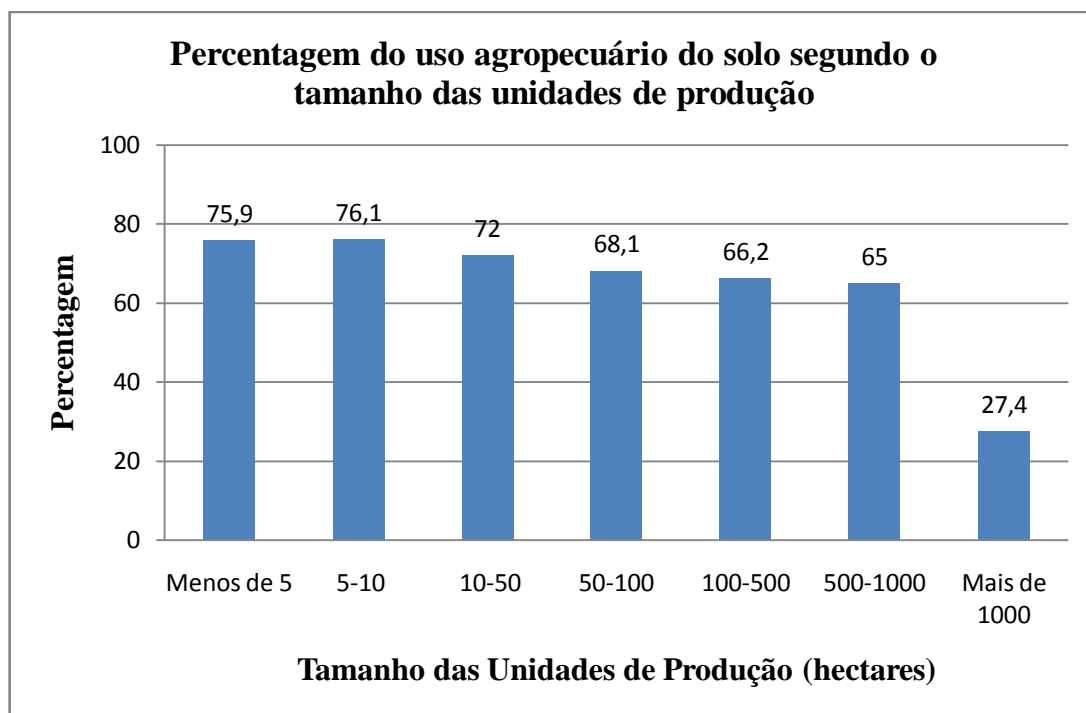


Gráfico 1. Percentagem do uso agropecuário do solo segundo o tamanho das unidades de produção. Fonte: Elaboração própria a partir da informação do DANE (2015)

A recente informação do Censo Agropecuário também permitiu evidenciar a concentração da terra na Colômbia e a fragmentação da pequena propriedade em minifúndios e microfúndios. Nesse sentido, as unidades de produção (UP) superiores a mil hectares representam 0,2% do total das unidades, porém, ocupam 73% da área, como se evidencia nos seguintes gráficos.

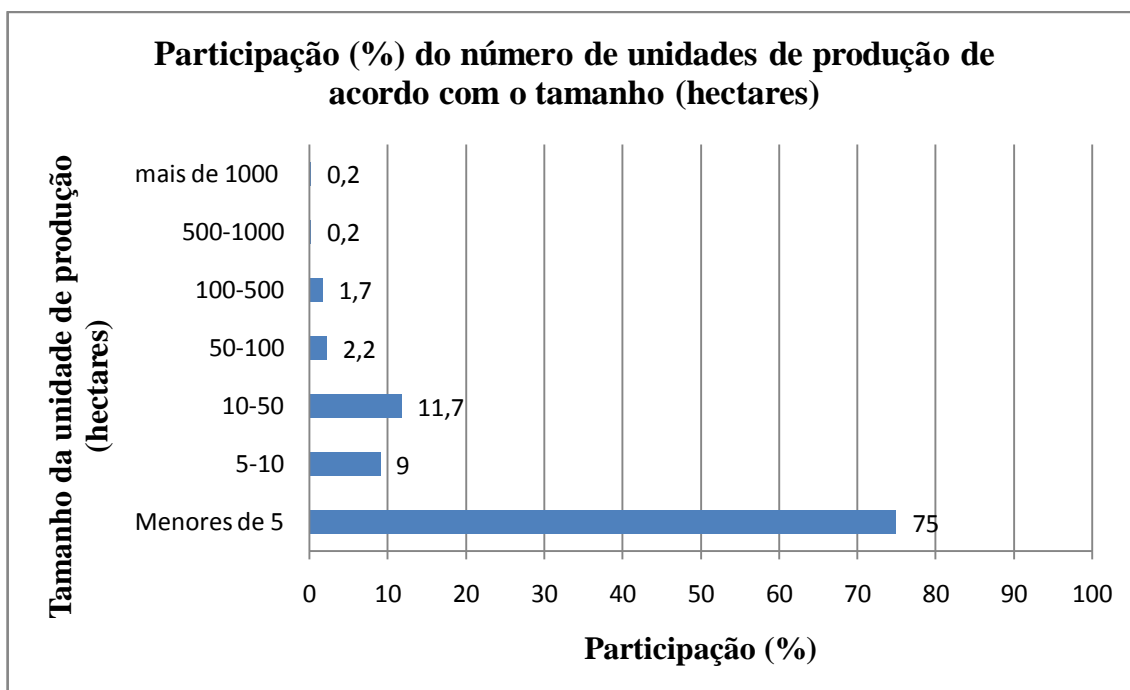


Gráfico 2. Participação (%) do número de unidades de produção de acordo com o tamanho. Fonte: Dane (2015)

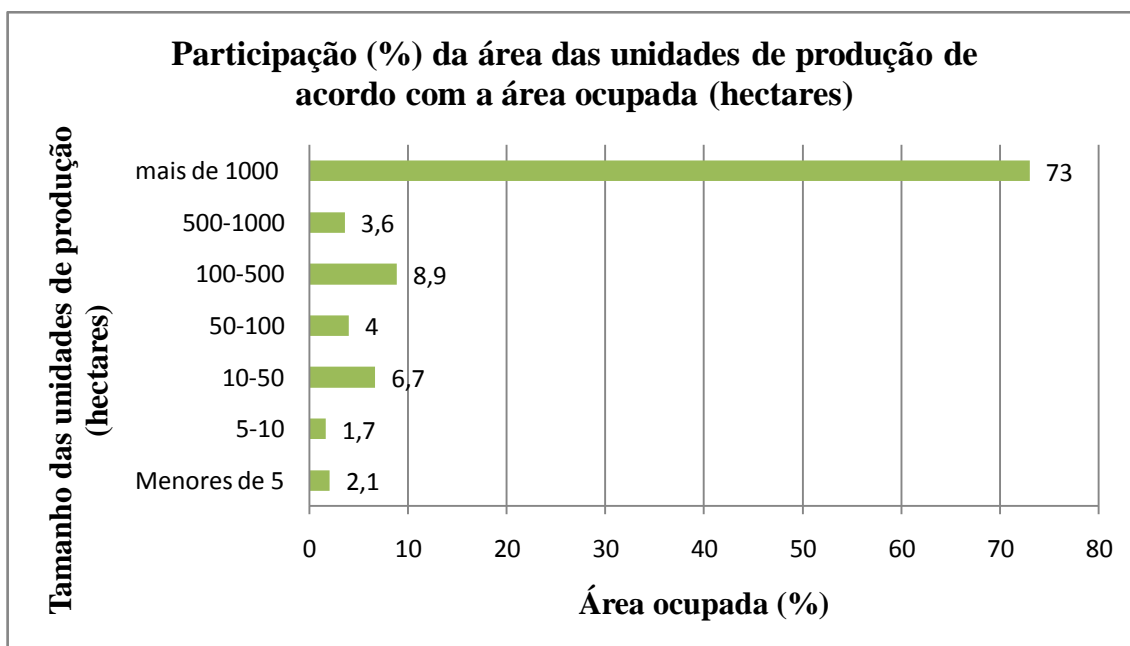


Gráfico 3. Participação (%) da área das unidades de produção de acordo com a área ocupada. Fonte: Dane (2015)

Com relação às unidades de produção menores a 10 hectares, elas representam 84% do total, porém, só ocupam 3,8% da área total.

Na sua pesquisa sobre concentração fundiária na Colômbia, Ibañez e Muñoz (2011) afirmam que entre 2000 e 2010, o aumento na concentração da mesma sucedeu em 54.3% dos municípios colombianos. Alguns autores, então, caracterizam a estrutura rural colombiana como bimodal (ORTIZ, PEREZ, *et al.*, 2004), pois persiste um modelo de grande propriedade de forma paralela com a pequena propriedade, o minifúndio e o microfúndio.

Outros problemas relacionados com a questão agrária na Colômbia estão associados à importação de alimentos, que afeta o setor agropecuário. A década de 1990 se caracterizou pela implantação de reformas estruturais e neoliberais não só nesse país, senão também em outros países da região. Nesta década se percebe uma radical diminuição da produção agrícola. De acordo com Ortiz *et al* (2004), nesse período, a área destinada para as culturas de menor ciclo, ou temporárias, diminuiu 36%. De forma paralela, os cultivos de uso ilícito (principalmente coca) aumentaram em 306,9%.

Todos estes problemas são incrementados pelo conflito armado, que atravessa a sociedade colombiana especialmente nas áreas rurais. A Colômbia é um dos países do mundo com o maior número de *desplazados internos*⁹, junto com Síria. O *desplazamiento forzado*, que afeta principalmente as áreas rurais, faz parte de uma estratégia para a usurpação da terra por parte de atores legais e ilegais, e é um mecanismo para a expansão do latifúndio. Existe divergência em relação ao número de *desplazados* no país, assim como também no que tange ao número de hectares usurpados como resultado do *desplazamiento*. Porém, a Consultoria para os Direitos Humanos e o *Desplazamiento*- CODHES, afirma que entre 1985 e 2013, 5.905.996 pessoas foram *desplazadas* pela força (ROJAS e HURTADO, 2014). Da mesma forma, o total da área abandonada por causa desse fenômeno se calcula em 8.056.978 hectares, entre 1995 e 2010 (POSSO, 2011). Os dados, então, evidenciam a necessidade de uma reforma agrária que contribua a resolver os problemas fundiários elencados anteriormente.

⁹ Entendemos o “desplazado” como: Toda pessoa que tem sido forçada a migrar dentro do território nacional abandonando seu lugar de residência ou suas atividades econômicas habituais porque sua vida, sua integridade física, sua segurança ou sua liberdade pessoal têm sido vulneradas ou encontram-se diretamente ameaçadas por qualquer uma das seguintes situações: o conflito armado interno, distúrbios e tensões interiores, violência generalizada, violações massivas dos Direitos Humanos, infrações ao Direito Internacional Humanitário, ou outras circunstâncias derivadas das situações anteriores que possam alterar drasticamente a ordem pública (Lei nº387 de 1997. Tradução nossa).

No seguinte capítulo apresentaremos de forma geral a história recente da região de Sumapaz, onde se insere o município de Cabrera, e daremos especial ênfase à questão fundiária, transversal à história da região.

CAPÍTULO II- A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE SUMAPAZ

“La gente sigue resistiendo, la gente está dispuesta a resistir. Han resistido cien años”

Darío Fajardo

Compreender um território significa remontarmos a sua história. Por este motivo, estudar a constituição da ZRC de Cabrera em 2000 passa por reconstruir as lutas pela terra que definiram uma identidade camponesa nesse lugar. Entendendo que o objeto de estudo desta dissertação requer do conhecimento da história e dos acontecimentos que a marcam (BEAUD e WEBER, 2007).

Este será o tema abordado neste segundo capítulo, estruturado em cinco seções. Na primeira, estudaremos a chegada na terra dos colonos nas primeiras décadas do século XX e as disputas que se originaram na região de Sumapaz, onde se localiza Cabrera. Na segunda seção, nos ocuparemos do surgimento de lideranças e da consolidação do movimento camponês nessa localidade. Na terceira, abordaremos algumas medidas de política promovidas pelos governos na década de 1920 e 1930, como formas de mitigar os conflitos agrários. Na quarta parte, tentaremos explicar o período de violência e confrontação armada que surgiu após o assassinato do líder popular Jorge Eliécer Gaitán, em 1948, o qual sem dúvida significou um ponto de inflexão na história do país e dessa região. Por fim, abordaremos a desintegração da fazenda nesse lugar e a criação de uma estrutura fundiária baseada no minifúndio, como resultado de uma convergência de fatores políticos, sociais econômicos, onde o protesto social teve um papel de destaque.

Entendemos a riqueza de documentação existente no que tange aos conflitos políticos e sociais nesse território. Porém, devido às limitações próprias de tempo e extensão, tentaremos apresentar os elementos históricos chave que forneçam elementos para realizar uma leitura atual da ZRC de Cabrera.

2.1. A chegada na terra e os primeiros conflitos na região de Sumapaz

Cabrera é um município colombiano inserido na região de Sumapaz, que abarca 13 municípios¹⁰, localizados nos departamentos de Cundinamarca e Tolima¹¹ (ver mapa 1). Cinco destes foram estabelecidos no período colonial: Fusagasugá, Tibacuy, Pasca, Pandi e Cunday (LONDOÑO, 2011). Os outros surgiram no século XIX e XX como resultado, principalmente, da colonização de *tierras baldias*. Este é o caso de Cabrera, que se desagregou de Pandi.

Este território, localizado na área andina do país, caracteriza-se pela existência de um páramo, isso é, um ecossistema com alto valor ecológico, pois possui espécies endêmicas de flora e fauna, além de grande quantidade de nascentes de água. Os páramos se caracterizam por reter e armazenar água. Encontram-se, principalmente, nas partes mais altas da Cordilheira dos Andes (DE LOS RÍOS, 2009). E assim como 99% dos páramos estão localizados nessa cordilheira e a Colômbia, particularmente, tem 34 páramos que representam 49% do total de páramos no mundo. O páramo de Sumapaz é o maior do mundo, e tem uma altitude entre os 3.500 e 4.000m. O clima é frio e úmido, com temperaturas que podem variar entre -8°C e 17°C (OSPINA, 2003).

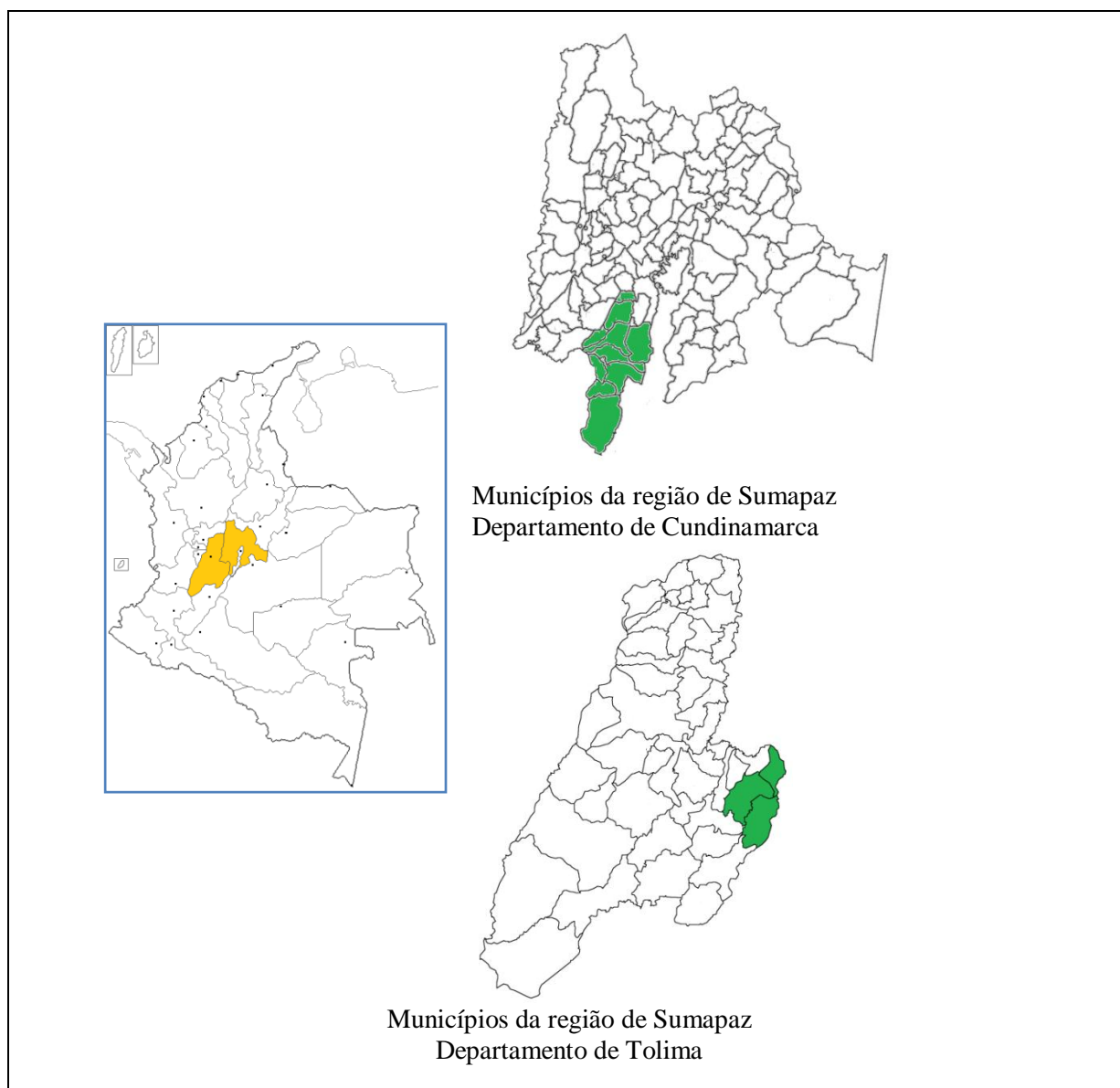
¹⁰A região de Sumapaz está conformada por 13 municípios, 10 no departamento de Cundinamarca (Fusagasugá, Tibacuy, Pasca, Pandi, Arbeláez, Silvania, Granada, San Bernardo, Cabrera, Venecia) e três no departamento de Tolima (Cunday, Icononzo, Villarrica). Ademais, inclui uma parte do município de Bogotá. Outros estudos, porém, se referem a esse território sem incluir os municípios localizados no departamento de Tolima.

¹¹Os departamentos são as unidades administrativas e políticas nas quais se divide a Colômbia. São os assim chamados estados, no Brasil.



Figura 1. Páramo de Sumapaz. Foto: Juan Guillermo Hernández, 2015.

Na história recente desse território identificam-se dois momentos importantes do povoamento, no qual se apresenta o maior crescimento demográfico (LONDOÑO, 2011). O primeiro deles é o lapso compreendido entre 1843 e 1851, relacionado com o aumento na produção do café, devido à importância que começa a ocupar nas exportações; seu cultivo ganhou força especificamente no oriente do departamento de Tolima. O segundo momento é entre 1905-1928, e está focado no local conhecido como Alto Sumapaz, do qual o município de Cabrera faz parte.



Mapa 1. Localização dos departamentos de Tolima e Cundinamarca. Municípios que compõem a região de Sumapaz. Fonte: Elaboração própria

No final do século XIX e início do XX, a colonização foi motivada pela produção de quina¹² e de café na região. Calcula-se que entre 1850 e 1916 foram adjudicadas 50% das *tierras baldías* em Cundinamarca com o objetivo de explorar os bosques de quina. Esta estrutura econômica deu origem ao sistema de fazendas e, por conseguinte, representou a consolidação do latifúndio com investimentos de comerciantes de Bogotá, particularmente motivados pela existência de *tierras baldías* (MARULANDA, 1991).

¹² A quina é a casca que cobre o tronco da árvore do mesmo nome, utilizada em medicina como anti-séptico.

Porém, o fator mais significativo que promoveu a colonização desses terrenos em Sumapaz foi a Guerra dos Mil Dias (1899-1902). Nela, as forças liberais e conservadoras se enfrentaram em uma guerra civil intensa. Considera-se como uma das maiores consequências desta a perda do Panamá. Após o fim da mesma, alguns dos combatentes que lutaram no município de Une, começaram a migrar dos departamentos de Cundinamarca e Boyacá a essa região (LONDOÑO, 2011), como resultado principalmente da pobreza nos lugares de origem. Este vai ser o caso da família de Juan de la Cruz Varela, principal líder agrário desse lugar, e um dos mais reconhecidos no país.

Os camponeses se vincularam como trabalhadores nas fazendas, como arrendatários, ou acabaram sendo colonos das terras públicas, abrindo a fronteira agrícola. A criação de Cabrera é o resultado dessa colonização interior¹³, pois o povoado foi fundado em 1910 por um grupo de imigrantes, com ajuda do pároco de Pandi (LONDOÑO, 2011, p. 76).

La reclamación... había comenzado en 1906 con la solicitud de adjudicación de terrenos baldíos que un grupo de catorce colonos formuló ante el Concejo Municipal de Pandi. Todo indica que esta petición fue el primer acto público de una comunidad formada inicialmente por familias procedentes de Une y otros pueblos de Cundinamarca y Boyacá, que después de la Guerra de los Mil Días comenzaron a civilizar una zona de baldíos en la que fundaron el pueblo de Cabrera.

A chegada nesse território, porém, não esteve isenta de conflitos. A ocupação das *tierras baldías* reproduziu um modelo de exploração baseado nas grandes fazendas, herdado da colonização espanhola, e caracterizado pela concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários. Em Alto Sumapaz, a vida e o trabalho giravam em torno à fazenda Sumapaz - que foi se expandindo através da apropriação dessas terras, até chegar em 1930 a ter 200.000 hectares-, e El Hato, de aproximadamente 12.500 hectares (LONDOÑO, 2011).

De acordo com Renán Vega (2002), entre 1870 e 1925 se identificam dois tipos de conflitos nessa região. O primeiro, entre as facções da classe dominante (latifundiários, empresários e comerciantes) pela apropriação das *tierras baldías* e o controle da força de trabalho. O segundo, entre proprietários e os colonos e arrendatários, pelo direito à terra e à livre comercialização dos produtos. O primeiro tipo de conflitos foi sendo eliminado com o alinhamento dos interesses das elites. Contudo, o segundo se manteve durante a primeira metade do século XX. Desse nos ocuparemos na seguinte seção.

¹³Entendemos a colonização interior como um “proceso de ocupación, adecuación e integración a la producción agrícola de tierras baldías de la nación donde predominaban los bosques primarios” (VARELA e ROMERO, 2007)

2.2. Lutas, lideranças e o surgimento do movimento camponês em Sumapaz

O século XX na América Latina se caracteriza pelas lutas, resistências e revoluções nas quais os camponeses tiveram uma função significativa. No entanto, seu papel como agentes de mudança social foi visto tradicionalmente como subordinado. Desde o marxismo clássico o foco esteve predominantemente na classe trabalhadora como ator de transformação. José de Souza Martins (1985 *apud* Piñero 2004) alerta sobre a tendência dos intelectuais e políticos de esquerda de entender a ação coletiva camponesa como movimentos pré-políticos, na medida em que estes não conseguem se localizar no esquema de classes sociais e, portanto, não estariam em capacidade de modificar as relações de produção e de poder.

Contudo, “as principais revoluções latino-americanas, ocorridas no século XX, foram influenciadas pelos camponeses” (IANNI, 1985, p. 15). Estes países começaram a experimentar transformações associadas às novas dinâmicas econômicas, à entrada do capitalismo e aos processos de industrialização, os quais transformaram a estrutura herdada do período colonial.

Em Sumapaz, esta época se caracterizou pela emergência de conflitos pela terra, envolvendo fazendeiros, colonos, arrendatários e trabalhadores rurais. Fajardo (2015) entende essas disputas dentro da lógica da expansão capitalista e da modernização:

En los años 20... hay un movimiento agrario muy fuerte, se va desarrollando en el país la modernización, es decir, todo el proceso del desarrollo del capitalismo, entonces por qué camino se va, por el camino de la gran propiedad, o por el camino de la democratización de la tierra. Esa es una pelea muy fuerte, frente a la cual hay sectores dentro del Estado que van direccionando las decisiones de política (Entrevista com Darío Fajardo, 2015).

Em uma região onde os títulos de propriedade eram praticamente inexistentes, a estratégia dos fazendeiros consistia em ocupar terras e somá-las às que já estavam no seu domínio, mesmo sendo ocupadas pelos camponeses. Eles, por sua parte, argumentavam seu direito pelos terrenos ocupados. Devemos ressaltar que através do controle da terra, os latifundiários se apropriavam também da força de trabalho.

Um dos principais conflitos fundiários se situa entre 1910 e 1928, entre os colonos e o dono da Fazenda Sumapaz, pela ocupação de *tierras baldías* que o dono argumentava que eram dele. Esta vai ser uma das disputas mais longas nesse lugar e expressa a capacidade dos colonos para se organizarem e lutarem pelos seus direitos (LONDOÑO, 2011, p. 88).

Que los colonos de Cabrera estuvieran en capacidad de afrontar las acciones de la policía y los juicios legales de un hacendado tan poderoso y con buenas conexiones con los gobernantes del país indica que en pocos años habían logrado constituir una comunidad compacta y solidaria que contaba con líderes adecuados para estas batallas.

Neste período, especificamente entre 1913 e 1923, o conflito se manifestava mediante julgamentos civis, querelas da polícia e remoções de famílias, as quais envolviam grupos de colonos, autoridades locais e fazendeiros.

De acordo com a “Oficina General del Trabajo”¹⁴, em 1929 identificavam-se dois tipos de conflitos, principalmente nas fazendas cafeeiras de Cundinamarca. Por um lado, existia uma disputa com os trabalhadores porque tinham uma dupla condição: eram arrendatários e ao mesmo tempo constituíam a força de trabalho, através da qual pagavam pelo aluguel da terra. Porém, a labor que desempenhavam nas fazendas tinha um valor superior ao que pagavam pelo aluguel da mesma, o que mostra uma relação de exploração dos trabalhadores. Eles exigiam uma definição clara das suas obrigações e do seu salário, a liberdade para cultivar, o fornecimento de medicamentos, o melhoramento da moradia e, como principal demanda, pediam a transferência da propriedade da terra. O segundo tipo de conflitos nesse momento estava representado pelos colonos que argumentavam que os terrenos que estavam cultivando eram *tierras baldías*, no entanto, os latifundiários as incluíam como parte dos seus territórios (LONDOÑO, 2011).

Estes problemas fundiários, como dissemos, geravam enfrentamentos e conflitos entre fazendeiros, camponeses e autoridades locais, e constituem um antecedente importante na construção da ação coletiva, a qual vai se manifestar através da criação do movimento social. Entendemos esse conceito como “Acción conjunta de individuos para la defensa de sus intereses comunes... es acción dirigida a los otros, es más que la agregación de voluntades individuales” (REVILLA, 1996, p. 3-4).

Autores como Ibarra *et al*, retomando discussões clássicas sobre movimentos sociais e ação coletiva, apontam que a formação desta última se dá em parte pela existência de tensões estruturais que vulneram interesses, e que não estão sendo defendidos por outras organizações, como os partidos políticos e os grupos de interesse (IBARRA, MARTÍ e GOMÀ, 2002). Contudo, chamam a atenção para o fato de as injustiças sociais não serem suficientes para dar início à mobilização (2002, p. 44).

¹⁴ A “Oficina General del Trabajo”, ligada ao Ministério de Indústrias, foi criada em 1923, com o objetivo de supervisionar as leis trabalhistas.

...los agravios y las injusticias sociales, más o menos objetivos, no son suficientes por sí mismos para el inicio de la movilización o acción política. Tiene que existir una consciencia de esas situaciones y un discurso social o una interpretación que los relacione con determinadas políticas ejercidas desde el poder. Y, a la par de ello, es necesario un discurso que justifique, dignifique y anime la acción colectiva.

A construção da ação coletiva na região pesquisada, então, passou por um processo de articulação de um discurso que respondesse à situação de injustiça contra a população. Nessa perspectiva, o trabalho de Laura Varela e Yuri Romero (2007) assinala as dificuldades iniciais para a organização dessa ação coletiva, pois não havia uma experiência organizativa prévia, a maioria da população era analfabeta, e não existia entre os líderes uma formação ideológica forte.

Contudo, foi se criando uma ação coletiva em Sumapaz, concretizada através do movimento camponês. Entendemos aqui os movimentos sociais como “Desafios coletivos propostos por pessoas que compartilham objetivos comuns e solidariedade em uma interação mantida com as elites, os oponentes e as autoridades” (TARROW, 1997, p. 21, tradução nossa).

Segundo Tarrow, a capacidade de produzir sequências duradouras da ação coletiva é o que diferencia os movimentos de outro tipo de ações como os motins. Eles se caracterizam, também, pela participação voluntária de seus membros, a relativa estabilidade da sua atividade, o conjunto de objetivos que dão certa homogeneidade entre os indivíduos, uma linha de ação coordenada e organizada e a intervenção, mais ou menos frequente, no âmbito político, influenciando a gestão do conflito social (IBARRA, MARTÍ e GOMÀ, 2002).

Diversos autores apontam que a passagem de ações de resistência isoladas à consolidação do movimento camponês esteve altamente determinada pela chegada de Erasmo Valencia na região. Interessado pelos conflitos agrários nas fazendas, ele chegou a esse lugar em 1924 e se consolidou como um dos principais líderes. Aproximadamente em 1925 fundou o semanário *Claridad*, através do qual difundia denúncias e requerimentos dos camponeses, e defendia o direito dos colonos pelas *tierras baldías* que estavam sendo ocupadas pelos fazendeiros. Este jornal teve também uma função ideológica importante. Tarrow (1997) assinala a imprensa como um dos elementos que possibilitou a criação de movimentos sociais poderosos no passado, na medida em que contribui para estabelecer uma ação coletiva coordenada. No caso particular de Erasmo Valencia, Londoño afirma que,

Valencia dotó al movimiento campesino de ideología propia y, por medio de sus editoriales y denuncias, fue configurando la épica del movimiento agrario de Sumapaz (LONDOÑO, 2011, p. 194)

Ele vinha dos círculos socialistas e dos sindicatos em Bogotá, e se interessou pela luta dos camponeses nesse território, até o ponto de se tornar um líder reconhecido, pois gerava simpatia. Como nos lembra Azuero (2012, p. 25-26),

Muchos abogados, artesanos y dirigentes de izquierda (bogotanos en su mayoría) se acercaron a la problemática de la región y se desempeñaron como *mediadores ideológicos urbanos*. Tal fue el caso de Erasmo Valencia, de Jorge Eliécer Gaitán y de Tomás Urbe Márquez, quienes concentraron sus acciones principalmente en el estudio de la legalidad de los títulos de las haciendas, en darle publicidad a las quejas y denuncias y en promover la coordinación entre los colonos.

Claridad era um semanário que mesmo defendendo os interesses dos camponeses e denunciando o que estava acontecendo nesse território, era lido não só em Sumapaz, como também nos setores populares de Bogotá. As populações analfabetas acessavam ao seu conteúdo por meio de leituras coletivas. Da mesma forma, através dele, a população teve acesso a ferramentas jurídicas, já que muitas vezes, a terra era usurpada pela falta de conhecimento das normas legais (AZUERO, 2012).

A presença de Valencia nas lutas agrárias foi fundamental, pois sua experiência nos sindicatos operários na capital do país permitiu levar o modelo de organização a essa região, o que contribuiu a dar uma estrutura interna ao movimento, e assim, perpassou os obstáculos relacionados com a ausência de experiência organizativa previa. Valencia criou uma organização chamada “Colônia de Sumapaz”, que recebeu o mesmo nome da Colônia oficial constituída pelo governo em 1928, como veremos no próximo tópico. Foi estruturada em três seções distribuídas geograficamente e, em cada seção, existia uma junta diretora. O nome mudou entre 1933 e 1934 para “Sociedad agrícola de la Colonia de Sumapaz”, a qual tinha estatutos, uma bandeira agrária, um hino, e se faziam constantes reuniões, devido, principalmente, às remoções que estavam ocorrendo nos diferentes terrenos. Sanchez (1991) considera que esta foi a maior organização camponesa do período, e se estima que no momento de maior esplendor contou com a participação de cerca de seis mil camponeses. Para 1934, ela se encontrava dividida em quatro seções. Juan de la Cruz Varela pertencia à diretoria de uma delas e, posteriormente, assumiria a liderança do movimento (LONDOÑO, 2011).

Os camponeses se reuniam de forma constante para organizar a ocupação das terras que consideravam *baldías*, algumas das quais estavam dentro dos limites das fazendas. Como

estratégias utilizadas, Vega (2002) ressalta as seguintes: ocupavam os imóveis com ajuda de pessoas desconhecidas na região para que não pudessem ser identificadas; abandonavam as terras temporariamente quando as autoridades faziam visitas; davam declarações contraditórias sobre o tempo de ocupação; arrancavam os pastos em diferentes terrenos simultaneamente para deixá-los improdutivos; construía moradias em diversos lugares e de forma rápida; ocultavam os camponeses que estavam sendo perseguidos; e se negavam a dar testemunhos às autoridades.

Erasmus Valencia contribuiu para assentar as bases para a organização da ação coletiva nos termos elencados por Ibarra *et al* (2002), pois comunicou e transmitiu as exigências do movimento, externalizou as demandas que de outra forma seriam silenciadas; gerou solidariedade e simbolismos que configuraram uma determinada identidade; e desafiou os adversários criando incertezas sobre o que significava que os camponeses tivessem se organizado. A incerteza constitui um elemento de destaque nos movimentos sociais, já que, por um lado, os adversários não conseguem calcular nem a duração nem o custo do protesto, e ainda mais, gera temor frente à possibilidade dele se estender a outros (TARROW, 1997).

Juan de la Cruz Varela, por sua vez, representa o ícone da luta camponesa na Colômbia. A diferença de Valencia, procedente da organização operária em Bogotá, Varela era filho de uma família camponesa do departamento de Boyacá, a qual migrou no início do século XX a Sumapaz à procura de terras. Seu pai, Dioniso, envolveu-se nas primeiras lutas pela terra na região. Juan de la Cruz Varela vai começar a se configurar como liderança ao lado de Erasmus Valencia, participando das diretorias do movimento. Após a morte de Valencia, em 1949, passou a liderá-lo e se vinculou ao Partido Comunista.

É interessante ver como Varela vai assumir o papel do principal líder agrário justamente no momento em que começa todo um ciclo de violência, como será descrito. Londoño ressalta seu papel fundamental na história colombiana, e compara sua luta com a de Emiliano Zapata no México (LONDOÑO, 2011, p. 678)

Quizá no sea exagerado afirmar que Juan de la Cruz Varela fue el líder campesino más destacado en la política colombiana del siglo XX. Ciertamente, no es un arquetipo del campesino revolucionario marxista; pero logró defender como pocos las justas aspiraciones de los campesinos a la tierra, a una vida mejor y a su igualdad ante la ley. También representa el deseo de muchos colombianos de una sociedad justa y democrática. Bien puede decirse que jugó un papel revolucionario en lo tocante a la erosión del sistema de privilegios basado en la gran propiedad territorial y la sujeción económica y política del campesinado. Recuérdese, por lo demás, que esta misma lucha campesina, en defensa de la propiedad de la tierra y contra la opresión de los terratenientes y los gamonales, es la que representa Emiliano Zapata, figura arquetípica del campesino revolucionario latinoamericano.

Para concluir, devemos reconhecer como a luta dos colonos e arrendatários nesse lugar teve um impacto nacional. Dentro dos fatores que possibilitaram a criação e consolidação desse movimento, consideram-se fundamentais: a experiência dos camponeses na defesa legal e de fato das terras, sua capacidade de organização e coordenação, assim como também o uso constante da lei para se defender (LONDOÑO, 2011). Devemos destacar o papel dos principais líderes, Erasmo Valencia e Juan de la Cruz Varela, assim como também as ações de resistência isoladas e particulares dos colonos desde o início do século XX, antecedentes na consolidação da ação coletiva.

2.3. As respostas governamentais frente aos conflitos fundiários

Nas décadas de vinte e trinta se consolidou o movimento camponês como espaço para a luta dos colonos pela terra. Nesta seção, então, nos ocuparemos das diversas medidas adotadas pelo governo nacional, como resposta às pressões dos camponeses, agentes que através da ação coletiva e organizada, conseguiram influenciar o campo das políticas públicas e transformar parcialmente a estrutura fundiária nesse lugar.

Uma primeira medida de grande relevância nessa disputa foi a sentença da Corte Suprema de Justiça, que em 1926, e como resultado dos conflitos agrários, começou a exigir os títulos de propriedade. Como foi dito no tópico anterior, essa região se caracterizava pela ausência dos mesmos, logo, a medida do órgão judiciário gerou inconformismo entre os latifundiários, pois não tinham como demonstrar os títulos das grandes fazendas. Esta exigência, conhecida como *prueba diabólica*, motivou maiores questionamentos por parte dos colonos sobre o regime das fazendas (VEGA, 2002).

Da mesma forma, nesse período o governo, presidido pelo conservador Miguel Abadía Méndez (1926-1930), definiu medidas para acalmar os conflitos fundiários, através de um programa de colonização dirigida, entendido como um processo de ampliação da fronteira agrícola delimitado e auspiciado pelo governo nacional. Ele foi estabelecido mediante o Decreto nº839 de 1928, e consistiu na criação de Colônias Agrícolas em diferentes lugares do país, importante antecedente das atuais Zonas de Reserva Camponesa.

Essa norma estabeleceu um tipo de ordenamento territorial específico para estes territórios. Determinou que nas colônias devia existir uma igreja católica, assim como um

hospital, escolas e uma casa que seria chamada a casa do colono¹⁵. O Decreto, ademais, previa um terreno para o estabelecimento de uma granja para experimentos agrícolas e para a produção de sementes e animais, para serem distribuídos entre os habitantes.

De acordo com o Decreto, podia ser adjudicada a cada colono uma extensão entre dez e 75 hectares, segundo as condições topográficas do local, as condições pessoais e o número de pessoas a cargo. Eles tinham direito a receber um empréstimo para: a sua própria subsistência e a da sua família durante os primeiros seis meses, uma casa conforme o modelo estabelecido para cada colônia, uma vaca ou novilho, entre dois e quatro animais de raça suína ou ovina, seis aves domésticas, dois catres, uma mesa de jantar com cadeiras, ferramentas, assim como os recursos equivalentes para a preparação do terreno de quatro hectares para iniciar o cultivo.

Como complemento dessa norma, o governo delimitou seis áreas para a criação das colônias agrícolas, através do Decreto nº1110 do mesmo ano. Este foi apropriado pelos camponeses como símbolo de luta, como instrumento para a defesa das suas terras e como mecanismo para frear as remoções. Nas palavras de Darío Fajardo,

La sentencia de la Corte Suprema y el Decreto 1110 son antecedentes muy fuertes de una política de apertura hacia el reconocimiento de la territorialidad campesina (Entrevista com Darío Fajardo, 2015)

Delimitaram-se lugares de colonização nos departamentos de Tolima, Valle del Cauca, Chocó, Meta, Huila e Caquetá. Nesta pesquisa, nosso interesse está particularmente no departamento de Tolima, pois a área delimitada estava localizada em Sumapaz. Na opinião de Fernán González, “Desde 1928, a região de Sumapaz foi o teatro de um dos mais dinâmicos projetos de colonização dirigida, que recebeu um forte apoio do governo até 1945” (GONZÁLEZ, 1990, p. 14, tradução nossa). A colônia estabelecida foi nomeada como “Colonia Agrícola del Sumapaz”, e se constituiu inicialmente em terrenos localizados nos municípios de Cunday e Icononzo.

A regulamentação das colônias agrícolas por parte do governo nacional causou dois tipos de efeitos diferentes. Por um lado, gerou um forte enfrentamento entre camponeses e fazendeiros, pois alguns dos lugares definidos para a criação das colônias incluíam um setor das fazendas, das quais os proprietários não tinham títulos, e eram, nesse sentido, *tierras baldías*. Logo, para os fazendeiros, esse decreto afetava diretamente seus interesses. Por outro lado, teve um efeito de grande envergadura para o movimento, já que os habitantes de

¹⁵Lugar definido para o alojamento provisório das autoridades, empregados da colônia e os colonos.

diversos municípios de Sumapaz começaram a se considerar como colonos das terras que cultivavam, inclusive em lotes que não estavam incluídos no Decreto nº1110.

Fue así como los campesinos, apoyados en el decreto 1110 dejaron de pagar arriendo y reclamaron como baldíos los terrenos incultos de otras haciendas, muchas de las cuales no se encontraban en la zona reservada por dicho decreto (GONZÁLEZ e MARULANDA, 1990, p. 30)

Assim, essa legislação ajudou na consolidação do movimento, na medida em que promoveu uma ação coordenada de mobilização pela terra. De acordo com o testemunho do líder Juan de la Cruz Varela (LONDOÑO, 2011, p. 208),

El Decreto 1110 contribuyó a que la gente se rebelara en lo que eran las haciendas de Doa, Agua Dulce y la Pepina de Francisco Vargas y hermanos, y entonces se prendió todo el Sumapaz. Los arrendatarios invaden la selva y se forma un gran movimiento.

Essa nova legislação, resultado dos constantes conflitos e tensões com os camponeses, significou uma mudança na Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP), conceito definido como:

Dimensiones consistentes- aunque no necesariamente formales, permanentes o nacionales- del entorno político, que fomentan o desincentivan la acción colectiva entre la gente. El concepto de oportunidades políticas pone el énfasis en los recursos *exteriores* al grupo-al contrario que el dinero o el poder-, que pueden ser explotados incluso por luchadores débiles o desorganizados (TARROW, 1997, p. 49).

Sanchez (1991) considera que esse Decreto abriu as portas para o que chama de “era das invasões”, por parte dos camponeses, no meio ao nervosismo que a situação gerava para os fazendeiros. Estes, por seu lado, defenderam seus interesses através da força pública ou privada, e com o apoio de juízes e autoridades locais, tentaram deter os efeitos dessa norma. Além do mais, as autoridades do departamento de Tolima, onde se estabeleceu a Colônia de Sumapaz, não tinham nem a preparação, nem a coordenação com o governo nacional para lidar com as mudanças que estavam acontecendo com a criação da colônia e com as novas demandas da população. O governo, então, redefiniu em várias ocasiões os limites da mesma devido às pressões dos próprios fazendeiros.

Por fim, a Colônia foi estabelecida a 1.860m acima do nível do mar, e localizada a 30km do município de Cunday. Foi definida uma comissão para a construção das moradias e para estabelecer os lotes para serem adjudicados. Para 1930, esse território contava com 68 colonos oficiais, 1.500 cultivadores e 1.800 habitantes. Os colonos recebiam do governo nacional uma parcela de no máximo 20 hectares, um empréstimo para a compra de

ferramentas e materiais, além de uma determinada quantia de dinheiro pelo dia trabalhado na construção da sua casa e pelas atividades de cultivo durante os primeiros cinco meses após a chegada no local (GONZÁLEZ e MARULANDA, 1990).

Em 1934, como uma das medidas do presidente Olaya Herrera (1930-1934) para acalmar os conflitos, o Estado comprou as terras ocupadas por parte dos camponeses na Fazenda Sumapaz, e, através do Decreto nº924 de 1935, as incorporou à Colônia Agrícola, criada em 1928, para serem distribuídas entre eles. Desta forma, essa localidade se conformou em uma área do departamento de Tolima, e em uma de Cundinamarca (LONDOÑO, 2011). Em 1936, ela contava com uma média de oitocentas famílias, quatro mil habitantes, mais de trezentas casas construídas e dez mil hectares entregues (GONZÁLEZ e MARULANDA, 1990). Paulatinamente foi adquirindo importância como centro da economia regional, pois nela se produzia banana da terra, mandioca, rapadura, batata, frutas, café, madeira e gado.

As Colônias Agrícolas constituem uma tentativa por realizar ações de reforma agrária através do acesso à terra, medida acompanhada de políticas tendentes a garantir o desenvolvimento da economia dos colonos, a partir de uma proposta integral, focada na territorialidade camponesa. A Colônia Agrícola de Sumapaz recebeu posteriormente o nome de Villa Montalvo, e se manteve vigente até 1955 (VARELA e ROMERO, 2007).

As medidas governamentais para mitigar os conflitos vão coincidir com o enfraquecimento do regime fazendeiro na região de Sumapaz no final da década de vinte, e por isso, o parcelamento da terra por parte do governo, como resultado da compra direta das mesmas aos fazendeiros, vai ser uma prática comum nesses anos. Essa crise nas fazendas está associada com a queda nas exportações de café, e com a consolidação de novas áreas cafeeiras ocasionando, assim, o declínio paulatino desse regime (MARULANDA, 1991). Molano (2015) se refere ao processo de parcelamento nessa localidade:

Una de las grandes peleas fue la de colonos contra la familia Caballero, propietaria de la gran hacienda cafetera El Chocho, en Fusagasugá, que terminó parcelada en parte. El liberalismo y el gaitanismo tuvieron una significativa participación. Otras haciendas como la Tolima, cerca de Ibagué; la Compañía Cafetera de Cunday, y la de los Pardo Roche en Sumapaz, terminaron intervenidas por el Estado. Las ejecuciones gubernamentales, medidas legislativas y luchas campesinas terminaron poniendo en cuestión el régimen de la gran hacienda cafetera y un aumento notable de los cafetales pequeños y medianos. Entre 1925 y 1930, 20 de las grandes haciendas de Cundinamarca enfrentaron el mismo problema y conocieron idéntica solución (MOLANO, 2015, p. 24).

Outra política promovida pelo governo durante este período foi a Lei nº200 de 1936, conhecida como a Lei de Terras. O debate prévio à sua aprovação foi longo e recebeu fortes

pressões dos latifundiários e empresários. Existem, assim, opiniões divergentes no que tange a esta norma. Erasmo Valencia considerava que ela dava benefícios aos latifundiários e no semanário *Claridad*, intitulou o texto referente a esse assunto como “La revolución agraria al revés” (LONDOÑO, 2011). Segundo a historiadora Legrand (1988, *Apud* LONDOÑO, 2011), através dela foi eliminada a sentença da Corte Suprema com relação à chamada *prueba diabólica*, beneficiando dessa forma os direitos dos fazendeiros. Por outro lado, contribuiu na redução da duração da posse da terra para obter o direito sobre a mesma, de trinta a cinco anos, porém, essa medida só era válida nos casos em que a ocupação tivesse acontecido antes de 1935. Ademais, incluiu uma cláusula relacionada com a desapropriação nos casos de terra inexplorada por dez anos, medida que nunca foi implementada. Por fim, Legrand aponta o fato de a norma não ter enfrentado o problema da desigualdade na distribuição da propriedade territorial na Colômbia.

Palacios (2002), por sua parte, chama a atenção para o número de parcelamentos realizados entre 1936 e 1940, os quais não modificaram a estrutura fundiária, mas contribuíram a acalmar os conflitos rurais. Machado (1979) considera que a convergência entre o setor gaitanista -aliado do movimento camponês- e o Partido Liberal, promotor da lei, contribuiu na desmobilização do campesinato, e nesse sentido,

El partido liberal supo en este sentido servir muy bien los intereses de la clase terrateniente desbaratando las luchas agrarias y garantizando la propiedad de los latifundistas (Machado, 1979, *Apud* Fajardo, 1988, p. 55).

Como resultado da lei foi promovido um sistema de parcelamento por meio do qual os donos das fazendas com conflitos sociais davam poder ao *Banco Agrícola Hipotecario* para dividi-las para serem posteriormente vendidas aos arrendatários, colonos e posseiros (FAJARDO, 1988). Essa medida resultou efetiva devido a que essa estrutura fundiária entrou em crise na década de trinta, motivando dessa forma o deslocamento dos investimentos para outras regiões do país.

Esta norma, somada também às políticas como as Colônias Agrícolas e à compra de terras por parte do governo para serem parceladas, foram, em conjunto, ações que permitiram dar início a um período de relativa calma no campo, através de medidas fundiárias. Em termos gerais, nos anos prévios a 1948, a compra dos terrenos se incrementou na região pesquisada, como mecanismo para mitigar ou evitar o conflito, e foram fragmentadas de forma voluntária algumas fazendas, ainda que em alguns casos, isso se deu nas áreas marginais e beneficiou economicamente aos fazendeiros (SÁNCHEZ, 1991).

2.4. O Gaitanismo, *La Violencia* e as guerras em Sumapaz¹⁶

As lutas dos camponeses e suas ações coordenadas permitiram gerar uma resposta por parte do governo nacional, e nesse sentido, podemos afirmar que a região viveu uma relativa calma até o dia 9 de abril de 1948. Esta data corresponde ao assassinato do líder Jorge Eliécer Gaitán. Este foi, sem dúvida, um ponto de inflexão na história do país, pois significou o início de confrontações em diversos lugares, como Sumapaz.

A relação de Gaitán com essa região data da década de 1930 quando ele, como parlamentar do Partido Liberal, apoiou as reclamações de terra dos arrendatários da fazenda El Chocho, uma das maiores dessa localidade, e começou a assessorar juridicamente o movimento camponês (LONDOÑO, 2011). Existia, então, uma afinidade com as ideias de Gaitán, e a União Nacional Esquerdista Revolucionária (UNIR), criada por ele, recebeu grande apoio.

O seu assassinato deu início a um período conhecido na história colombiana como *La Violencia*, devido ao confronto intenso entre conservadores e liberais. Eles já se encontravam divididos politicamente desde o século XIX, divisão que se aprofundou no século XX com a morte do líder popular. A sublevação teve lugar em vários municípios de Sumapaz e nisso influenciou, como nos lembra a historiadora Londoño (2011), a experiência na ação coletiva organizada que já tinham os habitantes da região. Em Fusagasugá, Pasca e Andalucía, foram criadas juntas revolucionárias, as autoridades municipais foram destituídas e foram liberados os presos. O Partido Liberal tentou recuperar a calma no país, e dessa forma, a revolta teve uma duração curta. Já em dezembro de 1948, o governo nacional tinha levantado o Estado de Sítio. Porém, a divisão e o enfrentamento entre essas duas forças políticas continuaram.

O ano de 1948 deu origem a um ciclo de confrontações sociais e políticas, conhecido como “As guerras de Sumapaz”. A primeira guerra aconteceu entre 1948 e 1953. A segunda, entre 1954 e 1957. A última ocorreu no período do Frente Nacional, acordo feito entre liberais e conservadores para a alternância do poder, entre 1958 e 1974¹⁷. Londoño (2011, p. 19) aponta que:

¹⁶ O Gaitanismo se refere ao movimento social liderado por Jorge Eliécer Gaitán, e *La Violencia* se refere a um período de conflito social e político que começou com o assassinato deste líder popular em 1948.

¹⁷ Em 1953 o General Gustavo Rojas Pinilla deu um Golpe de Estado ao presidente Laureano Gómez, estabelecendo dessa forma uma ditadura militar. Rojas Pinilla governou entre 1953 e 1957, ano no qual teve que

Tanto en el Sumapaz cundinamarqués como en el tolimense se observa una drástica declinación demográfica entre 1951 y 1973, fenómeno que, por lo demás, coincide con los ciclos de violencia de esos años.

Mesmo tendo como elemento importante a disputa pela terra, este período de violência vai se caracterizar por ser mais de tipo político. A seguir tentaremos, de forma breve, relatar alguns momentos importantes dos três ciclos de violência.

O primeiro ciclo começa com a sublevação do dia 9 de abril e conclui com a anistia no governo do militar Gustavo Rojas Pinilla, em 1953. Em 1950 chega ao poder Laureano Gómez, de filiação conservadora, dando início à perseguição aos liberais que se rebelaram. A maioria dos municípios de Sumapaz, especificamente da parte que corresponde ao departamento de Cundinamarca, e que tiveram uma longa história de lutas agrárias na década de 1920 e 1930, começam a ser considerados lugares de refúgio para os camponeses que fugiam da hostilidade conservadora. Muitos tiveram que abandonar suas terras e migrar com as famílias para outros municípios.

Como resposta à violência promovida pelo próprio Estado, os camponeses começaram a se organizar como “autodefesa armada”, em um contexto de assassinatos, perseguição aos liberais e bombardeio das moradias no campo, gerando a migração das famílias (LONDOÑO, 2011). Esta resistência armada começa no oriente do departamento de Tolima e atinge a região do Alto Sumapaz, incluindo Cabrera. Juan de la Cruz Varela se refugiou no lugar conhecido como El Palmar, no município de Icononzo, e depois de um ataque militar em 1952 migrou junto com um grupo de pessoas no que foi conhecido como “la Gran Marcha del Oriente del Tolima” (SÁNCHEZ, 1991).

Ressaltamos aqui um fato importante relacionado com a Colônia Agrícola. O governo nacional nomeou como seu diretor, em 1950, o conservador Eduardo Gerlein, com a missão de *conservatizar*, isso é, limpar a região de liberais (MOLANO, 2015), intensificando ainda mais o confronto.

Durante este primeiro ciclo de violência, as políticas conservadoras antigaitanistas e anticomunistas, iniciadas na metade do século XX, promoveram a transformação da luta agrária em movimento armado, como “último recurso para salvaguardar as suas famílias e

renunciar diante dos protestos sociais e da oposição por parte das elites dos partidos Conservador e Liberal. Em maio de 1957 uma Junta Militar assumiu o poder, até agosto de 1958, quando começou o período do Frente Nacional, acordo feito entre os dois partidos políticos. Durante 16 anos, os Partidos Liberal e Conservador alternaram a Presidência da República. O primeiro presidente do Frente Nacional foi o liberal Alberto Lleras Camargo (1958-1962), seguido pelo conservador Guillermo León Valencia (1962-1966), depois pelo liberal Carlos Lleras Restrepo (1966-1970) e finalmente pelo conservador Misael Pastrana (1970-1974).

suas terras” (VARELA e ROMERO, 2007, p. 19, tradução nossa). O término deste ciclo esteve determinado pela chegada ao poder do militar Gustavo Rojas Pinilla, quem propôs a anistia e prometeu, nesse sentido, respeitar a vida dos alçados em armas, garantir seu retorno aos lugares de moradia e apoiar a recuperação das economias camponesas. As guerrilhas liberais, como foram denominados estes grupos com mais de 500 homens, entregaram as armas em outubro de 1953, na praça principal do município de Cabrera.



Figura 2. Entrega de armas por parte da autodefesa camponesa no município de Cabrera, Cundinamarca, em outubro de 1953. Fonte: El Espectador (2012)

No entanto, Rojas Pinilla tinha, por um lado a ambição de continuar no poder, e por outro lado, opunha-se ao comunismo, motivo pelo qual vai quebrar o pacto feito com os camponeses (VARELA e ROMERO, 2007). A segunda guerra, então, começa em 1954, quando o mandatário põe fim à anistia estabelecida em 1953, e decide atacar o município de Villarrica, no oriente do departamento de Tolima, argumentando a necessidade de recuperar o território ameaçado ou controlado pelo comunismo (GONZÁLEZ e MARULANDA, 1990). Nesse momento, os camponeses, liderados por Juan de la Cruz Varela, tomam de novo as armas e começa uma nova luta (MOLANO, 2015, p. 30).

La reacción del Gobierno fue brutal. Bombardeó con napalm regiones pobladas o lugares de refugio civil, la guerra de posiciones fue derrotada. Campesinos que antes eran trabajadores de fincas cafeteras o pequeños propietarios de Cunday, Guatimbol, Pandi e Icononzo emprendieron un éxodo hacia el alto Sumapaz y el sur de Tolima.

Esta segunda guerra vai se prolongar até 1957, quando Rojas Pinilla é destituído e uma Junta Militar provisória (maio de 1957-agosto de 1958) assume o poder em nível nacional. Ela se comprometeu em acabar com o bloqueio econômico nesse território e a dar a anistia para todos os guerrilheiros; estes, por seu lado, se comprometeram a parar as hostilidades e a retornar às suas casas. Não se exigiu a entrega das armas por parte dos camponeses (VARELA e ROMERO, 2007, p. 263).

Ambas partes cumplieron con lo pactado. El gobierno de la Junta Militar retiró todas las tropas del Alto Sumapaz, levantó el bloqueo y respetó la vida de los amnistiados. Los campesinos enterraron las armas, se desmovilizaron y volvieron a trabajar en sus parcelas.

A terceira guerra aconteceu no marco do Frente Nacional (1958-1974), acordo feito entre os partidos Conservador e Liberal pela alternância na presidência da república durante 16 anos. Ela teve lugar durante um período caracterizado não só pelo pacto entre as elites liberais e conservadoras -que deixou fora outras vertentes e eliminou a possibilidade pela disputa de poder por parte de outros grupos políticos- senão também pela Guerra Fria, cuja influência foi significativa na Colômbia. Em Sumapaz surgiram novos grupos com o apoio das forças policiais e militares, com o objetivo de “limpar” a região de comunistas e dissidentes (GONZÁLEZ e MARULANDA, 1990), tendo como foco atacar o movimento liderado por Juan de la Cruz Varela. Estima-se que esse enfrentamento se prolongou até 1965.

Com relação à violência, essa região experimentou um momento de calma, pois o confronto, nas dimensões das guerras, cedeu. Porém, o que de fato aconteceu foi o deslocamento do conflito para outros lugares do país (GONZÁLEZ, 1990), sem que a questão agrária, nem a estigmatização dos comunistas acabasse. Nessa perspectiva, vale a pena lembrar a seguinte afirmação da historiadora Londoño, em referência a Sumapaz e ao ataque que deu nascimento formal à guerrilha das FARC-EP (LONDOÑO, 2011, p. 662):

La recurrente estigmatización de la región de Sumapaz sin duda legitimó el uso de la violencia contra los campesinos afiliados a los sindicatos agrarios y al Partido Comunista, y fue un factor propicio para la impunidad. En los años sesenta, ciertamente había grupos de autodefensa campesina, pero no una guerrilla ofensiva; tampoco la había en 1964 cuando se efectuó la operación militar contra Marquetalia.

A luta armada foi uma medida encontrada pelos camponeses para se defenderem das ações militares. No entanto, na década de sessenta existiam duas vertentes nos movimentos da região. Por um lado estava o movimento em Sumapaz, que tinha conseguido garantir o acesso à terra e tinha experiência na batalha eleitoral, pois Varela e outros líderes se vincularam à política local, e nesse sentido, a resistência armada já não aparecia como uma opção. Por outro lado encontrava-se o movimento que nessa década se constituiu como a guerrilha das FARC, com ampla experiência na resistência armada. Ele estava sendo fortemente atacado pelo governo colombiano e, portanto, a continuação dessa luta aparecia como única opção viável. Devemos entender, então, o ataque a Marquetalia como a constatação do deslocamento do confronto, gerando uma reação muito mais forte dos camponeses, dando início a um novo período de conflito na história colombiana, que hoje continua vigente.

2.5. A eliminação do latifúndio na região de Sumapaz

Um dos principais resultados do período de guerras em Sumapaz foi, sem dúvida, a eliminação do latifúndio. Segundo Palacios (2002) a fragmentação da grande propriedade foi um processo longo, que teve lugar entre 1920 e 1975, através do qual foram transformadas tanto as estruturas agrárias como o próprio campesinato. Para este autor, o protesto campesino foi decisivo para a mudança social. Contudo, é preciso também considerar a dimensão econômica no regime das fazendas, pois isso proporciona uma explicação mais abrangente no que se refere à conformação de uma estrutura onde prevalece o minifúndio.

Nessa região poderiam ser identificados dois momentos nos quais a pressão camponesa, junto com as dinâmicas econômicas, deram como resultado ações de reforma agrária. Um primeiro momento se relaciona com as lutas na década de vinte e trinta, que tiveram como resposta do governo, por um lado, a colonização dirigida, mediante a criação da Colônia Agrícola, e por outro, o parcelamento das fazendas onde o conflito social era de envergadura. O interesse dos latifundiários por esta medida coincide com a queda na produção de café e o deslocamento do seu centro de produção, passando de Cundinamarca e Tolima, aos locais próximos das cidades de Medellín e Manizales.

Desde la primera guerra mundial, Cundinamarca como región y sus hacendados exportadores como grupo habían perdido la hegemonía económica, empresarial y financiera del café. En los años veinte y treinta, las agitaciones les harían perder lo poco que les quedaba de liderazgo gremial y político (PALACIOS, 2002, p. 343).

Nessa perspectiva, alguns fazendeiros começaram a procurar negociações da terra que dessem uma boa compensação pela venda dos terrenos. Muitos se encontravam com grandes dívidas, e conforme Palacios (2002) existe uma correlação entre o endividamento das fazendas e seu posterior parcelamento.

O segundo momento seria o resultado principal do período de violência e guerras, pois no início do Frente Nacional (1958) havia poucos latifúndios, muitos dos quais estavam abandonados como consequência da guerra. De acordo com Sanchez (1991) a dissolução das fazendas e os seus parcelamentos foram um efeito imediato de *La Violencia*, particularmente em Sumapaz. Marulanda (1991) se refere aos relatórios do INCORA nos quais se assinala que ao finalizar o conflito os trabalhadores rurais voltaram para esse território, a diferença dos proprietários de grandes imóveis, os quais ficaram afastados da região. Por conta disso, eram poucos os lotes ainda produtivos.

Por outro lado, estima-se que 95% das moradias tinham sido afetadas durante *La Violencia*, as escolas foram destruídas e a produção estava em ruínas. Tanto para os fazendeiros como para os camponeses, os piores anos da produção agrícola foram aqueles nos quais a guerra foi mais intensa, principalmente os anos 1952 e 1955. Em 1961 começou um novo período de ocupações massivas de terras, trinta anos depois do ciclo intenso destas ações. Já com a crise econômica das fazendas, iniciou o processo de negociação e parcelamento das mesmas. Segundo Sánchez (1991, p. 206),

Frente a cualquiera de las dos vías, la de la ocupación definitiva de hecho y la de la parcelación, el balance neto de la violencia en esta zona había sido el desplome del poder social y político de los terratenientes.

Sánchez considera, com relação à região de Sumapaz, que “La zona constituye también el ejemplo más próximo a una “revolución agraria” como resultado final y no buscado de la Violencia” (SÁNCHEZ, 1991, p. 167). Nesse sentido, podemos compreender as medidas de reforma agrária nos termos elencados por Carter (2010), onde em ocasiões, estas surgem como consequência de guerras, e promovem ações estatais nessa direção. O INCORA, criado em 1961, levou a cabo um programa de colonização que incluía os municípios de San Bernardo, Pandí, Venecia e Cabrera, promovendo dessa forma uma estrutura fundiária baseada no minifúndio.

A história desse lugar, em um primeiro momento caracterizado pela luta pela terra, e em um segundo momento com uma conotação mais política, sem abandonar a luta inicial,

contribuiu na formação de uma comunidade organizada ao redor da resistência, mediante a lei e as armas, quando as circunstâncias não deixaram alternativa.

Ressaltamos essa trajetória de lutas nesta dissertação, não só com a ideia de apresentar o contexto geral no qual se insere o município de Cabrera, senão também porque aqui encontramos elementos para a compreensão da desintegração dos latifúndios, e para a posterior criação desta Zona de Reserva em 2000. Sua conformação está atravessada por uma história de resistências, que permite encarar novas lutas no presente.

No seguinte capítulo apresentaremos um esboço geral das zonas de reserva, com o objetivo de nos adentrarmos na análise da ZRC de Cabrera no quarto capítulo.

CAPÍTULO III- AS ZONAS DE RESERVA CAMPONESA

As Zonas de Reserva Camponesa (ZRC) nascem juridicamente em 1994, através da Lei nº160 desse mesmo ano, conhecida como a lei de Reforma Agrária. Constituem uma proposta de desenvolvimento territorial, e surgem como resultado de protestos e marchas no sul do país na década de oitenta e noventa.

Nascem, paradoxalmente, em um contexto de implantação das políticas neoliberais na Colômbia. A legislação que as cria responde a essa tentativa por dar ao mercado um papel preponderante, reduzindo a ingerência do Estado no âmbito político. Contudo, as ZRC devem ser entendidas como uma exceção nessa lei e como a resposta a uma série de tensões em torno à elaboração da própria política pública. Apesar do contexto neoliberal, devem ser analisadas a partir da própria experiência das comunidades e da forma como elas têm se apropriado dessa nova institucionalidade para a defesa do território, da economia e da cultura camponesa.

Neste capítulo, tentaremos mostrar brevemente o percurso histórico das ZRC. Na primeira seção estudaremos as lutas dos camponeses nas décadas de 1980 e 1990, as quais pressionaram pela adoção de instrumentos de política por parte do governo colombiano. Na segunda parte, abordaremos o marco normativo que as sustenta, especificamente a Lei nº160 de 1994, o Decreto nº1777 de 1996 e o Acordo nº024 de 1996. Na terceira seção, estudaremos o Plano Piloto de Zonas de Reserva Camponesa (PPZRC), iniciativa apoiada financeiramente pelo Banco Mundial, por meio da qual foram criadas as três primeiras zonas na Colômbia. Por fim, analisaremos o período que segue à constituição das mesmas, que coincide com o mandato do Presidente Álvaro Uribe Vélez, momento em que se enfraqueceu o processo de configuração desses lugares.

3.1. As lutas camponesas nas décadas de oitenta e noventa

As décadas de 1980 e 1990 se caracterizam pela crise econômica na América Latina e pela implantação do neoliberalismo a partir do Consenso de Washington¹⁸, através do qual foram definidas as estratégias para os ajustes estruturais. Ademais, é um contexto de novos ciclos de protesto social na região, marcados especificamente pelo surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil em 1984 e pelo alçamento zapatista no México, em 1994, ambos considerados acontecimentos emblemáticos. Sobre o impacto deste último, Seoane *et al* afirmam o seguinte (2006, p. 230).

El impacto nacional e internacional del levantamiento zapatista habrá de dar cuenta de la emergencia de movimientos de origen rural constituidos a partir de su identidad indígena, de la demanda democrática de los derechos colectivos de estos pueblos- que en su reivindicación de autonomía cuestiona las bases constitutivas del estado-nación, del reclamo de una democratización radical de la gestión político-estatal, así como de la convocatoria a convergencias continentales y globales.

Nesta mesma direção, Diego Piñero (2004) aponta que os anos setenta e oitenta representaram um novo momento de organização dos camponeses na América Latina, caracterizado pela construção do tecido social desde as bases, reivindicando não só o acesso à terra e ao trabalho, como também ao sistema de crédito, aos canais de comercialização, à tecnologia, à educação, à saúde, à moradia, ao direito à expressão e à participação política. Assim, o autor considera que os anos oitenta não foram uma “década perdida” como é conhecido este período, pois aqui se assentaram as bases para a reconstrução das organizações e dos movimentos agrários.

A maioria dos países latino-americanos estava em um processo de transição para regimes democráticos. Romano (2007) aponta que nele, os movimentos camponeses e dos sem-terra ganharam de novo um espaço como sujeitos, com agendas muito mais amplas que perpassavam o debate sobre o acesso à terra, e incluíam discussões relacionadas com a soberania alimentar, a inclusão da agricultura como tema de negociação com a Organização Mundial do Comércio (OMC), a rejeição frente aos transgênicos e a promoção da agricultura familiar como modelo alternativo ao agronegócio.

¹⁸ Através do Consenso de Washington se implementou o neoliberalismo na região latino-americana. Definiram-se dez medidas de reforma da política econômica: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma fiscal, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, liberalização do investimento direto estrangeiro, privatização, desregulamentação e propriedade intelectual.

Devemos, então, entender estas resistências e lutas camponesas nos diversos países, como elementos que deram uma força aos movimentos na região. As ZRC nascem em uma conjuntura que autores como Ibarra *et al* (2002) chamam de “conexão com o tempo mundial”, isso é, em momentos em nível internacional em que se conta com um contexto favorável, pois em outros lugares estão sendo reivindicados direitos e estão sendo defendidas causas comuns.

No caso colombiano, os anos oitenta se caracterizaram pelo conflito social e armado, com a existência de várias guerrilhas - não só de origem camponesa-, e pela violência política contra os líderes de esquerda, que terminou no extermínio da principal força de esquerda da época, representada pela União Patriótica (UP). Foi um momento caracterizado também pela presença de grandes grupos ou cartéis de narcotráfico e o surgimento do paramilitarismo¹⁹.

A história das Zonas de Reserva começa especificamente na década de 1980, quando se dá uma convergência de fatores que geraram uma crise profunda entre os camponeses. Durante o governo do presidente Virgilio Barco (1986-1990) se quis pôr em prática uma política de conservação e delimitação do Parque Nacional de La Macarena, localizado no departamento de Meta, que implicava no deslocamento das comunidades assentadas nessa área. Por outro lado, os produtores de coca da região -vinculados a esta atividade econômica por circunstâncias ligadas à pobreza, à ausência de programas sociais do Estado e ao precário desenvolvimento econômico- estavam afetados pela queda no preço da mesma, como resultado de um ciclo de superprodução.

Tanto as políticas de conservação ambiental quanto a queda no valor monetário da coca geraram uma forte pressão sobre os camponeses, muitos dos quais já tinham uma história de migração. A proposta do governo foi a de deslocá-los para outras regiões, porém, como conta o sociólogo Alfredo Molano (2013), um dos principais promotores das zonas de reserva,

El gobierno ofreció trasladarlos a otros lados y la respuesta de ellos fue mire, nosotros hemos llegado del norte del Meta, de Granada, del Ariari, desplazados, derrotados por la violencia, por la ley de la oferta y la demanda, por la quiebra económica, allá al Ariari llegamos del Tolima, del Huila, de Cundinamarca, de los llanos, es decir, estamos huyendo hace rato y en cada sitio nos derrotan, si nos vamos para otra parte quién nos asegura y cómo nos aseguran que no nos van a quitar la tierra, que los latifundistas no van a volver a concentrarla y no nos van a volver a derrotar.

¹⁹ Entendemos o paramilitarismo como uma contrainsurgência que articula elites legais e ilegais em nível local e regional, por questões políticas, econômicas e também ideológicas, com a convivência e cumplicidade das autoridades estatais (MONCAYO, 2015, p. 19).

Frente a esta situação de insegurança na qual se encontrava essa população, inicia um processo de ação coletiva caracterizado pela mobilização social através de diversas marchas na década de 1980 até a cidade de San José del Guaviare. Estas marchas foram de grande relevância, pois evidenciaram o problema dos camponeses, os quais tinham abandonado suas terras em várias ocasiões, a maioria das vezes por dívidas com comerciantes para a produção dos cultivos ou para a extração de madeiras; a impossibilidade de efetivar o pagamento resultava na perda das terras. Isso criou como consequência a concentração fundiária nas mãos dos comerciantes e pecuários. Essa migração, no contexto particular da década de 1980, aumentava por causa da crise no preço da coca e pelas políticas de preservação ambiental. Começa, então, um processo de diálogo e negociação (FAJARDO, 2004, p. 15).

Quienes hicieron oír su voz traían a sus espaldas una historia de muchos y frustrados intentos de fundarse, de abrir fincas, de levantar pueblos con nombres que tenían en sus memorias y que todavía encontramos en las cordilleras, pueblos a veces arrasados por las guerras o abandonados por las presiones que los hicieron invisibles. De estos fundadores, no pocos habían vivido exilios y marchas, acuerdos con las autoridades y nuevas ilusiones seguidas de nuevas frustraciones.

Alfredo Molano teve um papel de grande envergadura, pois a partir do diálogo com as organizações camponesas, e retomando uma ideia de dois funcionários públicos dessa época, Abdón Cortés e Darío Fajardo, começou a conceber a criação das zonas de reserva, com o objetivo de consolidar a propriedade dos camponeses e colonos, estabilizar a fronteira agrícola (ORTIZ, PEREZ, *et al.*, 2004) e frear a concentração da terra. Desta forma, se preservaria o meio ambiente e ao mesmo tempo, se garantiria um manejo especial para estes territórios. Nas palavras de Molano (2010)

La figura en general se fue precisando, la figura de las reservas campesinas. La primera vez lo intentamos llamar resguardos campesinos como refugio frente a la brutalidad de la violencia, como un escampadero para poder trabajar, un resguardo, pero la idea era la misma, inclusive que no hubiera propiedad privada, pero eso ya era una meta demasiado difícil, impracticable.

Por fim, foram criadas as Zonas de Reserva Camponesa através da Lei nº160 de 1994. Nela, estabelece-se como principal mecanismo de reforma agrária o mercado subsidiado de terras, ainda que para o caso particular dessas áreas também possam ser adquiridas terras mediante a compra direta por parte do Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA) ou mediante a expropriação, caso não se consiga um acordo com o proprietário.

A inclusão das ZRC na legislação é o resultado das pressões dos setores sociais, os quais se opuseram ao projeto de lei de reforma agrária apresentado pelo governo nacional.

Estes, representados nas centrais de trabalhadores e nas organizações agrárias, pressionaram e por conta disso, começou uma negociação facilitada pelo Ministro de Agricultura desse momento, que trouxe como consequência a sua conformação na Lei nº160 de 1994 (MONDRAGÓN, 2002).

Uma discussão importante no que tange aos movimentos sociais se relaciona com as transformações que podem promover. A partir do estudo sobre essa questão, autores como Ibarra *et al* (2002) sintetizam em quatro os âmbitos nos quais eles podem ter um impacto:

- Âmbito simbólico: mudanças no sistema de valores, de opiniões, atitudes e condutas sociais e individuais, e formação de novas identidades coletivas;
- Âmbito interativo: emergência de novos atores políticos, alterações na estrutura de representação política;
- Âmbito institucional: novos procedimentos administrativos, criação de espaços e mecanismos de negociação com as autoridades;
- Âmbito substantivo: modificações de algumas políticas, atingindo direitos individuais, civis e sociais, criação de novas oportunidades para a mobilização.

No caso particular das ZRC, consideramos que o seu grande valor está em que os camponeses conseguiram pressionar o governo, em um momento no qual se gerou um espaço de diálogo, e desta forma, a proposta das zonas de reserva significou o impacto do movimento no âmbito substantivo, pois implicou na inclusão de uma política tendente a favorecer seus direitos, apesar de estar inserida em uma legislação de corte neoliberal. Estes territórios seriam, então, uma exceção no contexto dos programas de ajuste estrutural implantados no país.

A criação dos mesmos através da lei foi uma conquista dos camponeses, que precisava ser levada à prática. Porém, sua concretização não parecia ser uma prioridade para o governo nacional e, nesse sentido, sua regulamentação foi um processo que teve como protagonistas, de novo, as marchas camponesas, as quais, em 1996 pressionaram pela instituição das zonas. Dessa vez, elas foram a resposta frente à política estatal contra as drogas, baseada na pulverização dos cultivos de coca no sul do país, o controle dos insumos para a produção de cocaína e a abertura de processos jurídicos contra cultivadores. Os líderes de três departamentos produtores (Guaviare, Putumayo, Caquetá) acordaram previamente em realizar manifestações caso iniciassem as pulverizações em algum desses lugares (RAMÍREZ, 2001). Em julho de 1996, os habitantes dos três departamentos iniciaram as mobilizações, dirigindo-

se aos centros urbanos mais próximos. Cerca de 200.000 pessoas participaram no que foi conhecido como “marchas cocaleras” (BETANCOURT, 2004).

Não é por acaso que as marchas aparecem como o instrumento de pressão predominante no movimento camponês colombiano. As realizadas no final da década de 1980 evidenciaram a situação crítica dessa população e deram como resultado uma resposta governamental. Nesse sentido, poderíamos compreender estes novos protestos de 1996 como uma forma de mobilização já conhecida por estes atores, para pressionar o governo para a resolução da crise mediante novas políticas. É assim como as formas aprendidas de ação coletiva se inserem na cultura política das sociedades (TARROW, 1997, p. 51)

Cada grupo tiene una historia-y una memoria- propia de la acción colectiva. Los trabajadores saben cómo hacer huelga porque generaciones de trabajadores la han hecho antes que ellos; los parisienses construyen barricadas porque las barricadas están inscritas en la historia de las revueltas de esta ciudad; los campesinos se apropian de la tierra enarbolando los símbolos que sus padres y abuelos usaron antes que ellos.

A ideia das ZRC foi construída de forma conjunta com os camponeses, e por isso, ao longo da história eles têm entendido este mecanismo institucional como uma bandeira de luta legítima para a defesa dos seus territórios. No seguinte tópico descreveremos o marco normativo que as sustenta.

3.2. Um marco normativo para as ZRC

As ZRC são o resultado de um processo de lutas camponesas, concretizado na Lei nº160, promulgada em agosto de 1994 pelo presidente César Gaviria (1990-1994), dias antes de terminar seu mandato. Nasce em um período caracterizado pela implantação do neoliberalismo na Colômbia e na maioria dos países latino-americanos.

Elas foram inseridas no capítulo XIII dessa norma, intitulado *Colonizações, zonas de reserva camponesa e desenvolvimento empresarial*. Nele, estabeleceu-se que as atividades a serem desenvolvidas pelo Instituto Colombiano da Reforma Agrária (INCORA)²⁰ teriam como principais objetivos:

- Regulamentar, limitar e ordenar a propriedade rural;

²⁰ O INCORA foi criado a partir da Lei nº 125 de 1961 e foi liquidado em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Álvaro Uribe (2002-2006).

- Eliminar a concentração e a apropriação de *tierras baldías*;
- Fomentar a pequena propriedade;
- Prevenir a decomposição da economia camponesa do colono;
- Promover sua transformação em médio empresário.

Ademais, resolveu-se que o INCORA seria a instituição encarregada de delimitar as áreas de zona de reserva e estabelecer a extensão mínima e máxima passíveis de serem adjudicadas, determinadas em Unidades Agrícolas Familiares (UAF). O Estado poderia comprar ou desapropriar os lotes que excedessem o tamanho dessa unidade, estabelecida para cada território, evitando ou corrigindo, desse modo, a concentração fundiária nesses locais.

Esta lei, no artigo IX, define a UAF como:

A empresa básica de produção agrícola, pecuária, aquícola ou florestal cuja extensão, conforme as condições agroecológicas da área e com tecnologia adequada permite à família remunerar seu trabalho e dispor de um excedente capitalizável que coadjuve na formação de seu patrimônio (Lei nº 160 de 1994, tradução nossa).

Considera-se que a UAF pode ser explorada pelo proprietário e sua família, ainda que possa ser empregada também mão de obra externa. No contexto colombiano ela é de grande relevância, pois estabelece um limite à propriedade privada nas ZRC. Para atingir esse objetivo, determina a negociação direta do INCORA com os proprietários, como principal medida, ou a desapropriação, caso não se chegue a um acordo. Essas medidas não eliminam a possibilidade da aquisição de terrenos através do mercado.

Apesar da inclusão na Lei nº 160, sua regulamentação só veio como resultado das marchas dos *cocaleros* que ocorreram em 1996. Como parte das demandas dos camponeses, eles exigiram pôr em prática a criação das zonas de reserva. Através do Decreto nº 1777, expedido no governo do presidente Ernesto Samper (1994-1998) foram delimitadas as áreas para a implementação das mesmas em:

- Lugares de colonização;
- Regiões com predominância de *tierras baldías*;
- Áreas geográficas cujas características agroecológicas e socioeconômicas requeiram a regulamentação, limitação e ordenamento da propriedade ou posse de terras rurais.

O Decreto estabelece sete objetivos das ZRC:

1. Controlar a expansão inadequada da fronteira agropecuária do país;

2. Corrigir os fenômenos da desigual concentração ou fragmentação antieconômica da propriedade rústica;
3. Criar as condições para a adequada consolidação e desenvolvimento sustentável da economia camponesa e dos colonos nas respectivas áreas;
4. Regulamentar a ocupação e aproveitamento das *tierras baldías*, dando preferência na sua adjudicação aos camponeses ou colonos de escassos recursos;
5. Criar e constituir uma proposta integral de desenvolvimento humano sustentável, de ordenamento territorial e de gestão política;
6. Facilitar a execução integral das políticas de desenvolvimento rural;
7. Fortalecer os espaços de negociação social, política, ambiental e cultural entre o Estado e as comunidades rurais, garantindo sua adequada participação nas instancias de planificação e decisão local e regional.

Ademais, o Decreto define que o Estado deverá dar preferência a estes lugares na entrega de subsídios, incentivos e estímulos à população no que tange aos créditos agropecuários, capitalização rural, adequação de terras, implementação de projetos alternativos, modernização e acesso rápido e eficaz aos serviços públicos rurais.

O governo colombiano, nessa norma, estabelece o financiamento ou cofinanciamento das atividades, estudos, pesquisas, planos, programas e projetos de utilidade pública e de interesse social nas ZRC, com participação ativa das comunidades camponesas, e designa aos Ministérios de Agricultura e Meio Ambiente como as entidades encarregadas da coordenação das políticas. Isso significa, então, que na estrutura institucional é principalmente o nível nacional o encarregado de pôr em prática as ações nessas áreas.

Por fim, no Acordo nº024 de 1996, o INCORA estabelece o processo de seleção, delimitação e configuração das ZRC. A petição para dar início ao mesmo poderá ser feita por: organizações representativas dos interesses dos colonos ou dos camponeses; entidades oficiais que pertencem ao Sistema Nacional de Reforma Agrária e ao Sistema Nacional Ambiental; governadores e prefeitos das regiões; comitês departamentais e municipais de desenvolvimento rural. Resumindo, estipula que todos os níveis do governo poderão apresentar a sua solicitude para a sua conformação, assim como também poderão fazê-lo as organizações camponesas.

Na norma se define que posterior ao trâmite e aprovação por parte do INCORA para a constituição da ZRC, esta entidade convocará os diversos atores para iniciar a elaboração do plano de desenvolvimento sustentável e posteriormente será realizada uma audiência pública. Além disso, define os critérios para a adjudicação de terras nesses territórios, conforme a UAF determinada para cada lugar.

O marco normativo que dá sustento às zonas de reserva estabelece o que poderia ser entendido como uma nova institucionalidade no contexto colombiano, isso é:

O conjunto de instituições (regras de funcionamento, normas existentes – explícitas e implícitas – e organizações colegiadas) criadas... para conduzir a gestão social, a governança e a escolha dos projetos estratégicos da política territorial, com a participação de representantes do Estado e da sociedade civil (DELGADO e LEITE, 2011, p. 444).

No caso particular da Colômbia, poderíamos entendê-la como resultado da pressão dos camponeses, onde o governo nacional estipulou uma forma inovadora de gestão. Falamos de uma nova institucionalidade por considerá-la uma proposta que pressupõe uma série de arranjos institucionais que fogem dos parâmetros estabelecidos na estrutura dos territórios e de governança dos mesmos, baseada na clássica divisão política de departamentos e municípios. Foge em pelo menos dois aspectos. Por um lado, as ZRC não necessariamente coincidem com a delimitação dos municípios; e por outro lado, estabelecem um tipo de governabilidade diferente, com uma participação ativa das organizações comunitárias na definição e na implementação das ações, com um papel importante do governo nacional na delimitação e apoio aos mesmos. Logo, as comunidades têm um forte protagonismo social territorial, entendido como:

Um processo através do qual determinados atores sociais existentes no território agem coletivamente como portadores da abordagem territorial e como impulsionadores principais da implementação tanto da institucionalidade como do desenvolvimento territorial (DELGADO e LEITE, 2011, p. 469).

Podemos compreender as ZRC como uma proposta que se insere na ideia de reforma agrária no sentido amplo, nos termos de Chonchol, Carter ou Morett, na medida em que propõe um reordenamento fundiário, estabelece limites à extensão da propriedade, e ao mesmo tempo, inclui essas medidas dentro de uma política de desenvolvimento territorial rural, como mecanismo para garantir o apoio à economia camponesa. Da mesma forma, é um tipo de institucionalidade que encontra semelhanças com a concepção de reforma rural de acordo com Machado (2009), isso é, como um processo em longo prazo, que implica

mudanças e transformações das estruturas e relações sociais, criando as condições para o desenvolvimento agrícola e territorial, garantindo o acesso aos ativos produtivos -como a terra- e a formação de capital social.

3.3. A constituição das primeiras ZRC: O Projeto Piloto

Uma das principais demandas dos camponeses nas marchas cocaleras de 1996 foi a conformação das ZRC. O governo colombiano criou em 1997 as duas primeiras, no sul do país, e tiveram como epicentro regiões que foram protagonistas desses protestos. A primeira foi constituída na região de El Pato-Balsillas, localizada no município de San Vicente del Caguán, departamento de Caquetá. A segunda foi conformada nos municípios de San José, El Retorno e Calamar, no departamento de Guaviare.

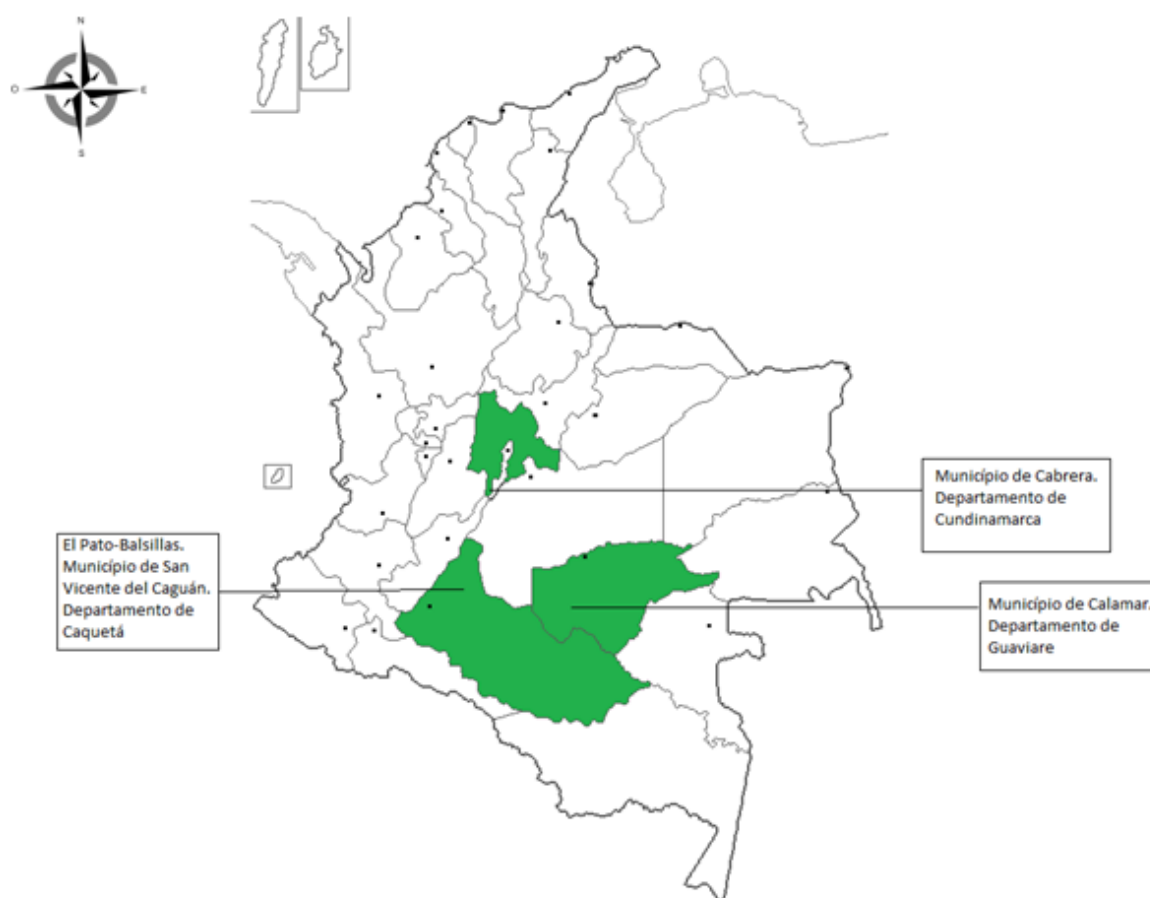
As zonas de reserva representam uma forma inovadora de pensar o território rural no contexto colombiano, devido ao protagonismo social das comunidades e ao potencial para garantir o acesso à terra, evitar a concentração da mesma e apoiar a economia camponesa. Por conta disso, a proposta foi a de empreender um projeto piloto, concretizado mediante o cofinanciamento do Banco Mundial, na linha de Aprendizagem e Inovação e com recursos do governo nacional. Devemos lembrar que esta entidade foi a principal promotora das políticas de mercado incluídas na Lei nº 160 de 1994. A iniciativa, conhecida como Projeto Piloto de Zonas de Reserva Camponesa (PPZRC), teve uma duração de cinco anos (iniciando em 1998), e um custo total de US\$6,6 milhões, sendo US\$5 milhões aportados pelo Banco Mundial. O objetivo foi:

Desenhar uma metodologia replicável para o estabelecimento e operação das ZRC nas áreas de colonização afetadas pela fragilidade ambiental, a violência e a presença de cultivos ilícitos (ORTIZ, PEREZ, *et al.*, 2004, p. 55, tradução nossa).

Era preciso, então, pôr em prática o conceito das ZRC, e por tal motivo, decidiu-se iniciar este projeto piloto em três zonas. As duas primeiras já tinham sido criadas, e para completar este grupo, faltava incluir mais uma. Vários lugares aspiravam a serem definidos como tal, entre esses, o município de Cabrera, escolhido finalmente como a terceira zona de reserva, em 2000. Segundo Fajardo, um critério básico para realizar essa escolha foi a existência prévia de experiências organizativas dos camponeses. Com relação ao caso de Cabrera, ele afirma o seguinte:

Por qué Cabrera, porque nosotros privilegiábamos la idea de que existiera una organización campesina... la idea de las ZRC es que nazcan de la organización campesina, no que se inventen una organización campesina, eso tiene que salir de la gente (Entrevista com Darío Fajardo, 2015).

O PPZRC foi executado por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e foi nomeado como diretor do projeto Darío Fajardo, um dos principais promotores da criação desses territórios.



Mapa 2. Departamentos com as primeiras ZRC constituídas. Fonte: Elaboração própria.

Estes três lugares têm em comum: a marginalidade, a pouca intervenção governamental, o minifúndio, a grande diversidade ambiental e uma história ligada a processos de colonização marcada pela violência (ORTIZ, PEREZ, *et al.*, 2004).

As ZRC se caracterizam também pela existência de organizações comunitárias, as quais foram escolhidas pela população para liderar as ações do projeto piloto. Na região de Calamar (Guaviare), a organização encarregada foi a Cooperativa de Agricultores de Guaviare- COAGROGUAVIARE; em El Pato-Balsillas (Caquetá), foi a Associação Municipal de Colonos de El Pato- AMCOP; e em Cabrera, foi o Sindicato de Pequenos Agricultores de Cundinamarca- SINPEAGRICUN. Para o PPZRC era importante que o ator principal não fosse o camponês como indivíduo, senão a comunidade, através das organizações que representavam seus interesses.

A desconfiança foi uma limitante particularmente no início do projeto. Por um lado, se reconhecia a importância de estabelecer consensos entre os diversos atores envolvidos, do nível nacional, departamental e municipal, e as organizações locais. Porém, ao mesmo tempo, implementar este tipo de iniciativas em áreas caracterizadas pela presença de grupos armados ilegais gerava receio e tensões. A construção de confiança foi um processo lento, que se deu ao longo dos cinco anos de duração. Um elemento que contribuiu nesse aspecto foi precisamente dar autonomia às comunidades para a escolha da organização social que iria representar os interesses dos camponeses e assumiria o papel de liderar a execução das ações nos lugares (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, 2003).

A população, ademais, teve que aprender a lidar com dificuldades próprias das regiões de conflito. No caso de El Pato-Balsillas, havia resistência ao projeto por parte da guerrilha das FARC-EP (MOLANO, 2014):

Me consta que no fue fácil que la guerrilla conviniera con la ZRC por considerarla una “artimaña” de la burguesía y del imperialismo. Lo ratifican dirigentes de Amcop: “Al principio un mando de las Farc estaba en contra y nos tocó pelear casi como con Uribe; pero cuando vio que iba a cometer una embarrada, se echó para atrás”.

O PPZRC definiu como estratégia operativa a elaboração de planos de desenvolvimento dos territórios, construídos de forma participativa entre os diversos atores envolvidos. Contudo, este projeto piloto operou basicamente por meio dos subprojetos, entendidos como pequenos investimentos para resolver problemas identificados pelas comunidades. Em total foram financiados 122 nas três ZRC: 45% em El Pato-Balsillas; 25% em Calamar; e 30% em Cabrera. A maioria dos projetos foi em infraestrutura (45%), seguido dos produtivos (25%), fortalecimento comunitário (16%) e ambientais (14%) (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, 2003). As organizações comunitárias tiveram um papel principal nas diferentes fases de execução.

Com relação às ações associadas com a redistribuição fundiária, elas foram feitas durante a vigência de projeto piloto por meio de dois mecanismos: a titulação de *tierras baldías* e o mercado de terras.

Na região de El Pato-Balsillas foram entregues 408 títulos de propriedade, 315 através da titulação de *tierras baldías* e o restante por meio do mercado. Nesse caso particular foram negociados três terrenos, e posteriormente parcelados para a entrega aos camponeses. Em Calamar foram entregues 355 títulos, 126 mediante a titulação de *tierras baldías*; e na ZRC de Cabrera se entregaram 63 títulos, 18 por meio da titulação de *tierras baldías* e 45 mediante a negociação e parcelamento de quatro lotes, adquiridos por meio do mercado (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, 2003). No seguinte capítulo descreveremos o processo de compra através do mercado no município de Cabrera.

Durante a implementação do projeto piloto a relação com os governos locais teve um comportamento diferenciado nas três regiões estudadas. Na ZRC de El Pato-Balsillas, a prefeitura de San Vicente del Caguán e o governo departamental de Caquetá tiveram uma participação marginal; este é um lugar que se caracteriza pela pouca interação com essas entidades. Em Calamar existiu maior coordenação interinstitucional e articulação entre o plano de desenvolvimento sustentável da zona e o plano municipal. A participação do governo departamental foi maior quando comparada com a situação de El Pato-Balsillas. Por fim, no caso de Cabrera, a prefeitura teve uma participação nos primeiros anos na construção dessa nova institucionalidade, no entanto, o papel da administração departamental foi marginal (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, 2003). A relação com a administração municipal e departamental constitui um elemento de importância, pois essa articulação poderia permitir o cofinanciamento por parte dessas instituições de projetos e programas priorizados nos planos de desenvolvimento das ZRC.

Paralelo a esse processo, em 1998 o governo de Andrés Pastrana (1998-2002) iniciou os diálogos de paz com a guerrilha das FARC-EP. Definiu-se um local para a negociação, abarcando cinco municípios, dentre os quais estava o município de San Vicente del Caguán, onde se localiza a ZRC de El Pato-Balsillas. A área, de 42.000 km² conhecida como “zona de distensão”, implicou na saída das forças militares do território. Esse processo de paz terminou em 2002, sem um acordo entre as partes. O governo colombiano pôs fim à zona de distensão e começou a retomada da área por parte do exército nacional, situação que acabou por afetar as ZRC, pois a estrutura institucional nestes locais se viu afetada devido a problemas de ordem pública (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, 2003).

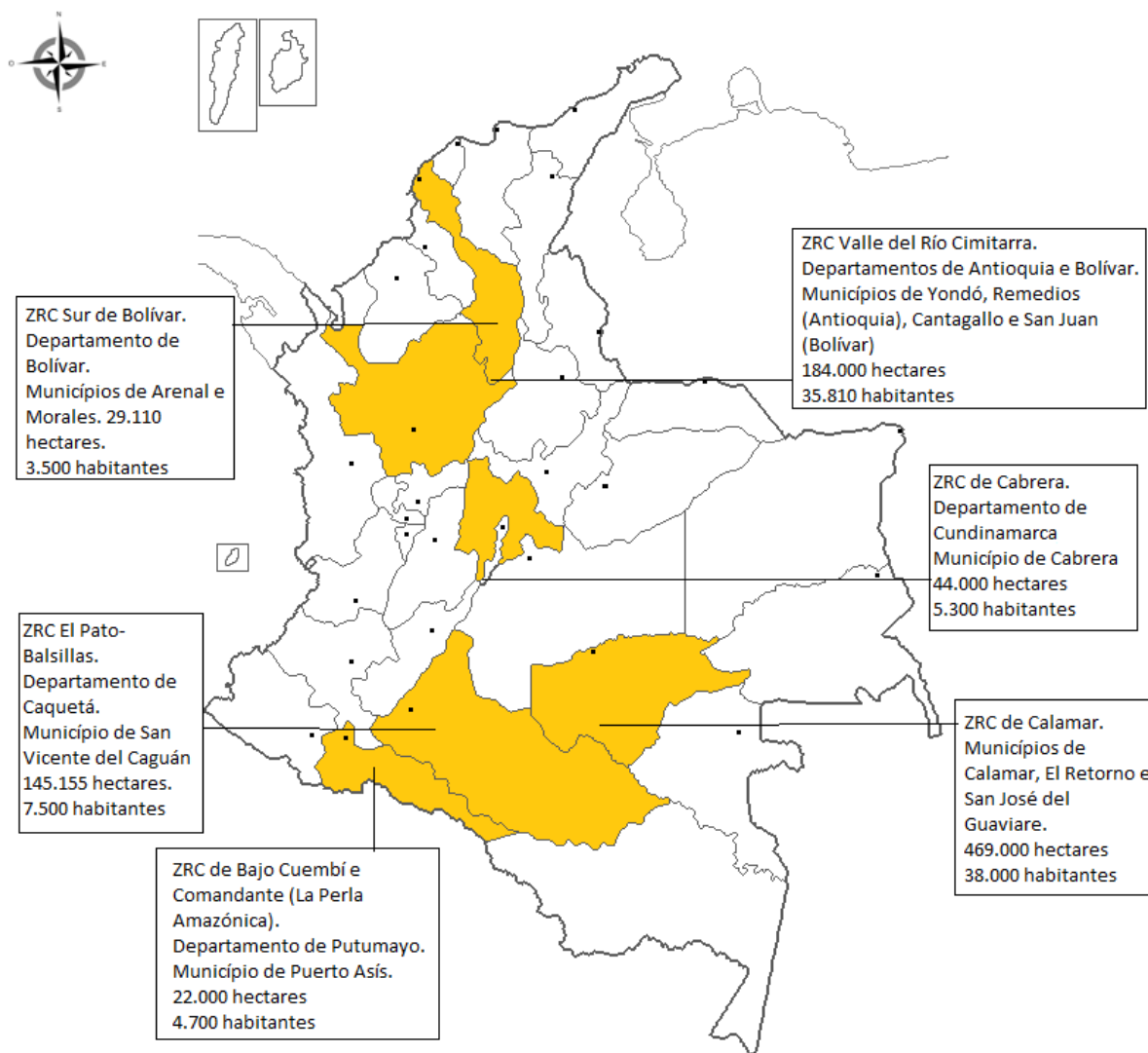
No entanto, da experiência do projeto piloto se resgatam importantes conclusões com relação ao potencial destes territórios para transformar alguns elementos associados à questão agrária no país. A avaliação do PPZRC realizada pela Universidad Javeriana (ORTIZ, PEREZ, *et al.*, 2004) mostrou que a implementação do mesmo contribuiu para o fortalecimento das organizações comunitárias, elemento importante para a promoção de novos processos de desenvolvimento local. Da mesma forma, significou a abertura para novas alternativas de resolução dos conflitos agrários e na recuperação da legitimidade do Estado, pois se baseia num modelo de gestão participativo e democrático. O trabalho com as comunidades permitiu, de acordo com a avaliação, incluir o componente ambiental nas atividades, assim como também incorporar práticas de conservação e produção sustentável. Por fim, um dos principais aprendizados foi o reconhecimento de que este modelo devia ser flexível “No es, ni debe llegar a ser, una política estándar, que se utiliza como una “receta” ya que así perdería su esencia” (ORTIZ, PEREZ, *et al.*, 2004, p. 189). Como afirma Fajardo:

Cada reserva es una experiencia distinta, los campesinos vienen con una historia distinta, sus problemas son distintos, la relación misma con las condiciones locales es distinta (Entrevista com Darío Fajardo, 2015).

O entusiasmo que gerou a criação das primeiras três ZRC e a execução do projeto piloto, vigente até 2003, se viram afetados por uma conjuntura desfavorável em nível nacional, com a chegada ao poder de Álvaro Uribe em 2002. No próximo tópico apresentaremos as dificuldades que estes territórios enfrentaram.

3.4. As dificuldades das ZRC durante o governo de Álvaro Uribe (2002-2010)

Entre 1997 e 2002 foram constituídas seis ZRC. Além das três que participaram no projeto piloto, foram criadas em Arenal e Morales, no departamento de Bolívar; Valle del Río Cimitarra, nos departamentos de Antioquia e Bolívar; e em Bajo Cuembí e Comandante (conhecida também como La Perla Amazónica), no departamento de Putumayo.



Mapa 3. Departamentos com ZRC atualmente constituídas. Fonte: Elaboração própria, com informação de ILSA (2013)

A ZRC do Valle del Rio Cimitarra foi criada em 2002 e quatro meses depois, em abril de 2003, foi suspensa. De acordo com o Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (INCODER), órgão que substituiu o INCORA, a suspensão se relacionou com que algumas entidades, grêmios e comunidades dos municípios que compõem este território não assistiram à audiência pública de criação, argumentando falta de garantias. Contudo, outros setores tiveram uma interpretação diferente sobre este episódio (ILSA, 2012, p. 29),

El argumento para la suspensión fue percibido como una apuesta más de los intereses económicos, políticos y criminales de la región, al desconocimiento de la propuesta campesina de cambio en el modelo regional de desarrollo y territorial.

Ela foi reativada em 2011 e atualmente as seis zonas estão vigentes. Um ponto que devemos ressaltar é o interesse que elas começaram a despertar entre outras comunidades camponesas no país (ILSA, 2012, p. 29).

El Incora impulsó y acompañó procesos avanzados en el departamento de Boyacá y los municipios de Fortul (Arauca) y La Macarena (Meta), que no alcanzaron a constituirse plenamente, e impulsó una política de capacitación a las organizaciones y comunidades campesinas de los departamentos de Cauca, Tolima, Meta, Antioquia, Caldas, Atlántico y Cundinamarca.

A regulamentação das ZRC e o desenvolvimento do projeto piloto permitiram avançar na consolidação deste mecanismo de defesa do território. Foi um momento no qual existia uma abertura do sistema político para acompanhar estas iniciativas, mesmo reconhecendo que o diálogo entre os camponeses, o governo nacional e os governos locais foi difícil. Entendemos que a relação entre os atores e as instituições não necessariamente é de confronto, pois em alguns casos, os movimentos sociais conseguem influir nas políticas públicas (IBARRA, MARTÍ e GOMÀ, 2002).

Essa conjuntura mais ou menos favorável se desvaneceu com a chegada ao poder de Álvaro Uribe Vélez em agosto de 2002. Depois de um processo de paz falido com as FARC-EP, ele defendeu um discurso sobre a necessidade de pôr fim ao conflito armado através da derrota militar da guerrilha. Isto significou, então, o fechamento da estrutura de oportunidades que tinha permitido um avanço importante na constituição das ZRC. Devemos lembrar que sua chegada ao poder representa uma modernização conservadora, inserida em um contexto latino-americano no qual a maioria dos países estava fazendo parte de uma onda progressista, como foi o caso do Brasil, Chile, Uruguai, Venezuela e Bolívia (ROMANO, 2007).

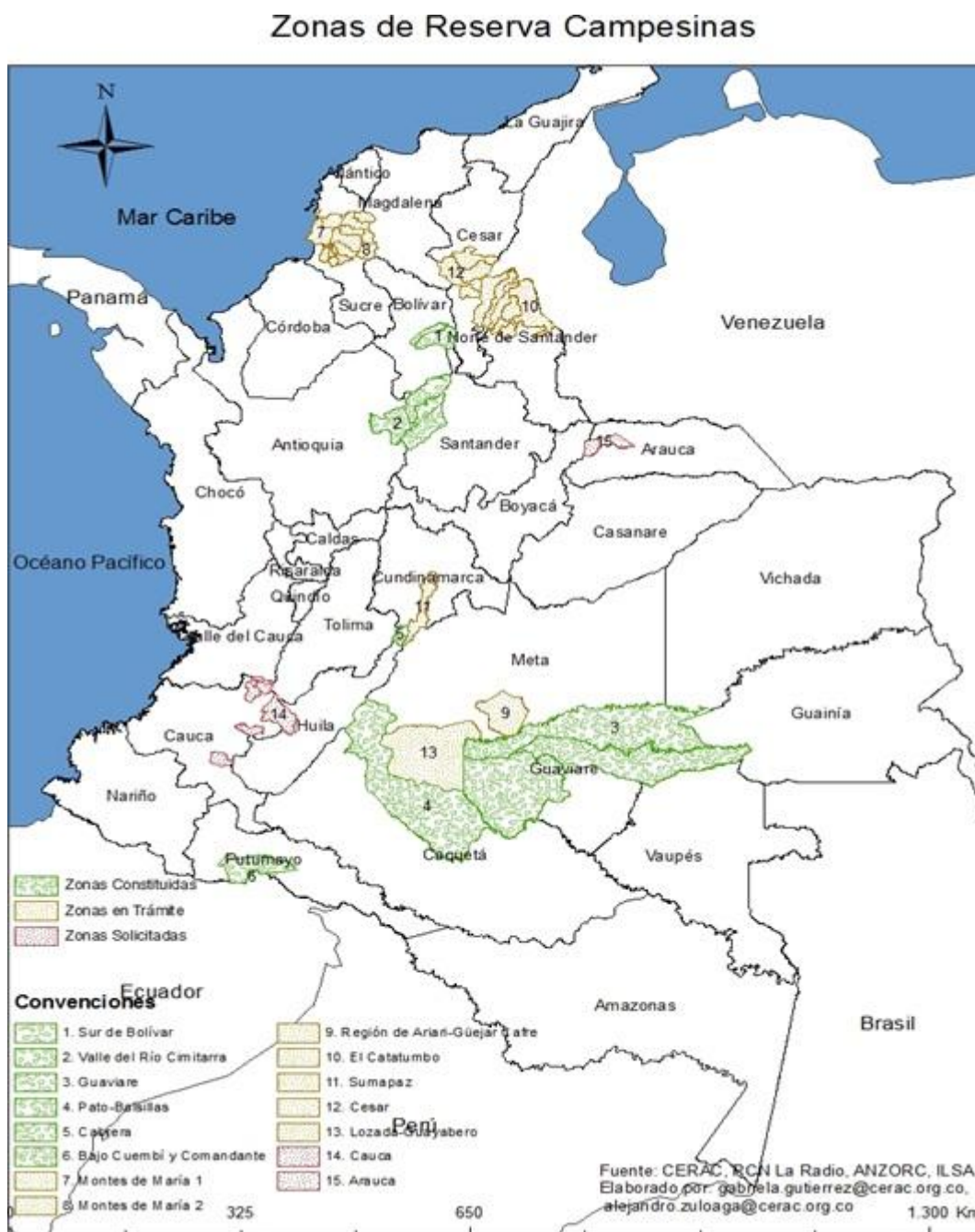
Todos os processos organizativos das comunidades camponesas para que seus territórios fossem considerados ZRC se postergaram no mandato de Uribe, até o ponto de que hoje em dia, as únicas zonas constituídas pelo governo nacional são as seis já mencionadas.

Os camponeses, porém, têm encontrado outras formas de resistência frente a esta situação. Eles não abandonaram esta luta, e continuam fazendo os trâmites para a sua constituição. Existem também “ZRC de fato” (ANZORC, 2011, p. 18).

Estas zonas se denominan de hecho porque las comunidades campesinas y sus organizaciones a raíz de los acuerdos incumplidos por parte del gobierno nacional desde inicio de la primera década del presente siglo, decidieron ejercer el legítimo derecho a organizarse, autodeterminarse y defender su territorio a través de acuerdos internos sin necesidad de una aprobación oficial. Durante años estas ZRC han

operado y ejercido su autonomía sobre el territorio bajo su visión territorial y participativa.

O seguinte mapa ilustra as ZRC constituídas (verde), além de alguns territórios que solicitaram o reconhecimento como zonas de reserva e as que se encontram em trâmite de serem reconhecidas. Chamamos a atenção para o fato deste mapa não dar conta das mais de 50 experiências territoriais que lutam pelo seu reconhecimento como ZRC.



Mapa 4. ZRC constituídas, em trâmite e solicitadas. Fonte: Cerac.

Na história das ZRC, talvez a época mais difícil tenha sido durante os dois mandatos de Álvaro Uribe (2002-2010). Segundo o Instituto Latino-americano para uma sociedade e um direito alternativos- ILSA (2012), foram oito anos nos quais se tentou eliminar na prática e na legislação as ZRC, o que gerou a estagnação das mesmas. Algumas das estratégias utilizadas para tal fim foram: a interrupção de criação de novas zonas, o desprezo pelos avanços resultantes do projeto piloto, a suspensão de apoio a estes territórios por parte das instituições governamentais, o enfraquecimento do tecido social por causa do *desplazamiento forzado*, a estigmatização, a abertura de processos judiciais contra lideranças, os assassinatos e a militarização das áreas rurais.

A Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa ANZORC (2014), relata algumas situações que afetaram o tecido social nesses lugares durante o governo de Uribe: Em Calamar foram privadas da liberdade 26 pessoas vinculadas à ZRC. Na região de El Pato-Balsillas se deu a execução extrajudiciária de um indígena a mãos do exército, assim como também se deu a morte de líderes de AMCOP, organização que lidera o processo. Igualmente, foram massacrados seis habitantes pelo exército. Em Arenal e Morales, a assessora do Programa de Desenvolvimento e Paz do Magdalena Medio, promotora da zona, foi assassinada por paramilitares e as organizações sociais foram ameaçadas.

Do mesmo modo, as outras três ZRC sofreram a estigmatização e a violência, próprias deste período. Em Cabrera, o diretor do grupo técnico do projeto piloto e o líder de SINPEAGRICUN foram ameaçados. O prefeito do município foi assassinado e outros líderes foram privados da liberdade. Em Alto Cuembí e Comandante, vários habitantes que pertenciam à Associação Camponesa de Putumayo ASCAP foram detidos e acusados de serem integrantes das FARC-EP. Em Valle del Río Cimitarra, assassinaram, ameaçaram ou privaram da liberdade a lideranças da Associação Camponesa do Valle del Río Cimitarra ACVC (ANZORC, 2014).

Diante destas circunstancias, os planos de desenvolvimento não contaram com o apoio financeiro do governo nacional, motivo pelo qual as organizações camponesas mantiveram vivas as ZRC no discurso, e algumas conseguiram recursos de cooperação internacional para levar a cabo certas ações priorizadas nos planos. Existem também atividades financiadas pelas próprias comunidades, como capacitações em cultivos agroecológicos ou recuperação de sementes.

Entendemos que cada ZRC tem sua particularidade, suas formas de relacionamento com os governos locais e suas próprias reivindicações, relacionadas com a história do território e com a própria dinâmica do mesmo. O seguinte capítulo estará focado na zona de Cabrera, objeto de estudo desta dissertação.

CAPÍTULO IV- A ZONA DE RESERVA CAMPONESA DE CABRERA



Figura 3. Municipio de Cabrera. Fonte: Alcaldía de Cabrera www.cabrera-cundinamarca.gov.co

Neste último capítulo nos ocuparemos, especificamente, da Zona de Reserva Camponesa de Cabrera (ZRC), principal objeto de estudo da dissertação. Ele está estruturado em seis partes. Em primeiro lugar, apresentaremos uma caracterização geral desse município para, em seguida, descrever o processo de configuração da ZRC. A terceira seção abordará algumas questões relacionadas com ações de redistribuição fundiária realizadas nos primeiros anos de confirmação da mesma. Na quarta parte nos referiremos ao mandato de Álvaro Uribe que, como dito anteriormente, significou um momento de resistência e de repressão. Na quinta seção apresentaremos a conjuntura mais recente, relacionada com as ações de reativação das zonas de reserva e o processo de paz entre o governo colombiano e a guerrilha das FARC-EP. Por fim, abordaremos a questão da atual luta pelo território em Cabrera.

Como veremos a seguir, a constituição dessa ZRC esteve determinada em grande medida pela existência prévia de uma comunidade organizada, o que nos remete ao passado de lutas e resistências na região, apresentado no segundo capítulo. Podemos compreender sua instituição como o reconhecimento das lutas que geraram as bases para a conformação de um território que tem como traços característicos a inexistência do latifúndio e a prevalência da

economia camponesa. Atualmente, essa ZRC representa uma plataforma para novas reivindicações frente às ameaças de implantação de megaprojetos.

4.1. Caracterização do município de Cabrera

Cabrera é um município localizado na região de Sumapaz, no departamento de Cundinamarca, a 144 km da cidade de Bogotá (ver mapa 5). Sua extensão é de 449km² (47.336,05 hectares) e tem cerca de cinco mil habitantes. 99,8% do território é catalogado como área rural e nele reside 76,6% da população, enquanto que na área urbana reside o restante 23,4%.



Mapa 5. Departamento de Cundinamarca. Localização de Cabrera. Fonte: Elaboração própria.

O povoado de Cabrera foi criado em 1910 sob a jurisdição do município de Pandi, e foi estabelecido como município colombiano em 1964. Atualmente, encontra-se dividido em

16 *veredas*²¹ (ver mapa 6). É um território com uma longa história de migração devido, principalmente, às guerras na região de Sumapaz, as quais ocasionaram ondas migratórias de entrada e saída de pessoas. Nesse sentido, 43% dos habitantes nasceram em outras regiões do país (ILSA, 2013).



Mapa 6. Divisão do município de Cabrera por *veredas*. Fonte: Alcaldía de Cabrera.
www.cabrera-cundinamarca.gov.co

Na área rural de Cabrera, 80,9% da população encontra-se com necessidades básicas insuficientes como nos apresenta o dado “Necessidades Básicas Insatisfeitas- NBI”²². 35% é analfabeta e só 4% consegue fazer estudos técnicos ou superiores. Uma média de 69% não

²¹ A vereda é a unidade de divisão municipal na área rural.

²² O indicador de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) é utilizado para determinar a linha de pobreza, de acordo com indicadores simples relacionados com moradia, acesso a serviços públicos, educação, renda.

tem acesso aos serviços de utilidade pública (ILSA, 2013). A maioria da população, isso é, cerca de 70% são proprietários, porém, só 34% conta com a escritura dos imóveis. O restante tem outro tipo de documentos, como cartas de compra e venda ou recibo de pagamento de impostos.

Devido à sua localização num terreno montanhoso, essa localidade possui três tipos de clima: temperado, frio e páramo. O município tem uma altitude entre 1.650m e 4.000m acima do nível do mar. Possui grande biodiversidade, nascentes de água e áreas de reserva florestal. A região de páramo tem diversas plantas endêmicas, e 178.634 hectares desse ecossistema constituem o Parque Nacional Natural de Sumapaz, espaço de preservação ambiental constituído em 1977.



Figura 4. Páramo de Sumapaz. Foto: Juan Guillermo Hernández, 2014.

Apesar da importância da biodiversidade no município, ações como a degradação ambiental por atividades antrópicas e a construção de infraestrutura em sistemas ambientais estratégicos, são fatores problemáticos. A degradação ambiental faz parte de um processo histórico, pois nos períodos de guerra, os camponeses povoaram terrenos em ecossistemas frágeis (ILSA, 2013). Atualmente, além do desmatamento, das práticas agrícolas nocivas ao

solo, e das atividades agrícolas e pecuárias na área de páramo, conta-se também com a presença de uma base militar com capacidade para mais de treze mil soldados na *vereda* Las Águilas, inserida dentro de Cabrera e dentro do Parque Nacional Natural de Sumapaz. Por outro lado, existe na região um projeto de criação de microcentrais de água, que afetaria algumas *veredas* do município.

Cabrera se localiza em um lugar estratégico, pois tem fronteira com os departamentos de Huila, Meta e Tolima e, portanto, constitui uma via de entrada para Bogotá. Devido à sua posição geográfica esta é uma área disputada pelos distintos atores do conflito armado. Além disso, está próximo aos territórios historicamente controlados pela guerrilha das FARC-EP, motivo pelo qual é alvo de operações militares. Por conta disso, a comunidade tem sido estigmatizada como colaboradora desse grupo guerrilheiro.

A economia se baseia na agricultura e na pecuária. Semanalmente é organizada uma feira para a comercialização dos produtos, especificamente, feijão, batata e verduras. Da mesma forma, uma vez por mês é realizada uma feira para a venda de gado. Nestas atividades convergem os habitantes das diferentes *veredas* e dos municípios vizinhos. Em Cabrera existem tanto cultivos temporários (ervilha, feijão, tomate, batata) quanto permanentes (amora, tomate de árvore, *granadilla*). Outros cultivos são *curuba*, milho, *lulo*, café, *arracacha* e coentro. Contudo, não se conta com um sistema rodoviário adequado que facilite o transporte dos mesmos, aumentando seus custos e afetando sua comercialização.

Um dos entrevistados mencionou que Cabrera era próspero na década de 1980, situação que mudou na década de 1990 devido às políticas neoliberais e à entrada de alimentos importados através dos Tratados de Livre Comércio. Apesar disso, a produção agrícola e pecuária é ainda a principal atividade econômica.

4.2. O processo de constituição da ZRC de Cabrera

A ZRC de Cabrera foi estabelecida juridicamente em 7 de novembro de 2000 através da *Resolución* 046 do mesmo ano expedida pelo Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA). Este marco jurídico é o resultado de um processo prévio, que consistiu na apresentação da petição a esta entidade pública para sua delimitação, em fevereiro de 2000, por parte do Sindicato de Pequenos Agricultores de Cundinamarca (SINPEAGRICUN),

seguido de ações de capacitação comunitária para a formulação do primeiro plano de desenvolvimento aprovado uns meses depois (INCORA, 2000).

Uma das principais características da ZRC, e que constitui um elemento diferenciador, relaciona-se com o fato de ter sido declarada na totalidade do município, situação que não se apresenta nas outras zonas. Isso significa, na prática, que ao falar do município ou da ZRC de Cabrera estaríamos falando do mesmo território.

De acordo com a *Resolución* 046 de 2000, são seis os argumentos que sustentam o estabelecimento da mesma:

1. Sua localização na área de ecossistema do páramo de Sumapaz, chave para o abastecimento da água em Bogotá e nos municípios vizinhos;
2. Predomínio da economia camponesa, para o qual requer garantir sua adequada consolidação e desenvolvimento;
3. Altos índices de pobreza e baixos indicadores de qualidade de vida;
4. Necessidade de dar início a um processo de ordenamento da propriedade para maximizar o uso dos recursos naturais da região;
5. Comunidade local com um reconhecido grau de organização;
6. Existência de vontade política para a implementação da ZRC, tanto em nível local (comunidade, autoridades, instituições) quanto nacional e internacional (instituições nacionais e o Projeto Piloto de ZRC).

Além dos motivos expostos da legislação mencionada no que tange a sua criação, tanto acadêmicos como algumas lideranças consideram que sua constituição representa um reconhecimento às lutas pela terra que tiveram lugar principalmente na primeira metade do século XX. Segundo o Instituto Latino-americano para uma Sociedade e um Direito Alternativos (ILSA),

La creación de la ZRC de Cabrera se remonta a la larga tradición de lucha del movimiento campesino colombiano por una reforma agraria integral, por la solución estructural al conflicto social y armado y por la construcción de una forma de producción agrícola y pecuaria alternativa, que brinde garantías de vida digna para los cultivadores y que garantice la seguridad y la soberanía alimentaria... en su momento, encontraron en la figura de las Zonas de Reserva Campesina una herramienta fundamental para dar continuidad a dichas luchas, por lo que emprendieron su proceso de constitución (ILSA, 2013, p. 42,43).

Nessa mesma direção, um dos líderes elenca os seguintes motivos que justificaram o estabelecimento de Cabrera como ZRC. Em primeiro lugar, devido à existência de um vínculo de pertencimento e de comunidade, pois a população é descendente de colonos que chegaram a fundar o povoado, são filhos e netos de colonos. Em segundo lugar, por causa da sua localização estratégica e suas condições ambientais, já que uma parte pertence ao páramo de Sumapaz. Em terceiro lugar, em virtude do processo histórico de luta que caracteriza o município, uma vez que as terras que a população possui são o resultado dessas lutas. Por fim, devido ao predomínio da economia familiar baseada na agricultura e na pecuária (OTERO, 2014).

Encontramos também em algumas das entrevistas feitas, opiniões segundo as quais através da ZRC se reconheceu e protegeu uma forma de territorialidade e um modo de vida que existia previamente em Cabrera, isso é, eles já “viviam” como Zona de Reserva Camponesa:

...prácticamente era como darle una figura a algo que ya había pasado, aquí ya como ZRC prácticamente estábamos viviendo desde los años 50, después de la violencia, que se distribuyó la tierra, y prácticamente nosotros vivimos como ZRC sin tener la figura, acceso a la propiedad, distribución de la tierra, hay unos que no tienen finca pero no hay una concentración grande, y la economía campesina, aquí se vive la agricultura y la ganadería pequeña, entonces eso hizo que se diera la figura para proteger esta región, no como las otras zonas que se decretó para hasta ahora empezar a trabajar en lo del acceso a la tierra, aquí se hizo más como para proteger todo eso que se había conseguido, evitar la reconcentración, entonces por eso se escogió (líder camponês, Cabrera)

Outro líder camponês, membro do comitê promotor da ZRC de Cabrera, compartilha a mesma opinião:

La ZRC es otorgada en Cabrera en reconocimiento a todas esas luchas, de hecho una profesora de la Universidad del Rosario que está haciendo un doctorado, llegó a la conclusión de que Cabrera ha vivido como ZRC desde hace muchos años, desde el año 73 y por eso fue reconocida, en reconocimiento a su trayectoria y a sus luchas que ha tenido, incluso es un modelo para las otras ZRC en el país, a las constituidas y a las que están por constituirse. Es muy probable que aquí en Cabrera el cuento de las ZRC, como tal, la gente no dijera ese concepto, pero sí se vive mucho como ZRC, hay tejido humano, hay tejido social, hay arraigo, y algo muy importante es la cultura política entre liberales, conservadores, comunistas, todos aquí somos amigos, no hay rivalidad política (líder camponês, Cabrera).

Estes dois testemunhos fazem refletir sobre o significado que na prática tem para as comunidades a ZRC, pois não seria só a criação de uma nova institucionalidade; seria a

construção histórica de um modo de vida, de um território e de um tecido social, cujas bases jurídicas se concretizaram em 2000.

Ao estudar a constituição da ZRC de Cabrera, encontramos que, além dos motivos expostos, existia uma relação entre um membro do Sindicato de Pequenos Agricultores e Darío Fajardo (diretor nesse momento do Projeto Piloto de ZRC), isso é, existiam laços de confiança e um conhecimento do território e da história da comunidade, o que facilitou a escolha desse município como zona de reserva. Nas palavras de Darío Fajardo,

Aprovechamos que en Cabrera teníamos una relación vieja con el sindicato y había un líder con el que yo trabajaba hace muchos años, entonces la propuesta fue trabajar en Cabrera porque había una organización y un territorio (Entrevista com Darío Fajardo, 2015).

Outro entrevistado coincide em que a proximidade de Darío Fajardo com Gerardo González, reconhecido líder agrário e presidente do Sindicato nesse momento, facilitou a escolha de Cabrera como ZRC. Foi então, através deles, que a população conheceu da proposta de implementação.

Como parte do processo de constituição da mesma, foi elaborado o primeiro plano de desenvolvimento sustentável, com recursos do PPZRC (através de um empréstimo do Banco Mundial) e aprovado em agosto de 2000. Como organização executora do projeto foi escolhido o SINPEAGRICUN. Os planos são a ferramenta básica para o planejamento das ZRC na Colômbia, pois, com base em um exercício de construção coletiva entre comunidades, organizações sociais, autoridades e organismos vinculados a cada território, são determinadas e acordadas as ações a serem desenvolvidas. Como objetivos foram definidos: a redução da pobreza rural no município; a conservação do ecossistema do páramo de Sumapaz; e o fortalecimento político das organizações sociais. O plano previa projetos em cada um desses componentes, 38 dos quais foram priorizados entre 2000 e 2003. Eles se focaram em capacitações, oficinas de formação e construção, reconstrução e melhoramento de infraestrutura como pontes, estradas, centros de saúde, centros educativos. Segundo um funcionário público consultado,

Encontramos una inversión de recursos que se hizo entre el año 2000-2002 de alrededor de 730 millones de pesos, y en unas evaluaciones que hicimos con el Incoder encontramos algunas cosas, algunas infraestructuras como un salón en la escuela de San Isidro, unos restaurantes escolares en algunas escuelas de veredas, así como el mejoramiento de un puente sobre el río Sumapaz, así varias cosas. Y el testimonio de algunas personas a las que les dieron algunos recursos para proyectos productivos, también algunos recursos que le entregaron en ese momento a una

cooperativa, que tiene todavía algunas propiedades, pero que está inhábil. Esa fue la información que encontramos como ZRC (Funcionario público municipal, Cabrera).

Porém, segundo Otero (2014), as ações realizadas no marco do PPZRC geraram mal-estar entre alguns segmentos da população já que, por um lado, predominaram as atividades de capacitação, as quais não são palpáveis, o que gerou a sensação de que não se obteve resultados concretos. Por outro lado se sentiram excluídos, pois não foi a totalidade da comunidade que participou dessas atividades. Nessa mesma direção, encontramos nas entrevistas feitas a opinião de um entrevistado que elenca elementos negativos do Projeto Piloto:

Yo considero que el proyecto piloto fue algo que le hizo harto daño a la ZRC, porque llegó fundado básicamente en el componente económico... y como fue un proyecto tan corto, de uno o dos años, entonces se acabó el proyecto sin tener en cuenta la permanencia en el tiempo, sin hacer un diagnóstico claro de qué era lo que se necesitaba, simplemente fue llegar y repartir plata de buenas a primeras, de pronto para una burocracia de amigos, no para un grupo estudiado, analizado que realmente lo necesitaba (líder camponês, Cabrera).

No informe final do PPZRC se reconhece que os planos de desenvolvimento das três zonas que participaram do projeto piloto têm vazios técnicos e de informação e não foram adotados na prática (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, 2003).

Esse projeto terminou em 2004, no entanto, esperava-se que as comunidades, junto com o governo nacional, departamental e municipal, avançassem nas ações identificadas no plano da ZRC. Como veremos, Cabrera entrou em uma conjuntura de instabilidade política e social, cujas consequências foram basicamente a paralisação das atividades.

4.3. Algumas ações de redistribuição fundiária

As ZRC têm como um dos objetivos limitar a concentração da terra e promover a distribuição da mesma. O caso de Cabrera constitui um exemplo no qual o latifúndio praticamente foi eliminado. Isso pode ser constatado ao analisar os tamanhos dos terrenos de acordo com a Unidade Agrícola Familiar (UAF) estabelecida para cada território, e que no caso desse município, está constituída por 18 hectares.

Lembremos que a UAF foi uma medida inserida na Lei nº 135 de 1961 e retomada na Lei nº 160 de 1994 para frear a concentração fundiária através do estabelecimento de um limite ao tamanho dos lotes. Estabelece também, um tamanho dos terrenos que visa garantir,

através da sua exploração, uma renda mensal de dois salários mínimos para a família camponesa.

De acordo com a tipificação baseada na UAF, no caso de Cabrera os microfúndios seriam os imóveis com uma extensão inferior a meia UAF (nove hectares); os minifúndios se referem àqueles entre 0,5 e duas UAF (entre nove e 36 hectares); a propriedade média seria aquela entre duas e 10 UAF (entre 36 e 180 hectares); e a grande propriedade seria aquela com mais de 10 UAF (mais de 180 hectares) (ILSA, 2013). Nesse sentido, 95% seriam microfúndios e minifúndios, o que corresponde a lotes inferiores a duas UAF. Só 5% estariam constituídos por terrenos superiores a 36 hectares. A extensão máxima de terra no município é de 150 hectares.

A constituição do minifúndio em Cabrera, como mencionado no segundo capítulo, foi o resultado de um processo de fragmentação da estrutura das fazendas por causa da forte pressão dos camponeses, assim como também do período de intensas guerras, os quais afetaram a produtividade dos latifúndios. Da mesma forma, coincide com o deslocamento da produção de café para outras regiões do país, o que facilitou a negociação da terra com os latifundiários. É então na história do século XX na região de Sumapaz que encontramos a chave para a compreensão da eliminação da grande propriedade.

Os dados sobre concentração fundiária dando conta da inexistência do latifúndio no município coincidem com a opinião e visão que os diversos entrevistados têm sobre esta questão em Cabrera. Um dos entrevistados afirma que:

Aquí no hay latifundios, aquí se busca que cada campesino tenga un pedazo de tierra en el cual producir, aquí la mayoría de las fincas son minifundios (líder camponês, Cabrera)

Outro entrevistado afirma que o latifúndio começou a ser eliminado na década de 1930, com as lutas contra os Pardo Rocha, uns dos principais donos da terra.

Na opinião de outro entrevistado, membro do comitê promotor da ZRC:

Yo creo que algo de rescatar para el municipio de Cabrera, además de la herencia de convivencia política y social, por allá en la década del 60, es esa reforma agraria que se constituyó entre 1965 hacia acá, se consolidó en los años 70. En ese entonces se hizo un proceso de entrega de tierras para los campesinos y se limitó el latifundio y se fortalecieron minifundios, y aún todavía se mantienen, a pesar de que existen unas muy pequeñas concentraciones de tierras en dos, tres personas, pero no podemos decir que eso represente el gran latifundio, porque no es así (líder camponês, Cabrera).

Um fator mais recente que permitiu dar acesso à terra no município, apesar de não ser já um problema generalizado, encontra-se no final da década de 1990 e início de 2000, quando se desenvolveram ações de redistribuição fundiária, no marco da criação da ZRC. Elas se centraram em duas modalidades de intervenção do Estado: a titulação de *tierras baldías* (foram entregues 19,23 hectares entre 2003 e 2008) e a compra de terrenos em Cabrera. Esta última modalidade de intervenção se fundamenta no esquema do Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM), de bases neoliberais, que consiste na negociação direta dos imóveis entre os camponeses e os proprietários, onde o Estado assume um papel de facilitador do processo. Os primeiros recebem por parte deste um subsídio de 70%, e o restante 30% deve ser aportado pelo camponês, através de recursos próprios ou de crédito, de acordo com a Lei n°160 de 1994. Este esquema, porém, é amplamente questionado por não resolver a desigualdade nem garantir o acesso à propriedade para todos os camponeses (MACHADO, 2009).

As ações de reforma agrária desenvolvidas em Cabrera devem ser entendidas como uma convergência de políticas em nível nacional e departamental, as quais acabaram beneficiando famílias por meio da entrega de subsídios para a aquisição de terras. Em 1998 chega ao poder um governador de origem liberal, podendo entender isso como uma abertura na Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP). Nesse período, começa um processo de marchas camponesas na província de Sumapaz, com a mobilização de comunidades de todos os municípios que a compõem. Nesse cenário é estabelecido o projeto de apoio à reforma agrária dentro do plano de desenvolvimento do governo departamental, principalmente mediante a negociação voluntária dos terrenos entre os proprietários e os camponeses seguindo, dessa forma, a lógica de aquisição através do mercado.

Nesse contexto, definiu-se o apoio mediante crédito para os beneficiários das ações de reforma agrária. Esses empréstimos deviam ser utilizados, por um lado para o pagamento de 30% do valor dos imóveis aos proprietários, pagamento que devia ser feito diretamente pelo beneficiário. Por outro lado, devia ser utilizado para a implementação de sistemas produtivos nos lotes adquiridos (CORTÉS, 2006).

Em segundo lugar, encontramos políticas em nível nacional, promovendo algumas ações fundiárias nessa região, no marco do PPZRC. Nesse cenário, definiu-se o INCORA como a entidade encarregada da titulação e negociação de terrenos no território, de acordo com a *Resolución* 046 de 2000.

Em termos gerais, constatamos que as ações recentes de políticas de acesso à terra no município de Cabrera estão inseridas nesses dois processos, tanto em nível departamental como nacional, e têm sido realizadas mediante a titulação de *tierras baldías* e da negociação através do mercado. Isso, apesar de que no caso das ZRC existe a possibilidade de negociar os terrenos diretamente por parte do INCORA ou de desapropriá-los. Entre 2003 e 2011 foram titulados 154,44 hectares de *tierras baldías*. Por outro lado, por meio do mercado, foram realizados quatro projetos de compra direta, três dos quais foram destinados para camponeses do município e um deles foi destinado para população *desplazada* pela violência que imigrou para a região.

Esses três projetos se referem à compra direta dos imóveis Gualcalá, San Fernando e Albania, por meio do qual se compraram 189,5 hectares, beneficiando um total de 25 famílias (ILSA, 2013). Contudo, encontramos na informação do ILSA, ausência de outro terreno denominado Corinto, cuja compra beneficiou sete famílias, e o qual está referido no informe final do PPZRC e nos documentos em poder dos antigos proprietários. Ademais, encontramos divergências no número de famílias beneficiadas ao contrastar a informação com as escrituras. Levando em consideração essa informação, seriam em total cerca de 230 hectares que beneficiaram 33 famílias.

A história contada através do líder da ocupação e dos proprietários

Os terrenos que foram adquiridos mediante a negociação através do mercado e entregues aos camponeses de Cabrera, isso é, Gualcalá, San Fernando e Albania, além do terreno de Corinto, pertenciam a um mesmo dono, Juan Antonio Benavides. Devido ao parentesco com o proprietário dos mesmos, quisemos aproveitar o acesso a contatos para reconstruir a história da compra dos mesmos, levando em consideração que nessas terras estiveram focadas as ações recentes de redistribuição fundiária no município. Tentamos conhecer esse processo através da voz do líder das ocupações e da família Benavides Delgado, herdeira dessas terras.

A entrevista com o líder da ocupação das terras foi feita no lugar onde ele reside atualmente, pois teve que sair de Cabrera há uns anos. Fomos convidados para um almoço na casa dele, em companhia da sua mulher. Isso gerou um ambiente de confiança que permitiu estabelecer um diálogo, utilizando técnicas da história oral como forma de nos aproximarmos

à vida de um dos principais atores desse processo, entendendo que a oralidade “permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas” (ACEVES LOZANO, 1998), complementando a informação com outras fontes orais e com documentos escritos. Por meio de uma conversa informal de várias horas, tentamos dar ao nosso entrevistado o espaço para criar sua narrativa (ROSENTHAL, 1998), fazendo só algumas perguntas pontuais, relacionadas especificamente com o marco temporal dos acontecimentos narrados e com temas que precisavam de esclarecimento ou aprofundamento.

No entanto, o fato de quem escreve a dissertação ser parte da família Benavides Delgado pode ter significado a construção de um relato com alguns silêncios, ou com a construção de uma narrativa que não permitisse aprofundar nas reflexões do líder e da própria comunidade sobre esse processo de ocupação e sobre os conflitos em torno do mesmo. São dificuldades próprias das pesquisas onde existe uma proximidade grande com o objeto estudado e que precisam ser levadas em consideração, sem que isso inviabilize a pesquisa ou reste importância ao relato do líder.

Através desse relato, encontramos uma pessoa cuja trajetória se resume na migração constante, na liderança comunitária e na luta pela terra. É herdeiro das migrações por causa das guerras em Sumapaz, motivo pelo qual sua família teve que abandonar a região, e assim, ele nasceu em outro município de departamento de Cundinamarca. Posteriormente a família voltou para Cabrera. Ele migrou de novo e morou fora por 15 anos, período no qual se casou. Sua esposa também participou da ocupação dos terrenos e acompanhou as diferentes movimentações entre distintos lugares. Em alguns momentos participou da entrevista esclarecendo informações ou contando anedotas do processo.

Este líder pertenceu ao partido político União Patriótica (UP), exterminado nos anos oitenta. Participou do primeiro congresso da UP e quando começou o extermínio muitos dos seus companheiros foram assassinados. Por causa disso, migrou de novo para outras regiões do país. Em uma dessas movimentações constantes voltou para um município onde já tinha estado e do qual se deslocou por um mal-entendido com *los muchachos*²³. Estando lá, fez parte da Junta de Ação Comunal e da associação de pais, em um contexto de confronto armado entre o exército e a guerrilha.

²³ *Los muchachos* é o termo utilizado para se referir, no contexto informal aos guerrilheiros.

Após uma forte doença dele e de problemas na gravidez da sua mulher, retornaram para Bogotá onde tinha familiares que também se encontravam numa situação difícil. Porém, nas suas palavras “hay que llegar donde alguien que esté más jodido que uno”, expressão usada para dizer que às vezes as pessoas que mais ajudam são aquelas que estão em piores condições. Por fim, voltou para Cabrera e se vinculou ao Sindicato. Participou ativamente das ações de apoio à ZRC e liderou a ocupação em 2000. Teve que sair uns anos depois devido a ameaças e agora está no programa de restituição de terras do governo colombiano²⁴, lutando para conseguir retornar e ter acesso a outro lote, seja em Cabrera ou onde atualmente reside.

Ele já tinha uma experiência prévia em ocupações, em outro lugar de Cundinamarca. Existia na década de oitenta, segundo seu relato, um movimento de camponeses sem terra que ocupou vários terrenos em um município que pertence também à região de Sumapaz. Apesar da forte repressão, organizaram-se em grupos, e o deles não foi reprimido. Considera que o que fizeram nesse local foi uma “acción de hecho para mostrar la necesidad que teníamos de la tierra”. O governo se comprometeu a garantir o acesso à terra em um prazo de três meses, com o compromisso de os camponeses abandonarem os terrenos. Eles saíram de lá, no entanto, o governo colombiano não cumpriu a promessa e após o período estipulado, a área foi militarizada.

O líder conta que nos anos noventa, Cabrera foi definido como município piloto para reforma agrária. Entendemos que se refere, então, ao projeto da administração departamental de Cundinamarca mencionado anteriormente. Nesse projeto, os camponeses receberam capacitações e foram identificados cinco imóveis para realizar neles processos de reforma agrária. Dentro do grupo identificado encontravam-se os lotes de Juan Benavides. Porém, a mudança na direção do Ministério de Agricultura em nível nacional, afetou esse processo de redistribuição fundiária que estava sendo desenvolvido.

Dessa forma, poderíamos compreender que a ocupação dos terrenos de Juan Benavides veio de um processo prévio, no qual esses lotes tinham sido identificados como possíveis de serem incluídos nas ações de redistribuição fundiária. Foi então em setembro de 2000, no meio da criação da ZRC de Cabrera e dois meses depois da morte do proprietário, que os camponeses organizados ocuparam tais áreas, e assim, através das “vias de hecho”, pressionaram o governo para a entrega do subsídio para a compra direta das terras. Essa ação foi realizada uns meses antes da declaração formal da ZRC por parte do INCORA e nela

²⁴ Programa do governo nacional que visa restituir a terra às vítimas do despejo e abandono forçado como consequência do conflito armado interno.

participaram quinze famílias. Elas avisaram uns dias antes ao exército que isso iria acontecer, para não ser alvo de ações militares. Porém, no dia em que se estabeleceram nos terrenos ocorreram enfrentamentos entre o exército e a guerrilha, e as famílias tiveram que sair com bandeiras brancas para não serem atacadas.

A partir desse momento começou a negociação, que nosso entrevistado caracteriza como pacífica, devido a que existia vontade por parte dos donos da terra de vendê-la. Considera que existiu um bom entendimento entre as partes, o que facilitou o processo, porque, segundo ele “a la fuerza es muy difícil”. Acredita que a ocupação e posterior negociação dependem tanto da habilidade do líder quanto do proprietário, já que “el líder debe tener la capacidad para no dejarse joder, pero ir amablemente avanzando”.

Devido a alguns problemas existentes nos imóveis ocupados, foi entregue em primeiro lugar o lote de Corinto, que co-limitava com Gualcalá. Segundo o relato do líder, diante da dificuldade de acessar ao mesmo tempo aos dois terrenos, previu-se que a melhor estratégia seria ficar em Gualcalá com as pessoas consideradas mais capazes de resistir e aguentar o processo, pois não se tinha certeza de quanto tardaria. Em 2004 os camponeses acessaram ao subsídio para a compra de Gualcalá.

Por outro lado, a história dos herdeiros das terras de Juan Benavides se diferencia muito das dinâmicas rurais do município de Cabrera. Através de três entrevistas, uma grupal e duas individuais, foi reconstruído o processo de ocupação, partindo do momento da aquisição das mesmas por parte de Juan Benavides. De acordo com os filhos entrevistados, a compra dos imóveis em Cabrera foi o resultado de uma situação particular de frustração vivenciada por ele, já que sua família era dona de uma fazenda no município de Pasca, também em Sumapaz. Devido a problemas com seu irmão, ele acabou perdendo sua herança nessa fazenda, apesar dos investimentos que tinha feito e do seu direito sobre a mesma.

Uma das suas irmãs ficou viúva e herdou do seu marido umas terras em Pandi, próximo de Cabrera. Os cultivos de café demandavam sua presença lá, e nesse processo, tanto Juan Benavides como outro dos seus irmãos, acabaram comprando uns terrenos nesse município. Foi em Pandi onde ele conheceu o dono dos imóveis que posteriormente adquiriria em Cabrera. Em 1982, no dia do seu aniversário de cinquenta anos, comprou as propriedades nesse município e contou a notícia para a sua família, sem que ninguém soubesse dessa ideia, o que acabou gerando mal-estar. Segundo o relato dos seus filhos, ele adquiriu essa terra porque a achou similar com a fazenda que teve em Pasca e que perdeu, fato que representou, ao longo da sua vida, uma obsessão e uma frustração.

Da mesma forma, coincidem os entrevistados em que o preço pago foi baixo, e eram todos imóveis do mesmo proprietário. Além disso, os relatos manifestam que existia na família de Juan Benavides uma tendência a ter grandes quantidades de terra, pelo qual seu referencial se baseava na estrutura das fazendas e latifúndios. Em total, comprou sete terrenos (San Fernando, Buenos Aires, Villa Fabiola, Corinto, Gualcalá, Albania, Santa Teresa) em três *veredas*. Estima-se que, em total, eram cerca de 600 hectares.

A relação dos herdeiros com a terra difere entre cada um dos entrevistados. Um deles, que após a morte de Juan Benavides assumiu a liderança do processo de venda, conheceu Cabrera quase 10 anos depois da compra dos imóveis, e foi em poucas oportunidades antes da ocupação dos mesmos. Outros mencionam que iam em ocasiões com seus filhos pequenos, porém, não era uma atividade rotineira. Juan ia, na maioria das vezes, acompanhado por sua esposa, mas nunca chegaram a residir lá.

Com relação à produção, os entrevistados relatam a existência de cultivos de *lulo*, *curuba*, batata e algumas atividades de minhocultura, além de gado e queijos. Da mesma forma, o proprietário alugava os terrenos ou cultivava conjuntamente com alguns camponeses. Em 1993 fez uma compra importante de gado, porém, os animais não se adaptaram ao clima e outros foram roubados. Não era, contudo, uma produção tecnificada nem em grande quantidade e, portanto, eram lotes subutilizados. Uns anos depois, Juan Benavides entrou numa crise econômica; os imóveis viraram improdutivos e foram hipotecados ao banco BBVA. Em 1996, tentou vendê-los ao INCORA, mas essa venda não se concretizou.

Apesar de ser dono de uma grande quantidade de terrenos, especificamente no contexto de minifúndio que caracteriza Cabrera, os entrevistados relatam que nunca tiveram problemas com a comunidade e sua relação com os camponeses e com os atores armados ilegais eram tranquilas. Lembravam que sua esposa contava de uma guerrilheira que tinha seu mesmo nome, e que, às vezes, a encontrava nas feiras do município ou em alguma das suas propriedades, pois eram usadas em ocasiões como lugares de trânsito da guerrilha. Estabeleceu-se assim um vínculo cordial, entendido como parte da própria dinâmica do território. Só se lembram de uma vez em que Juan Benavides teve que comprar vários trajes como exigência da guerrilha. Porém, consideram que existia um respeito da comunidade por ele, motivo pelo qual os terrenos só foram ocupados após sua morte.

Os herdeiros mencionam que dois meses depois da morte de Juan Benavides foram avisados que os imóveis de Corinto e Gualcalá tinham sido ocupados²⁵. No dia seguinte chegaram em Cabrera e falaram com o *personero*²⁶ Joaquín Hernández, e posteriormente foram até Gualcalá, onde tinha umas 40 pessoas aguardando por eles, com facão, “como asustándonos un poquito”. Relatam que o líder começou a fala se referindo à reforma agrária e argumentando que era uma ocupação pacífica. No entanto, discordavam porque todos os camponeses tinham facão nas mãos. Eles queriam os títulos da terra, não só a posse da mesma, e a família Benavides queria vender essas propriedades, o que facilitou o processo. Acordaram, então, em fazer esforços para negociar os terrenos e conseguir o subsídio do governo “Al final ellos dijeron movámonos de los dos lados para llegar a un acuerdo”.

O processo de venda das terras foi longo e de muitas idas ao Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (INCODER) e à administração departamental. Várias vezes iam com a liderança, pois o objetivo das duas partes era conseguir inserir esses lotes dentro das ações prioritárias de reforma agrária, para serem entregues aos camponeses. Algumas das cartas enviadas a estas instituições por parte dos proprietários foram feitas com a ajuda do líder da ocupação. As primeiras respostas destas instituições eram que não existiam recursos disponíveis para a compra dos terrenos. Por fim se deu a venda do primeiro lote, Corinto. Contudo, como existia uma hipoteca do Banco BBVA, o banco ficou com todo o dinheiro. O valor comercial estipulado era superior ao cadastral, mas na negociação se definiu o pagamento de acordo com o valor cadastral.

Nesse processo de acesso à terra através do mercado, os camponeses tinham que pagar aos proprietários 30% do preço da mesma. Porém, na ata da *mesa de concertación* realizada, ficou estipulado que ele seria rebaixado:

...del saldo, o sea el 30% restante... la representante-propietaria, les rebaja a los compradores el 100% del valor, dado su interés en querer ayudar a los campesinos compradores, por su vínculo laboral de explotación mutua que han tenido (INCORA, 2002).

²⁵Nos relatos dos proprietários, o termo utilizado é “invasão” das terras. Entendemos, porém, que em países como o Brasil existe uma reflexão sobre esse conceito, e o termo “invasão” tem sido substituído pelo termo “ocupação, tanto pela academia como pelos movimentos sociais (SIGAUD, ROSA e MACEDO, 2008). Por esse motivo, consideramos mais apropriado utilizar o termo ocupação, chamando a atenção para o uso recorrente da palavra invasão em algumas das falas dos entrevistados.

²⁶O *Personero* é um funcionário do Ministério Público, que age em nível municipal e tem como funções principais a representação da comunidade, a vigilância e controle sobre a gestão municipal, a promoção e proteção dos direitos humanos, garantindo à cidadania a defesa dos seus direitos.

Posteriormente, em 2004, foi vendido o lote de Gualcalá e entregue a 15 famílias. Mondragón destaca como traço comum em algumas ações de reforma agrária a doação dessa porcentagem por parte dos proprietários: “los desesperados pequeños empresarios arruinados que venden, optan por “regalar” el 30% del precio” (MONDRAGÓN, 2002), entendendo que geralmente no mercado de terras não são os grandes latifundiários os que negociam, nem se compram os melhores terrenos.

Ao perguntar à família Benavides sobre a forma como se deu a negociação, mencionam que em uma ocasião, foram ao Batalhão de Sumapaz e contaram o que estava acontecendo, isto é, que seus terrenos no município de Cabrera tinham sido ocupados. O Coronel com quem falaram disse que lá todos eram guerrilheiros, desde o prefeito, até o *personero* e os camponeses que tinham ocupado os imóveis. Relatam que a frase pronunciada por ele foi “Mis aguerridas, ustedes están metidas en la boca del lobo”. Contudo, a negociação continuou, apesar das dúvidas e medo que essa situação gerou, sem saber, como narram, se seus interlocutores eram camponeses ou guerrilheiros.

Não obstante, ao tentar compreender se houve ameaças no processo, existe consenso em que foi uma relação tranquila, amigável, sem intimidações. Nisso, foi chave a vontade dos proprietários em querer vender, e o bom entendimento principalmente entre o líder da ocupação e a esposa de Juan Benavides.

Yo siempre sentí que ellos se aliaron con nosotros, nosotros con ellos, para lograr que el Estado nos comprara. (membro da família Benavides Delgado)

Um dos entrevistados lembra que uma vez, no marco da negociação, tiveram que ir ao terreno e os camponeses ofereceram um almoço típico para eles. Contudo, chamamos a atenção para o fato de encontrar nas falas dos entrevistados da família Benavides Delgado elementos que permitem compreender o contexto complexo da negociação, isso é, com tensões, conflitos e consensos. No entanto, a reconstrução do processo, hoje em dia, parece ter dado maior peso às narrativas positivas, entendendo que o resultado final resultou positivo para eles.

Paralelamente, em 2002, um grupo, liderado por outra pessoa, ocupou os lotes de Albania e San Fernando. Consideram que não ocuparam os outros terrenos de Juan Benavides por serem reserva florestal e o governo não entregaria subsídios para sua compra. Sobre essa segunda ocupação relatam que a comunidade não estava tão organizada e a negociação, embora tenha sido muito mais rápida, teve mais tensões devido à relação com o outro líder ter

sido menos cordial. O procedimento para a venda das terras foi praticamente o mesmo. De acordo com a informação dos proprietários, foram beneficiadas 11 famílias²⁷.

Por fim, relatam que talvez se esses terrenos não tivessem sido ocupados, teriam ficado abandonados, já que não existe uma vocação camponesa na família. Nesse sentido, apesar do sentimento negativo que existia com relação a essa questão, a reconstrução do processo contribuiu para o entendimento de que a ocupação acabou sendo de benefício para eles. Ao explicar, no final da entrevista, o contexto do município e da ZRC de Cabrera, mencionaram que entenderam com maior clareza o que estava acontecendo, pois nunca souberam da zona de reserva. Isso permitiu olhar para esse momento de uma forma diferente, reconhecendo que apesar das tensões, a negociação foi cordial, e que no fundo, o cenário da criação da ZRC possibilitou a venda dessas propriedades.

Resgatar essa ocupação permite uma aproximação ao modo como se deu a redistribuição fundiária em época recente em Cabrera. Apesar de não ter a envergadura que teve a eliminação do latifúndio no período de violência na região, estas ações mostram como através de suas diversas lutas, a comunidade tem conseguido eliminar a concentração e gerar acesso à terra para a maioria da população.

Também, reitera a ocupação como uma estratégia que acompanha a história do município dado que, como foi estudado no segundo capítulo, ela foi amplamente utilizada em Sumapaz nas décadas de vinte e trinta. Tarrow (1997) chamava a atenção para os repertórios de luta que possibilitam reproduzir ações coletivas que funcionaram no passado, as quais estão inscritas nas memórias dos grupos. Isso nos permite compreender por que no contexto de Cabrera, as ocupações são o caminho para visibilizar a questão fundiária e promover medidas de reforma agrária. O papel de quem as promove e sua história de vida são também elementos fundamentais para articular a ação coletiva e conseguir o acesso à terra a partir da pressão gerada. Como foi dito no estudo de Sigaud, Rosa e Macedo com relação ao caso brasileiro,

As ocupações e sua dinâmica na história estão relacionadas às ações de indivíduos que se deslocaram no espaço ao longo do tempo portando suas experiências acumuladas e contribuindo para as inflexões no rumo dos acontecimentos ali onde se estabeleceram (SIGAUD, ROSA e MACEDO, 2008, p. 135).

²⁷ A informação de ILSA (2013) registra 10 famílias beneficiadas, no entanto, as escrituras se referem a 11 famílias.

Encontramos como traço característico da luta pela terra em Cabrera, não apenas o recurso das ocupações, mas também do uso da legislação, ambas formas de resistência que constituem o passado da região. Os camponeses não queriam unicamente a posse, mas os títulos da mesma, pois isso constitui um mecanismo para garantir sua permanência no território. O conhecimento com relação ao procedimento de negociação e compra por meio do mercado foi determinante.

Por outro lado, no primeiro capítulo foram elencadas algumas críticas ao mercado de terras, a partir da experiência de vários países na aplicação desse modelo. Olhar para a dinâmica de Cabrera levando em consideração esses apontamentos, nos permite trazer uma conclusão preliminar que deve, com certeza, ser aprofundada. Esse pode ser um instrumento efetivo em circunstâncias onde a concentração fundiária não seja um problema, isso é, em lugares onde predomine a pequena propriedade, uma vez que seriam poucos os terrenos a serem comprados e redistribuídos. Seria, nesse sentido, uma política complementar, já que não ficaria nas mãos do mercado a mudança na estrutura fundiária de forma radical. No caso estudado, a eliminação do latifúndio durante o século XX é o que pode ser entendido como verdadeira reforma agrária ou revolução agrária, nos termos elencados por Sánchez (1991).

Além do mais, em contextos políticos adversos, como é o caso das ZRC, esse mecanismo poderia significar uma alternativa, na medida em que se garanta a existência de uma institucionalidade que contribua a diminuir a desigualdade entre os atores que negociam os terrenos, isto é, entre os proprietários e os camponeses. No entanto, é preciso estudar melhor essa questão olhando para as outras experiências de zonas de reserva.

As reflexões em torno desta política promovida fortemente na Colômbia por parte do Banco Mundial não deve levar a discursos triunfalistas, já que entendemos suas limitações como meio de redistribuição e especificamente como instrumento para a alteração radical da estrutura fundiária. Da mesma forma, o caso estudado mostra como a negociação foi o resultado de um papel ativo do líder e da comunidade organizada, em um cenário onde não estava conformado um poder latifundiário forte, que pudesse representar o constrangimento ou ameaça aos camponeses. Em outros contextos, o domínio dos grandes proprietários pode gerar violência e ameaças, impedindo a negociação.

Uma análise atual da estrutura fundiária em Cabrera, contudo, nos apresenta uma série de dificuldades associadas ao minifúndio. Por um lado, tanto os lotes adquiridos pelos camponeses através do mercado como os adquiridos a partir da titulação de *tierras baldías* foram extensões inferiores a uma UAF (18 hectares). Entre 2009 e 2010 foram adjudicados

135 hectares de *tierras baldías* beneficiando 51 famílias, cuja média foi de 2,7 hectares por família, reforçando assim o minifúndio. Por outro lado, a inexistência de imóveis disponíveis para serem distribuídos (mediante compra ou titulação de *tierras baldías*)²⁸, representa um problema tanto para as novas famílias que estão se formando, como para a população *desplazada* pela violência que tem chegado.

Um dos entrevistados afirma, referindo-se à compra de terras mencionada anteriormente, o seguinte:

Aquí la mayoría de las fincas son minifundios, incluso cuando se hicieron las titulaciones y todo lo de la reforma agraria, se habla de que en las ZRC hay una UAF para Cabrera, máximo dos UAF por propietario, pero cuando se empezaron a hacer esas titulaciones, a cada campesino se le han titulado 6 hectáreas, son minifundios, fincas pequeñas (líder camponés, Cabrera)

Se de alguma maneira foram resolvidos alguns problemas de acesso à terra, não foi resolvida a problemática ligada à pobreza, questão central em Cabrera. Morett (2003) chamava a atenção sobre a importância de garantir, nas reformas agrárias, lotes de tamanhos que resultem eficientes para conseguir um efeito positivo na produção agropecuária. Porém, considerando que a UAF tem uma extensão através da qual se geraria uma renda equivalente a dois salários mínimos, a entrega de imóveis por um tamanho inferior pode representar, seguindo essa lógica, uma renda menor, sem que se contribua nesse sentido a melhorar as condições de vida.

4.4. O conflito armado e o enfraquecimento da ZRC durante o governo de Álvaro Uribe

Em Cabrera existe uma presença histórica das FARC-EP, devido a sua proximidade com outras regiões historicamente controladas por esse grupo armado, e pela sua localização estratégica. No entanto, há uma convivência relativamente pacífica, o que não significa que seja um município comandado pela insurgência, nem que os camponeses sejam guerrilheiros. Fazer essa distinção é fundamental, pois as ZRC não podem ser estigmatizadas como territórios da guerrilha, desconhecendo a organização comunitária e o tecido social construído pelos camponeses ao longo da sua história.

²⁸ Segundo o Incoder, no município de Cabrera não há terras baldías para serem adjudicadas (OTERO, 2014)

Este lugar tem uma tradição de esquerda e tem experimentado repressão e violência por conta disso. Na década de oitenta e início de noventa a Colômbia viveu o extermínio da União Patriótica (UP), situação que enfraqueceu esta tendência política em nível local e nacional, como foi relatado por um dos entrevistados, ligado ao Partido Comunista Colombiano (PCC). Da mesma forma, nesse período, a distribuição do semanário VOZ, jornal fundado por essa força política, foi limitada às cidades, como resultado do perigo que significava sua distribuição nas áreas rurais.

Os entrevistados narram que durante um período da década de noventa em Cabrera não existia polícia nem presença militar. Nesse cenário, ações militares aconteceram no território, como fica ilustrado no caso a seguir de agosto de 1997, em que se registrou um ataque da guerrilha à área urbana, especificamente à polícia:

Varios locales del centro, la Caja Agraria, el cuartel de la policía y la alcaldía, fueron destruidos en una toma guerrillera de los frentes 52 y 55 de las F.A.R.C. (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) el 22 de Agosto de 1997. La alcaldía se trasformó, La estación de policía quedó ubicada en la esquina de la caja agraria, reforzándola con túneles, ocupando la mitad de la cuadra, etc. Hay todavía vestigios en algunas paredes de aquel acontecimiento, y es tan reciente que muchas de las personas lo recuerdan vivamente (CIFUENTES-HERRERA, 2013).

Em dezembro de 2000 foram ameaçados de morte o prefeito e o *personero*, mediante chamadas telefônicas. Da mesma forma, por meio de um comunicado escrito, foram ameaçadas trinta lideranças sociais e políticas. Reproduzimos o texto das ameaças (CINEP, 2000):

Las autodefensas unidas de Colombia determinan que las personas que en la lista aparecen deben salir del municipio puesto que han sido investigados y declarados culpables como traidores de la patria, como colaboradores de la guerrilla y han sido declarados objetivo militar, no sea que ocurra otra versión de lo sucedido en la ciénaga grande. (se refieren los paramilitares a una acción perpetrada por miembros de las auc el 22 de noviembre pasado en zona rural del municipio sitionuevo (Magdalena), durante la cual ejecutaron a por lo menos 39 campesinos, causaron heridas a tres y desaparecieron a cuatro más)

As forças militares incrementaram sua presença na região através do Batalhão de Alta Montanha, criado em 2001 -ainda no governo de Andrés Pastrana- e localizado na *vereda* Las Águilas do município de Cabrera, no páramo de Sumapaz, afetando, dessa maneira, as áreas por onde transitava a guerrilha. Isso representou, contudo, uma mudança considerável no modo de vida da população, que não estava acostumada com a presença de grande quantidade de soldados no território. Da mesma forma, significou a estigmatização da comunidade (ILSA, 2013), pois a população era vista como base de apoio da insurgência. Um dos

entrevistados comenta que os guerrilheiros andavam pelas *veredas*, mas não se opunham à ZRC. Sobre a chegada da tropa do exército, um habitante entrevistado relata:

Se oía ruido de carros, eran como las 11pm, en Pueblo Viejo estaba iluminado de carros. Subieron con tanquetas para la guerra, se posicionaron en la base. Se oían pasar (camponês, Cabrera).

Outro entrevistado menciona que com a existência da base militar, agora se conta com oito mil soldados para uma população de cinco mil habitantes.

A chegada ao poder de Álvaro Uribe em 2002 significou uma difícil conjuntura para todas as ZRC constituídas e para as comunidades organizadas que estavam realizando a petição para serem definidas como tal. Esta mudança de governo representou o assenso de um projeto de modernização conservadora, sustentado na guerra e no medo.

Ao estudar essa época encontramos que a ZRC de Cabrera se viu seriamente afetada. Em primeiro lugar, a presença massiva do exército na área criou um clima de tensão e medo que, somado às ameaças dos paramilitares, afetaram o tecido social das organizações e causaram a saída do município de vários líderes. Em segundo lugar, o território foi estigmatizado por supostamente ser comandado pela guerrilha, limitando dessa forma a participação da comunidade por temor a serem apontados como colaboradores da insurgência. Por fim, o governo nacional não deu recursos para o financiamento do plano de desenvolvimento da zona de reserva.

O município começou a experimentar um período de grande instabilidade política e social. Em fevereiro de 2003 foi assassinado o prefeito Gilberto Cruz e em junho a prefeitura foi fechada por ter sido declarada objetivo militar das FARC-EP. Nesse contexto os servidores públicos e os membros da câmara municipal pediram demissão. Em um lapso de seis meses foram realizadas três eleições municipais, tendo sido nomeados três diferentes prefeitos. Nas duas primeiras nenhum candidato se apresentou para concorrer, e na terceira ganhou o voto em branco. A prefeitura, então, passou a ser administrada durante o momento de crise pelas *Juntas de Acción Comunal* (JAC)²⁹, as quais assumiram diversas responsabilidades. Somente em maio de 2004 foram convocadas novas eleições e finalmente foi eleito Hernando Suescún Basto (OTERO, 2014).

Por outra parte, em agosto de 2002 foi assassinado por um grupo armado o *personero*, membro do Partido Comunista Colombiano (PCC) e promotor da ZRC de Cabrera (CINEP,

²⁹As *Juntas de Acción Comunal* são organizações comunitárias que agem em territórios determinados, como bairros ou *veredas*, como é o caso do município de Cabrera.

2002). Nesse mesmo ano se verifica um aumento do *desplazamiento forzado* e 136 pessoas tiveram que sair do município (ILSA, 2013). Em dezembro de 2003 foi assassinada a secretária de governo, Cornelia Varela, filha do líder Juan de la Cruz Varela. Seu assassinato é atribuído aos paramilitares.

Vários membros do SINPEAGRICUN, sindicato que liderava o processo da ZRC, foram ameaçados e saíram do lugar, causando o enfraquecimento e quase desaparecimento da organização. Um membro dessa organização relata o seguinte:

En el 2003 hay cambio de gobierno, la situación se pone un poco pesada, me alejo un poco de la organización, al presidente de ese entonces lo encarcelaron, hubo el asesinato de un alcalde, del personero de la época, amenazas y amenazas, entonces la organización prácticamente se congeló, igual que la ZRC quedó congelada (Líder camponês, Cabrera).

Como uma das principais consequências do mandato de Álvaro Uribe, um líder consultado menciona o fato que suas políticas quebraram o tecido social:

Eso fue lo que hizo, acabar con las organizaciones sociales, ese fue su principal objetivo, porque los recursos igual, nosotros los campesinos siempre hemos vivido sin recursos del Estado, las cosas que se han hecho han sido prácticamente cofinanciadas... pero lo que sí rompió fue el tejido social, el tejido de las organizaciones (Líder camponês, Cabrera).

Outra liderança entrevistada relata:

La persecución política, el amedrentamiento, los falsos positivos hacen que cada uno llegue a salvarse y a quedarse quieto, porque el principio de la defensa de la familia es superior a todo principio, entonces los que tenemos hijos, o nos quedamos callados o nos vamos (Líder camponês, Cabrera).

Com relação à estigmatização, outro líder relata:

El punto rojo que nos habían puesto en la frente a los cabrerunos, era que por ser una ZRC éramos una manada de guerrilleros... no teníamos nosotros por qué cargar con ese peso (Líder camponês, Cabrera).

Durante o governo de Uribe não foram financiadas as atividades dentro do Plano de Desenvolvimento Sustentável, e dessa forma, quando terminou o PPZRC em 2003, o município parou de receber recursos. Um líder narra que o que ele fez, ao chegar ao poder, foi congelá-las, isso é, nas suas palavras, “sacarle el agua al pez: no hay recursos”. As organizações que permaneceram ativas não contavam com dinheiro para levar a cabo as ações. Sem isso, a comunidade começou a desacreditar na ZRC como instrumento de desenvolvimento territorial, uma vez que estava praticamente suspensa.

Deve-se destacar a questão relacionada com a presença dos paramilitares em Cabrera. Vários dos entrevistados coincidem em que, apesar das ameaças desse grupo armado, eles nunca conseguiram entrar ao território, contrário ao que aconteceu em outros municípios, onde entraram pessoas armadas e cometeram massacres e *desplazamientos forzados*. Um entrevistado afirma que isso se relaciona com a inexistência de latifundiários, que em outros lugares da Colômbia têm sido seus promotores e financiadores. Elemento importante esse para pensar nos benefícios de fazer reforma agrária como mecanismo de proteção dos territórios frente às ameaças dos atores armados, especialmente dos ligados ao poder econômico, como é o caso dos paramilitares.

Outro entrevistado afirma, porém, que eles estiveram em uma das *veredas* do município e deixaram marcadas casas com mensagens alusivas às *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC). Contudo, poderíamos afirmar que se foram feitas ameaças a lideranças no mandato de Uribe, atribuídas a grupos paramilitares, a população não sente que eles tenham permanecido, nem se percebe, ao visitar Cabrera, algum indício da presença deles.

Em termos gerais, percebe-se entre os entrevistados um discurso de valorização da convivência pacífica entre a comunidade, de resgate de uma história comum como eixo que articula a população e que legitima o território como uma área pacífica. A forma como a comunidade reconstrói sua história, marcada pela violência contra os camponeses e também pelo confronto entre camponeses da mesma comunidade na década de 1950 e 1960 são elementos que parecem criar o que um dos entrevistados chamou de um território de pós-conflito, pois para eles, além do conflito armado interno que experimenta o país, existiu uma época de grande violência, e sua superação parece estar representando um período de reconciliação. Isso poderia explicar o fato de não encontrar nas falas muitos elementos para identificar os conflitos e tensões no interior da comunidade.

4.5. Uma nova conjuntura: A reativação das ZRC e o processo de paz

Em agosto de 2010 chegou à Presidência da República Juan Manuel Santos. Entendemos esta mudança no poder como uma abertura na estrutura de oportunidades para as ZRC, após um período de restrições durante o mandato de Álvaro Uribe. Por um lado, em outubro de 2012, depois de cinquenta anos de luta armada, começou o processo de paz entre o governo da Colômbia e a guerrilha das FARC-EP. Por outro lado, iniciou-se a reativação das

ZRC e como parte dela foi criada a Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa (ANZORC).

Na agenda de negociação do processo de paz foram definidos seis pontos de discussão, e sobre todos eles deve existir consenso entre as partes para chegar a um acordo final. Como foi dito, o primeiro tema abordado foi a questão agrária, levando em consideração que este foi o principal fator que gerou a criação das FARC-EP na década de sessenta. Em maio de 2013, após sete meses de negociações, chegaram a um acordo contido no documento “Hacia un nuevo campo colombiano: Reforma Rural Integral”. Nele, são estabelecidos mecanismos para contribuir na resolução de problemas fundiários com raízes históricas, promovendo o investimento em infraestrutura, educação, saúde e redução da pobreza. Ademais, apresenta também instrumentos para o acesso à terra por parte dos camponeses. Mesmo tendo uma relação direta com a reforma agrária, o termo utilizado é Reforma Rural Integral (RRI), entendido como um mecanismo que:

Sienta las bases para la transformación estructural del campo, crea condiciones de bienestar para la población rural y de esa manera contribuye a la construcción de una paz estable y duradera... la RRI concibe el territorio rural como un escenario socio-histórico con diversidad social y cultural, en el que las comunidades desempeñan un papel protagónico en la definición del mejoramiento de sus condiciones de vida y en la definición del desarrollo del país dentro de una visión de integración urbano-rural. (GOBIERNO COLOMBIANO; FARC-EP, 2014, p. 1)

A compreensão do conceito de RRI utilizado nos remete ao debate promovido por Absalón Machado (2009), mencionado no primeiro capítulo. Este autor propõe uma alteração no uso do termo reforma agrária, para incorporá-lo numa discussão mais ampla, que responde à multifuncionalidade do rural, entendido além da dimensão agropecuária.

Um dos instrumentos da RRI são as Zonas de Reserva Camponesa (ZRC), nele consideradas como um mecanismo para delimitar a fronteira agrícola, proteger as áreas de interesse ambiental e gerar alternativas para atingir um equilíbrio entre meio ambiente e bem-estar, com a participação das comunidades rurais. Espera-se ter um acordo de paz definitivo entre o governo e a guerrilha das FARC-EP nos primeiros meses de 2016.

Paralelo a estes diálogos de paz, com a chegada ao poder do presidente Santos começou o processo de reativação das ZRC, começando pela zona de Valle del Río Cimitarra, suspensa desde 2003. Nessa conjuntura, o Primeiro Encontro de zonas de reserva foi realizado em 2010 na cidade de Barrancabermeja. No comunicado desse evento, chama-se a atenção para estas serem uma estratégia do movimento agrário colombiano na luta pela reforma agrária (AGENCIA PRENSA RURAL, 2010). Uma das principais ações foi a atualização de

todos os planos de desenvolvimento sustentável, financiada pelo governo nacional. Alguns dos entrevistados consideram que a presença de Juan Manuel Ospina como diretor do INCODER foi um fator que contribuiu nesse processo.

Nesse contexto, a reativação da ZRC de Cabrera se deu a partir da participação dos líderes comunitários nos encontros nacionais (a partir do Segundo Encontro) e da atualização do Plano de Desenvolvimento Sustentável, hoje vigente, e levada a cabo entre novembro de 2011 e março de 2012 através do convenio entre o ILSA e o INCODER. No dia 31 de março foi aprovado pela comunidade. Nele, definiram-se como principais reivindicações: o acesso e direito de propriedade dos camponeses sobre a terra, a limitação da grande propriedade e a defesa da economia camponesa e do meio ambiente. Esse documento constitui uma ferramenta para a construção de políticas fundiárias, como forma de atingir uma reforma agrária, a reorganização territorial rural e o ordenamento ambiental (ILSA, 2013).

Priorizaram-se ações em quatro componentes:

- Ambiental: Formação e sensibilização, recuperação e ordenamento ambiental do território;
- Social: Melhoramento da conectividade do sistema rodoviário, serviços públicos e saneamento básico, fortalecimento e articulação organizativa institucional, geração de condições para o acesso efetivo e realização progressiva do direito à educação;
- Econômico-produtivo: Fortalecimento da economia camponesa, melhoramento dos canais de comercialização dos produtos, construção de experiências de soberania alimentar;
- Terras: Formalização da propriedade e regularização da posse, ordenamento no uso do solo.

O plano de desenvolvimento estabeleceu um orçamento e uns responsáveis pelo seu financiamento, da seguinte forma: o governo central aportaria 34,5% do total; o departamental, 24,18%; o municipal, 27,23%; e o setor privado, 14,09%.

Na reativação da ZRC de Cabrera, as organizações sociais estabeleceram um *Comité de impulso*, integrado por nove organizações da comunidade³⁰. A constituição do comitê

³⁰As organizações que compõem o comitê são: SINPEAGRICUN, Asociación de Juntas de Acción Comunal de Cabrera, AFRIJOSUM, Asociación de Ganaderos de Cabrera, Asociación de Mujeres, Asociación del Adulto Mayor, o setor educativo, Asociación de bienes y servicios agropecuarios y ambientales de Cabrera e o setor das juventudes.

apresenta uma mistura de pessoas mais novas, junto com lideranças tradicionais do município (OTERO, 2014). Dessa forma, mudou-se o esquema anterior, quando foi estabelecida esta nova institucionalidade, onde só uma organização era a responsável por promover as ações.

O governo colombiano financiou a atualização dos planos, porém, não está entregando recursos para pôr em prática as ações priorizadas nos mesmos, sendo esta uma das principais dificuldades que encontram as zonas hoje em dia. Um pesquisador do Observatório de Terras relata que a postura do presidente Santos tem sido ambígua com relação às ZRC, pois, por um lado, cedeu ao incluí-las no acordo de paz com a guerrilha, mas por outro lado, não está nem financiando os planos nem criando novas zonas, apesar de outros territórios já terem cumprido com os requisitos para serem definidos como tal. Nas suas palavras,

Puede que el apoyo sea en asistencia en la formulación del plan, pero en el momento de la ejecución, de la plata, el gobierno nacional no aparece, y ahí sí el plan de desarrollo queda en el papel... el primer compromiso que debería tener el Estado frente a las zonas es financiarlas en sus propósitos (Pesquisador, Observatório de Terras, Bogotá).

Similar opinião manifesta um funcionário público de Cabrera, que considera que sem recursos, a ZRC é “letra muerta”. Com relação a esse ponto, na entrevista com um líder da ANZORC se menciona que o governo parece estar condicionando o apoio às mesmas aos resultados do processo de paz, apesar das zonas estarem regulamentadas numa lei de 1994.

É assim que, ao serem perguntados pelos projetos desenvolvidos a partir do novo plano de desenvolvimento, vários entrevistados mencionam só um, relacionado com uma central para o processamento de produtos lácteos, financiado pelo INCODER e executado pela FAO, o qual ainda não está funcionando por causa de demoras administrativas.

Esta dificuldade, comum a todas as ZRC, tem se agravado no caso particular de Cabrera devido à inexistência de um diálogo e integração entre as ações do plano de desenvolvimento da zona e o municipal. Lembremos que o município e a ZRC correspondem ao mesmo território e, portanto, resulta fundamental a sinergia entre os dois para, dessa forma, conseguir viabilizar projetos que fortaleçam e beneficiem o território. Para alguns dos entrevistados, há um divórcio entre os dois documentos, o que se deve, principalmente, a uma questão de vontade política.

Outros entrevistados manifestam que existe um diálogo entre a administração municipal e os promotores da ZRC, porém, isso não se concretiza na coordenação desses atores para o desenvolvimento de ações conjuntas. Nessa perspectiva, Darío Fajardo considera

que os dois planos diferem na origem e nas suas lógicas, pois um responde a uma lógica de baixo para cima, enquanto o outro é uma imposição do governo nacional:

La reserva campesina es un ordenamiento que sale de las veredas, de abajo hacia arriba; el ordenamiento del municipio se impone, sigue la tendencia muy vertical del ordenamiento político vigente, es en Planeación Nacional que se hacen los planes de desarrollo (Entrevista com Darío Fajardo, 2015).

A inclusão das zonas de reserva dentro dos acordos de paz é de grande relevância, na medida em que representa uma vitória das organizações no sentido de colocar na agenda pública essa nova institucionalidade, como mecanismo viável através do qual podem ser apoiados os territórios e as economias camponesas. No entanto, representa também uma dificuldade, pois o fato de ter sido a guerrilha a principal impulsionadora desse tema no acordo sobre RRI, tem um efeito negativo, relacionado com a estigmatização das mesmas. Nisso, algumas pessoas consultadas argumentaram a importância de defender as lutas históricas pela constituição das mesmas, relacionada com a luta dos camponeses, não do grupo insurgente. Nas palavras de um líder da ANZORC:

Se debe comprender que este es un proceso de campesinos para campesinos, y no puede seguir siendo estigmatizado cuando se plantea que es una iniciativa de la insurgencia. Esto le ha hecho muchísimo daño a la constitución de las ZRC (Líder ANZORC, Bogotá).

Por fim, identifica-se outra dificuldade na consolidação da ZRC relacionada com as ameaças recebidas por parte de paramilitares em 2012, assinalando os camponeses como colaboradores da guerrilha das FARC-EP (AGENCIA PRENSA RURAL, 2012). Essa situação, junto com a estigmatização que ainda persiste em Cabrera, dificulta a participação e gera uma percepção negativa das zonas, como se fossem promovidas ou controladas pelo grupo armado. Há medo e desmoralização das pessoas nas reuniões nas *veredas* (OTERO, 2014).

Contudo, existe, na visão de alguns dos entrevistados, a ideia de que a ZRC vai além do apoio financeiro por parte do governo e da execução de projetos definidos no plano de desenvolvimento. As principais ações a serem levadas a cabo se relacionariam, nessa perspectiva, com o seu fortalecimento institucional e político e com a capacidade da comunidade de pensar seu território, o que passa por um entendimento do que são as zonas de reserva, e a compreensão de que não são de um partido político ou de um grupo, senão de toda a população.

A particular conjuntura de Cabrera está dando uma nova força a esta institucionalidade, já que, como veremos no seguinte tópico, a ZRC tem se fortalecido a partir da luta da comunidade pela defesa do território, frente aos riscos de construção de um projeto energético em vários municípios de Sumapaz.

4.6. Da luta pela terra à defesa do território

A questão ambiental esteve presente desde a constituição da ZRC de Cabrera. Porém, adquiriu maior relevância nos últimos anos. Hoje em dia, a defesa do território constitui o principal assunto devido à possibilidade de criação de microcentrais de água em vários municípios da região. A empresa por trás dessa iniciativa é EMGESA, filial da multinacional espanhola ENDESA. Essa proposta data de final da década de oitenta, mas tem ocupado recentemente um lugar de grande importância no contexto local.

O projeto, denominado “El Paso” afetaria o meio ambiente, a vida e a produtividade agropecuária de Cabrera, Venecia, Pandi e Icononzo. Inicialmente, previa-se a construção de uma barragem com o caudal do Río Sumapaz, alagando grande parte do terreno, incluindo uma parte do páramo. EMGESA em 2008 modificou a ideia inicial, dessa vez sugerindo fazer oito microcentrais hidrelétricas para a produção de energia, sem o alagamento dos terrenos (ILSA, 2014). A proposta inclui o desvio do rio até chegar a uma casa de máquinas por meio de tubulações. No município pesquisado, seriam atingidas nove *veredas*.

O projeto hidrelétrico pode ser entendido como um enclave econômico, através do qual se materializa:

La implantación del capital y su economía en un espacio determinado (localizado) a fin de aprovechar unos recursos o condiciones naturales allí presentes de manera totalmente desarticulada del resto de la economía (DUREAU e FLÓREZ, 2000, *Apud* SERJE, 2011 p. 262).

Os enclaves, geralmente, não melhoram as condições locais, ao contrário, causam uma série de problemas nos territórios, como a deterioração dos setores econômicos e o aumento da prostituição, considerado um elemento estrutural desse tipo de atividades (SERJE, 2011, p. 271).

La experiencia ha mostrado sobradamente que este tipo de actividades económicas de enclave y extracción no se traduce en beneficios ni locales, ni regionales, ni se elevan los niveles de vida de las poblaciones. Su efecto es más bien el opuesto:

dejan detrás de sí pobreza, desolación, corrupción, y en vez de reforzar las políticas fiscales, que es su última justificación, se ha mostrado que terminan produciendo serios descalabros macroeconómicos.

Um funcionário público entrevistado em Cabrera aponta na mesma direção:

Ese proyecto hidroeléctrico, eso es lo que los economistas llaman procesos económicos de enclave, que invierten muchos recursos pero que en las áreas donde se desarrollan no queda nada. A veces quedan muchos problemas (Funcionário público, Cabrera).

No caso desse megaprojeto, existem na legislação colombiana ferramentas para proteger as áreas estratégicas de preservação ambiental, como seria o páramo de Sumapaz. Porém, um relatório da *Defensoria del Pueblo* evidencia que dos 34 páramos existentes na Colômbia, 21 estão em risco devido a licenças entregues para atividades de mineração (ILSA, 2014). Nesse sentido, esse ecossistema, considerado estratégico para a produção de água, poderia ser prejudicado.

Segundo o ILSA (2014), o megaprojeto traria efeitos em pelo menos três níveis: ecológico, econômico e sociocultural. Com relação ao primeiro, destacam-se os impactos no recurso hídrico, devido ao desvio do rio, afetando dessa forma a flora e fauna. Em termos econômicos, a contaminação do rio pelas obras de construção causaria danos irreversíveis no ecossistema, e afetaria a agricultura por causa das repercussões na fertilidade do solo e a diminuição dos recursos hídricos. Apesar de EMGESA prometer o emprego de mão de obra para a construção, isso significaria um abandono da produção agrícola.

Por fim, o impacto sociocultural estaria relacionado com as mudanças no modo de vida dos camponeses e no deslocamento de famílias. Há temor na comunidade sobre a possibilidade da região experimentar níveis de violência altos, *desplazamiento forzado* e violação de direitos humanos, mecanismos utilizados em outras áreas da Colômbia para a implantação de construções hidrelétricas (ILSA, 2014). No caso de Cabrera, já existe a militarização da área através da base militar instalada em uma das *veredas*, fator decisivo para garantir a execução desse tipo de iniciativas. Este ainda não tem a licença ambiental e a população não conhece o estudo do impacto que EMGESA deve fazer como parte dos requerimentos para a aprovação da mesma. Os consultados, a partir de diálogos com afetados por projetos hidrelétricos em outros lugares, veem como riscos o aumento da prostituição, do uso de drogas e de problemas de saúde sexual.

O projeto tem significado a reconfiguração da luta, pois esta já não tem como principal foco o acesso à terra, mas a defesa do território, da economia e do direito dos camponeses a

permanecerem nos locais de residência. A ZRC foi o resultado da luta histórica e intensa pela terra, cuja vigência poderia estar ameaçada pelo megaprojeto. A ambiguidade do governo nacional não permite afirmar que a prioridade nesse caso será a zona de reserva, na medida em que existem interesses econômicos por trás da proposta de microcentrais.

Encontramos no município de Cabrera algumas ações de resistência. Em primeiro lugar, a comunidade está participando em diversos encontros, oficinas, fóruns e seminários, nos quais se discute o impacto dos megaprojetos e se promovem estratégias de oposição. Em segundo lugar, ela está em permanente troca de experiências com habitantes de outras localidades que apesar de rechaçar intervenções similares, hoje em dia estão sofrendo as consequências da sua implantação. Em terceiro lugar, a comunidade, especialmente o comitê promotor da zona de reserva, está se articulando com instituições acadêmicas e universidades em Bogotá e no departamento de Cundinamarca, assim como com a ONG ILSA, com o objetivo de conhecer melhor e visibilizar seus efeitos no território. Por fim, encontramos ações de resistência que estão acontecendo no território, lideradas pelo comitê promotor, com a participação da comunidade.

Sobre esta última, devemos mencionar que o processo de socialização do projeto, como requisito para a obtenção da licença ambiental, significou uma oportunidade para mostrar a recusa a essa iniciativa. EMGESA definiu um cronograma de reuniões individuais em cada uma das *veredas* que seria atingida, sem perguntar sobre a disponibilidade de tempo da população. Segundo um líder consultado, não foram marcadas reuniões coletivas, pois “entre más desorganizado encuentren al pueblo, a ellos les conviene” (Líder camponês, Cabrera). Através do comitê promotor foi organizada a comunidade e fizeram uma trilha até a *vereda* onde seria realizada a socialização. Colocaram cartazes se opondo à hidrelétrica, negaram-se a responder enquetes e a assinar documentos. Nas seguintes visitas agiram da mesma forma. Nessas ações, a população tem encontrado o apoio de camponeses de outros municípios e especialmente da ZRC de Sumapaz, ainda não constituída juridicamente, localizada na área rural da cidade de Bogotá.

Alguns dos entrevistados acreditam que devem estar preparados para uma fase posterior associada à resistência jurídica a partir da aprovação da licença ambiental. O comitê sabe que tem que se preparar para essa luta, e consideram que argumentos como a existência do parque natural e da ZRC são ferramentas a serem utilizadas nessa nova batalha.

Nessa perspectiva, alguns líderes entrevistados, consideram que o fato de Cabrera ser uma zona de reserva contribui para que o projeto seja de difícil implementação, já que a

comunidade está organizada e existe uma legislação que protege o território. Numa reunião entre o comitê promotor e a empresa, esta última disse que o plano de desenvolvimento da ZRC era compatível com as microcentrais, pois eles também queriam proteger o meio ambiente, cuidar da água e que podiam financiar certas atividades contidas no plano. A posição do comitê foi de oposição, na medida em que a proposta constitui uma ameaça para a própria zona de reserva.

Existe o risco de que alguns habitantes queiram vender seus imóveis, tornando viável o projeto, já que nas ZRC a terra não é coletiva. Frente a essa situação, alguns entrevistados acreditam que a comunidade é unida e são poucos os que querem vender. Contudo, reconhecem que em outros lugares que seriam atingidos pelas microcentrais, como Venecia, não se identifica a mesma coesão social e há pessoas que têm lotes nesse município mesmo sem morar lá, o que motivaria a venda dos mesmos. Por conta disso, consideram que a resistência em Cabrera é chave, na medida em que é nessa região onde começa a obra.

A comunidade está rejeitando o projeto e está se fortalecendo em nível organizativo assim como através do conhecimento jurídico para a defesa do território. Nas palavras de uma liderança: “No queremos negociar con la empresa porque eso sería negociar la vida”.

Como afirma Serje (2011, p. 295):

Estos casos (entre muchos otros) demuestran de manera cada vez más contundente que los presupuestos del mercado moderno (lo que queremos todos, si tenemos la oportunidad, es tener cada vez más ganancias económicas) y del desarrollo (su oferta es exactamente lo que la gente quiere y necesita) deben ser puestos en cuestión.

A experiência de iniciativas hidrelétricas na Colômbia, de forma similar como acontece em outros países da América Latina, mostra que na maioria das ocasiões os governos e as empresas conseguem estabelecer seus projetos, apesar da resistência aos mesmos. Um fato importante que aconteceu durante o processo final da entrega desta dissertação, relaciona-se com o assassinato de três filhos de lideranças do município, o que gerou medo entre a população devido à possibilidade dessas mortes estarem relacionadas com os processos de resistência da comunidade frente ao projeto hidrelétrico.

Devemos reconhecer, no entanto, que no caso de Cabrera, a EMGESA abandonou a proposta inicial da construção da barragem, o que representa uma primeira e grande vitória da população. A luta continua, pois o projeto não se compatibiliza com a ideia de ZRC que os camponeses têm construído e defendido. Ademais, independentemente do impacto das microcentrais ser menor, implicaria o deslocamento de famílias e alterações nas qualidades do

solo, transformando, dessa maneira, a atividade econômica própria do município. A luta pela terra nessa região foi intensa, longa e dolorosa e, portanto, a permanência na mesma, para esta comunidade, é um assunto central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao intitularmos a presente dissertação “A Zona de Reserva Camponesa de Cabrera: Uma história de lutas e resistências” pretendíamos mostrar que existe um elemento caracterizador que atravessa a história da região e, particularmente, o município de Cabrera; esse seria a resistência e a luta pelo acesso à terra, pela permanência e pela proteção do território. Estudar a ZRC serviu como eixo de análise para compreender a longa história da colonização e da luta contra estruturas latifundiárias caracterizadas pela concentração de terra, negando o acesso à população camponesa. Essa realidade histórica do século XX na região de Sumapaz é também uma situação que caracteriza outros lugares da Colômbia, os quais têm sido amplamente estigmatizados ao longo da história devido à resistência e luta dos camponeses.

No início desta pesquisa a preocupação estava no estudo da formulação, implementação e avaliação das políticas públicas que incidiam sobre o território analisado, tentando identificar as ações desenvolvidas pelo governo a partir da constituição da ZRC de Cabrera e seus desdobramentos. Porém, no caminho compreendemos que essa análise, possivelmente, não avançaria pelo conjunto de limitantes observados em campo e fundamentalmente porque, após a implementação do projeto piloto de ZRC nesse território, não existiram políticas significativas relacionadas às zonas de reserva. Uma análise focada só na questão institucional poderia nos conduzir a conclusões equivocadas e possivelmente imprecisas, pois em termos institucionais não se percebem variações, nem muito menos os desdobramentos oriundos da política.

Consideramos, nesse sentido, que a análise da ZRC de Cabrera devia então ter como foco o processo organizativo, assim como as lutas e resistências dessa comunidade diante da oposição por parte do governo nacional, principalmente durante o mandato de Álvaro Uribe. Compreender essas lutas significou aproximarmos à história da região, entendendo que esse passado de guerras, lutas e resistências dialoga com o presente do município, pois marca a história e a memória da comunidade.

Nosso percurso pela história de Cabrera e da zona de reserva deixam algumas reflexões e perguntas em aberto. Fizemos uma tentativa por reconstruir a história tanto da região como da constituição da ZRC em época recente. Esse esforço, porém, significou deixar no caminho alguns aspectos que foram só elencados na dissertação e sobre os quais não

conseguimos avançar analiticamente, pois se privilegiou a análise sobre a questão fundiária, aspecto constante na história da região. Assim, reconhece-se que outras e recentes discussões e análises podem ser propostas a partir da discussão fundiária, das lutas e resistências, mas que também podem ser ampliadas sob novas óticas.

Nessa perspectiva, concluímos, em primeiro lugar que, como foi mencionado, não existe um modelo estabelecido para as ZRC. Com certeza, existem grandes diferenças entre si, as quais estão amplamente determinadas pela construção histórica de cada comunidade e pela sua realidade local, isso é, sua relação com os governos locais e nacional, a presença de atores armados e de cultivos de uso ilícito, e a repressão, entre outros. Não conseguiríamos entender a ZRC de Cabrera sem compreender sua história particular, atravessada pela violência, a repressão e fundamentalmente pela resistência da comunidade ao longo da história. Este é um traço característico de Cabrera que permite entender a importância que para esta comunidade tem a terra, pois suas lutas sempre estiveram associadas a essa questão. Atualmente, essa luta se reconfigura, centrando-se na organização de luta pela defesa e permanência no território.

Em segundo lugar, consideramos que a riqueza das ZRC não está só na sua arquitetura institucional, definida através de um marco normativo, senão na forma como as comunidades têm entendido e têm se apropriado da ZRC como plataforma para a defesa do território, do meio ambiente e da economia camponesa.

Em terceiro lugar, ao tomar como foco de análise principalmente -mas não exclusivamente- a questão fundiária, nos perguntamos inicialmente pela configuração do minifúndio na região, tentando compreender se era o resultado das ações desenvolvidas a partir da criação da ZRC ou era um processo anterior. Nossa pesquisa nos permitiu concluir que em Cabrera se deu um processo de reforma agrária anterior à definição desse território como zona de reserva, que respondeu à luta histórica pelo acesso à terra na região de Sumapaz. Nesse contexto se deu a fragmentação das fazendas, motivadas não só pela violência no território, como também pela pressão do movimento camponês e pela perda de importância da produção de café e seu deslocamento para regiões mais produtivas do país. Entendemos estes fatos como parte de um processo de reforma agrária na medida em que mudou a estrutura da propriedade em benefício da população camponesa, e que significou, então, a perda de poder dos latifundiários (MORETT, 2003).

Foi o resultado de uma ação estatal, que nasceu a partir da pressão gerada pelo movimento camponês, em um contexto econômico favorável que abriu as oportunidades para

a reforma agrária. No entanto, não foi uma política planejada e estruturada, senão que poderia ser entendida de acordo com a visão de Gonzalo Sanchez (1991), que a caracteriza como uma revolução agrária como consequência não prevista da violência.

No caso particular de Cabrera, a ZRC deve ser entendida como a constituição de uma área de proteção, retomando a proposta inicial de território defendida por Molano (2010), segundo a qual as zonas seriam uma espécie de resguardos camponeses. É essa lógica de espaço de proteção a que hoje em dia é utilizada para evitar a entrada de projetos hidrelétricos na região.

Em quarto lugar, consideramos que o estudo das ações recentes de reforma agrária no município, inseridas principalmente na política de mercado de terras, seria uma política complementar que funcionaria em contextos como Cabrera, pois lá a concentração fundiária já não é um problema. Isso permite comprar alguns terrenos acima da Unidade Agrícola Familiar (UAF) definida em Cabrera, e redistribuí-los entre algumas famílias, o que não representa um alto custo para o governo devido ao baixo número de hectares a serem subsidiados para a compra. Contudo, não poderíamos afirmar que seria a política ideal para as ZRC, pois a expropriação e a negociação direta das terras são medidas viáveis nesses territórios, as quais poderiam acarretar menores custos e possivelmente maior velocidade no processo. A questão do mercado de terras deve, não obstante, ser amplamente discutida no marco do acordo de paz, na medida em que seria um limitante inviabilizador da resolução dos problemas históricos da terra e da alta concentração fundiária na Colômbia. Da mesma forma, deve ser analisado o custo financeiro de fazer reformas agrárias de mercado, questão que não foi pesquisada nesta dissertação, mas que com certeza deve ser levada em consideração ao pensar nas diferentes alternativas e mecanismos de fazer reforma agrária.

Em quinto lugar, nossa aproximação ao processo de compra dos terrenos através do mercado de terras, que teve lugar no marco da criação da ZRC em 2000, nos permitiu compreender melhor como na prática se deu essa negociação. Para isso, tivemos que recorrer metodologicamente ao distanciamento como requisito para aproximarmos a esse processo, pois optamos por trazer um pouco da vida dos antigos proprietários, familiares de quem escreve esta dissertação.

Como elementos a resgatar desse processo mencionamos os seguintes:

- Constatamos como os camponeses na região pesquisada utilizam um repertório de ação que responde ao passado de lutas na região, através, por um lado, das ocupações

de terra, e por outro, do conhecimento normativo para dar a batalha no espaço legal. Foram os mecanismos utilizados na década de 1920 e 1930, e foram também os utilizados em 2000 quando ocuparam os terrenos da família Benavides.

- Consideramos que os camponeses conseguiram aproveitar a abertura na Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP), pois a criação da ZRC implicava algumas ações de titulação, compra ou negociação de terras. É por isso, que através das ocupações de terrenos os camponeses conseguiram chamar a atenção para a existência de lotes improdutivos que podiam ser negociados. Sem o processo de constituição da ZRC, que estava avançando nesse momento, talvez os terrenos não tivessem sido ocupados, ou não tivessem sido incluídos como parte das políticas do mercado assistido de terras.
- Os processos de ocupação das terras geralmente se apoiam na figura de um líder, com uma trajetória e uma bagagem que permite articular a população para resistir. Sem desconhecer o valor das organizações camponesas e das comunidades, reconhecemos que devemos dar também um lugar às histórias de vida daqueles que articulam a ação coletiva e fazem possíveis as ocupações e as negociações. Ao nos aproximarmos ao líder das ocupações de terras em Cabrera, encontramos elementos que nos permitiram compreender melhor as motivações individuais e coletivas que tornam possíveis essas ações e uma experiência prévia em ocupações que foi importante nesse processo.
- Em contextos de minifúndio e de camponeses sem terra, como é o caso de Cabrera, a existência de imóveis improdutivos e com extensões maiores às definidas na UAF parece inviável, pois é através da produção da terra que a população consegue se sustentar.
- Verificou-se que a negociação das terras através do Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) depende muito da habilidade dos líderes e da comunidade, e do interesse dos proprietários em vender as terras. Foi essa convergência de interesses que permitiu a negociação no caso estudado, pois sem isso, teria sido um processo muito mais longo e difícil, na medida em que foram tanto os proprietários como os camponeses os que pressionaram o governo. Contudo, esse mecanismo de redistribuição deixa nas mãos dos camponeses a negociação, e o Estado, ao ter um

papel marginal na negociação, assume cada vez menos sua responsabilidade de garantir o acesso à terra para a população camponesa.

Em sexto lugar, ao estudar as ZRC de Cabrera identificamos dois ordenamentos dentro de um mesmo território, isso é, uma estrutura municipal à qual se sobrepõe uma figura de ZRC, com políticas que não têm sido alinhadas. Nossa pesquisa não permitiu aprofundar nessa questão institucional, contudo, consideramos importante mencioná-la, pois é preciso avançar na discussão para conseguir a articulação das políticas nas ZRC em conjunto com as políticas municipais.

Em sétimo lugar, devemos entender que a discussão da reforma agrária no município pesquisado ainda está vigente, não apenas em termos de redistribuição fundiária, como também afetando positivamente a estrutura da produção camponesa, incluindo o apoio na produção e comercialização dos produtos, como mecanismo para contribuir no melhoramento das condições de vida da população. Isso significa, ademais, aprofundar nos desafios e propostas para territórios com uma estrutura baseada no minifúndio.

Em oitavo lugar, devemos continuar dando atenção ao caso de Cabrera, na medida em que o projeto de construção de microcentrais na região ameaçaria a configuração do território e poderia afetar a atividade econômica, além de significar o deslocamento de famílias. Uma luta histórica pela terra poderia ser afetada devido a políticas em nível nacional que prejudicariam o município. Se a arquitetura institucional das ZRC dá às comunidades locais um papel de protagonistas para definirem seu território, é neste momento que a comunidade deve ser escutada.

Por fim, consideramos como positiva a inclusão dessa nova institucionalidade no acordo de paz entre o governo nacional e a guerrilha das FARC-EP. Por um lado, significa a constatação de que os movimentos camponeses, de forma similar como acontece em outros países da região, têm um papel como atores de mudança e transformação social. As ZRC, amplamente defendidas pelas comunidades camponesas, foram incluídas como estratégia para resolver problemas históricos da terra na Colômbia. Por outro lado, sua inclusão pode representar a criação de novas ZRC no país.

Esse desafio implica pensar na possibilidade de criar zonas de reserva em lugares com alta concentração da terra, para priorizar nesses territórios medidas políticas que permitam estabelecer limites à propriedade. Nesse cenário, os limitantes da política de mercado de terras, como mecanismo para realizar reformas agrárias estruturais, sugerem pensar em outros

mecanismos, como a negociação direta ou a expropriação de terrenos improdutivos. Levando em consideração a alta concentração da terra, a Colômbia requer de um processo de reforma agrária de acordo com o estipulado por Chonchol (1963), isso é, como um processo massivo, rápido e drástico. Desafio que deve ser amplamente analisado no contexto de pós acordo de paz.

A presente dissertação teve como objetivo discutir sobre uma das temáticas que estão ganhando mais relevância no contexto rural colombiano, como são as ZRC. Diante da conjuntura nacional, devemos continuar estudando esses territórios em projetos posteriores, em um contexto de pós acordo de paz, como o que possivelmente começaremos a construir proximamente. Acompanhar o desenvolvimento desses territórios será uma tarefa necessária, pois a fase posterior à firma do acordo pode chegar a ser tão difícil quanto o próprio conflito armado. Por causa disso, devemos defender a luta camponesa e unir esforços desde a sociedade civil, a academia e o próprio governo para blindar o processo e proteger a vida das lideranças e das comunidades que com tanto esforço têm defendido esses territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVES LOZANO, J. E. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

AGENCIA PRENSA RURAL. Zonas de Reserva Campesina: Semilla de la lucha campesina hacia la reforma agraria. Agencia Prensa Rural, Bogotá, 31 Outubro 2010.

_____. Paramilitares amenazan a los habitantes de la Zona de Reserva Campesina de Cabrera. Agencia Prensa Rural, 13 Novembro 2012.

ANZORC. Cartilla pedagógica Zonas de Reserva Campesina. Bogotá: Anzorc, 2011.

_____. Las zonas de reserva campesina consagradas en los artículos 80,81 y 84 de la ley 160/94, son constitucionales. Agencia Prensa Rural, Bogotá, 14 Janeiro 2014.

AZUERO, J. F. Claridad: El periódico popular-campesino del Sumapaz (1928-1937). Bogotá: Universidad de los Andes. Facultad de ciencias sociales. Departamento de historia. Monografía., 2012.

BEAUD, S.; WEBER, F. Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERRY, A. ¿Colombia encontró por fin una reforma agraria que funcione? Revista de economía institucional, Bogotá, v. 4, n. 6, p. 24-70, 2002.

BETANCOURT, M. El movimiento de campesinos cocaleros del Putumayo en Colombia. Aportes Andinos, Outubro 2004.

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CARTER, M. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, M. (Org). Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHONCHOL, J. La reforma agraria. Programa de Capacitación Campesina para la Reforma Agraria. Instituto Nacional Agrario., 1963.

CIFUENTES-HERRERA, B. E. Lugares de memoria del municipio de Cabrera desde una perspectiva de la pedagogía social. Primer congreso colombiano de estudiantes de ciencias sociales en estudios interdisciplinarios. Bucaramanga: 2013.

CINEP. Y habrá sangre hasta para pintar las paredes. Noche y Niebla, Bogotá, n. 18, Outubro-Dezembro 2000.

_____ Contra quién es la guerra?, cien días críticos para los derechos humanos. Noche y Niebla, Bogotá, n. 25, Julho-Dezembro 2002.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Como o Direito Internacional Humanitário define “conflitos armados”? www.icrc.org, 2008.

CORTÉS, C. E. Evaluación del resultado del proyecto de apoyo a la reforma agraria en las provincias de Sumapaz, Alto Magdalena, Magdalena Centro y Tequendama en el departamento de Cundinamarca, implementado por la Secretaría de Agricultura y Desarrollo Económico. Bogotá: Escuela Superior de Administración Pública, 2006.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, DANE. Primera entrega de resultados del 3er CNA. 2015.

DE LOS RÍOS, J. C. Percepções e formas de adaptação a riscos socioambientais na região do páramo colombiano. Porto Alegre: 2009. Dissertação de mestrado.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. DADOS, Rio de Janeiro, v. 54 N. 2, 2011.

FAJARDO, D. Haciendas, campesinos y políticas agrarias en Colombia, 1920-1980. Bogotá: Oveja Negra, 1988.

_____ Colombia: Reforma agraria en la solución de conflictos armados. América Latina Hoy. Salamanca, n. 23, p. 45-59, Dezembro 1999.

_____ Para sembrar la paz hay que aflojar la tierra. Comunidades, tierras y territorios en la construcción de un país. Bogotá: Instituto de Estudios Ambientales- IDEA. Universidad Nacional de Colombia, 2002.

_____ Prólogo. In: ORTIZ, C. E., *et al.* Zonas de reserva campesina. Aprendizaje e innovación para el desarrollo rural. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2004.

FRANCO, A.; DE LOS RÍOS, I. Reforma agraria en Colombia: evolución histórica del concepto. Hacia un enfoque integral actual. Cuadernos de desarrollo rural, Bogotá, p. 93-119, Julho- Dezembro 2011.

GOBIERNO COLOMBIANO. Decreto n°839 de 1928

_____ Decreto n° 1110 de 1928

_____ Decreto n° 1777 de 1996

_____ Lei n°160 de 1994

GOBIERNO COLOMBIANO; FARC-EP. Borrador conjunto. Hacia un nuevo campo colombiano: Reforma rural integral, 2014.

GONZÁLEZ, F. Prólogo. In: MARULANDA, E.; GONZÁLEZ, J. J. Historias de frontera: colonización y guerras en el Sumapaz. Bogotá: Cinep, 1990.

GONZÁLEZ, J. J.; MARULANDA, E. Historias de Frontera: Colonización y guerras en el Sumapaz. Bogotá: Cinep, 1990.

IANNI, O. Revoluções camponesas na América Latina . In: SANTOS, J. V. Revoluções camponesas na América Latina . São Paulo: 1985.

IBAÑEZ, A. M.; MUÑOZ, J. C. La persistencia de la concentración de la tierra en Colombia: ¿Qué pasó entre 2000 y 2010? Notas de Política, Bogotá, 2011.

IBARRA, P.; MARTÍ, S.; GOMÀ, R. Creadores de democracia radical. Barcelona: Icaria, 2002.

IGAC. Atlas de la distribución de la propiedad rural en Colombia. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 2012.

ILSA. Zonas de reserva campesina. Elementos introductorios y de debate. Bogotá: Ilsa, 2012.

_____ Plan de desarrollo sostenible. Zona de Reserva Campesina de Cabrera. Bogotá: Gente Nueva Editores, 2013.

_____ El río Sumapaz. Proyecto hidroeléctrico "El Paso": Agua y vida campesina en riesgo. Bogotá: 2014.

INCORA. Resolución n°046 de 2000.

_____ Acuerdo n°024 de 1996

_____ Acta de concertación y negociación del redio rural denominado "Corinto" ubicado en jurisdicción del municipio de Cabrera, departamento de Cundinamarca. Fusagasugá. 2002.

LAHIFF, E.; BORRAS, S.; KAY, C. Market-led Agrarian Reform: Policies, performance and prospects. In: SATURNINO BORRAS *et al.* Market-led Agrarian Reform. Critical perspectives on neoliberal land policies and the rural poor. Oxon: Routledge, 2008.

LONDOÑO, R. Juan de la Cruz Varela. Sociedad y política en la región de Sumapaz (1902-1984). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011.

MACHADO, A. La reforma rural, una deuda social y política. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Económicas, Centro de Investigaciones para el Desarrollo, CID, 2009.

MARULANDA, E. Colonización y conflicto. Las lecciones del Sumapaz. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1991.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL. Informe final Proyecto Piloto de Zonas de Reserva Campesina. Bogotá: 2003.

MOLANO, A. ¿Cómo es hoy la república independiente de El Pato? El Espectador, Bogotá, 12 Julho 2014.

_____. Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920-2010). Em: Informe de la Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas a la Mesa de Diálogos de La Habana. Espacio Crítico, 2015.

MONCAYO, V. M. Hacia la verdad del conflicto: insurgencia guerrillera y orden social vigente. Em: Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas a la Mesa de Diálogos de La Habana. 2015.

MONDRAGÓN, H. COLOMBIA: O MERCADO DE TIERRAS O REFORMA AGRARIA. Auc Ur, Fensuagro, Abril 2002.

MORETT, J. Reforma agraria: del latifundio al neoliberalismo. México D.F: Plaza y Valdés Editores, 2003.

ORTIZ, C. E. *et al.* Zonas de reserva campesina. Aprendizaje e innovación para el desarrollo rural. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana. Facultad de Estudios Ambientales y Rurales., 2004.

OSPINA, M. El Páramo de Sumapaz un ecosistema estratégico para Bogotá. Sociedad geográfica de Colombia. Academia de ciencias geográficas, 2003.

OTERO, M. E. Aproximación al caso de la Zona de Reserva Campesina de Cabrera desde las instituciones y la acción colectiva. Bogotá: Trabajo de Grado, 2014.

PALACIOS, M. El café en Colombia. 1850-1970. Una historia económica, social y política. Bogotá: Planeta, 2002.

PEREIRA, J. M.; FAJARDO, D. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial na Colômbia e no Brasil (1994-2002). Revista Brasileira de História, São Paulo, 2015.

PIÑERO, D. En busca de la identidad. La acción colectiva en los conflictos agrarios de América Latina. Buenos Aires, 2004.

POSSO, C. G. La verdad de la tierra: Más de ocho millones de tierras abandonadas. Razón Pública, 11 Abril 2011.

RAMÍREZ, M. C. Entre el Estado y la guerrilla: Identidad y ciudadanía en el movimiento de los campesinos cocaleros del Putumayo. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2001.

REVILLA, M. El concepto de movimiento social: Acción, identidad y sentido. Última Década. Centro de Estudios Sociales, Valparaíso, v. 5, 1996.

ROJAS, G.; HURTADO, P. Grupos posdesmovilización y desplazamiento forzado en Colombia: una aproximación, Bogotá, 2014.

ROMANO, J. O. Partidos políticos e sociedade civil nos processos de democratização na América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007. p. 111-141.

ROSENTHAL, G. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SÁNCHEZ, G. Guerra y política en la sociedad colombiana. Bogotá: El Áncora Editores, 1991.

SEOANE, J.; TADDEI, E.; ALGRANATI, C. Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina. In: Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico: lecciones desde África, Asia y América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SERJE, M. El revés de la nación. Territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2011.

SIGAUD, L.; ROSA, M.; MACEDO, M. E. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. pp. 107 a 142., 2008.

SUHNER, S. Colombian countryside between privileges of Latifundistas, modernizing authoritarianism and peasant repression. In: Civil society and the market question. Dynamics of rural development and popular mobilization. UNRISD, 2005.

TARROW, S. El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

VARELA, L.; ROMERO, Y. Surcando amaneceres: historia de los agrarios de Sumapaz y Oriente del Tolima. Bogotá: Fondo Editorial UAN, Universidad Antonio Nariño, 2007.

VEGA, R. Gente muy rebelde. Indígenas, campesinos y protestas agrarias. Bogotá: Ediciones Pensamiento Crítico, 2002.

Outros materiais consultados

AGENCIA PRENSA RURAL. Alfredo Molano y Gerardo González hablan de las ZRC. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EmHWSH-GiXI>

NOTIMUNDO. Zonas de Reserva Campesina. Alfredo Molano. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Waa6cEhh99o>